



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 131

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 21 de maio de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

A sessão iniciou-se com a continuação do [Projeto de Resolução n.º 221/XI – “Reforçar o combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assim, usaram da palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) e as Sras. Deputadas Sónia Nicolau (*PS*) e Maria João Carreiro (*PSD*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a justificação da apresentação do [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 227/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas excecionais em defesa do setor da Agricultura na Região”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Para o efeito usou da palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*), após a qual foi feita a votação, tendo o pedido de urgência sido aprovado por unanimidade.

No debate conjunto do [Projeto de Resolução n.º 222/XI – “COVID-19 - Intervenção Emergente na Agricultura dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e do [Projeto de Resolução n.º 227/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas excecionais em defesa do setor da Agricultura na Região”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*) e António Toste Parreira (*PS*), para apresentação das iniciativas, tendo participado ainda no debate o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), e os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Mónica Rocha (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foi rejeitado por maioria, tendo o diploma do PS sido aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*) a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI – “Regime jurídico da cessação da atividade agrícola na Região Autónoma dos Açores”](#).

No debate participaram os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Almeida (*PSD*), António Toste Parreira (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Graça Silveira (*Independente*).

Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 177/XI – “Custos de produção de leite e modelos de exploração”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), e os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*),

António Toste Parreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Graça Silveira (*Independente*).

Ainda para um protesto usou da palavra o Sr. António Almeida (*PSD*), seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*).

Ultrapassada a hora regimental para encerramento dos trabalhos, a continuação do debate transitou para o seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 07 minutos.

Presidente: Muito bom dia, a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia, Sra. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Manuel José da Silva Ramos

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima de Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Jorge Jorge.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Os nossos trabalhos hoje iniciam-se com a Agenda, uma vez que terminámos as declarações políticas ontem, e vamos iniciar no exato ponto onde terminámos ontem à noite, no debate do Projeto de Resolução 221/XI.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, João Corvelo, uma interpelação à Mesa, se faz favor.

Presidente: O Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, para informar a Mesa que ontem, na interpelação que fiz depois da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, quero manifestar hoje, e informo a Mesa, que aceito as desculpas, depois do Sr. Secretário Regional Berto Messias ter ligado, em nome do Governo Regional, depois do plenário, a pedir desculpas pelo que se passou, pelo sucedido.

Compreendo perfeitamente que foi uma criancice da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, mas compreendo também que o Governo Regional tem de perceber que isto não realmente uma creche, mas sim o plenário da Assembleia Regional dos Açores.

De qualquer maneira quero deixar aqui bem vincado que aceito as desculpas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

Como estava a dizer, ficámos no ponto 8 da Agenda, portanto o **Projeto de Resolução n.º 221/XI**, da iniciativa do Partido Socialista que pretende **“Reforçar o combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”**.

A Mesa não tinha inscrições, por isso pergunto se há alguma inscrição?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário Regional...

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Eu gostaria de fazer uma interpelação, porque não quero que um pedido de desculpa possa suscitar outro pedido de desculpa da nossa parte. Apenas dizer que os termos também, referindo-se ao Governo sobre qualquer espécie de criancice, não me parecem corretos, nem de todo elegantes, porque da mesma forma que ele tinha direito a prescindir, a Sra. Secretária também tinha direito a prescindir, mas eu tive uma conversa por telefone com o Sr. Deputado João Paulo Corvelo e, na nossa perspetiva, julgo que estará tudo resolvido, mas também não posso ficar calado quando são utilizados termos desse tipo. O Governo não está no Parlamento a fazer qualquer tipo de criancice, foi um momento que já passou e que julgo que terá ficado clarificado.

Mas nem a Sra. Secretária, nem o Membro do Governo está no Parlamento com qualquer espécie de postura de criancice. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Fica registada naturalmente também a sua interpelação e o seu esclarecimento.

Estava a eu perguntar à Câmara se há alguma inscrição ainda para participação neste debate?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): João Paulo Corvelo, para me inscrever, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, muito bem.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo para já não haver. Tem então a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ter lido a proposta da bancada do Partido Socialista pensamos estar perante uma enorme ilusão dos Srs. Deputados que a escrevem.

Como é possível abordar o tema do abandono escolar e não falar das suas causas?

Será que a bancada do Partido Socialista não conhece as razões que levam ao abandono escolar?

Será que não sabe, perante a grave situação social e económica que vivemos e que não é de agora, há crianças, por exemplo que acordam cedo para ajudar os rendimentos das famílias?

Será que não sabem que as famílias despudoradas, em resultado da precariedade dos baixos rendimentos, dos problemas com habitação, com a ausência de apoios psicológicos e social, que dê resposta aos problemas que vivem e que são na maioria das vezes fruto das vossas políticas?

Será que não sabem que caberia ao Governo Regional encontrar soluções que ajudassem essas famílias a ultrapassar estas situações?

Percebemos logo a razão, não é desconhecimento. É uma opção consciente. A bancada do Partido Socialista dá um salto olímpico sobre a origem do abandono escolar porque a responsabilidade política pelas causas desse abandono escolar é, com toda a certeza, do seu governo.

Não será ilusão. Será uma tentativa de truque de ilusionismo e neste caso um grande truque, mas não nos iludimos.

Depois dizem, a solução mágica virá da orientação da Direção Regional da Educação que dê às escolas.

Os senhores conhecem as orientações da Direção Regional da Educação no período da pandemia, deviam chamar de desorientações. Tardam e vêm a más horas. Concretizem-se! Exigem omeletes sem dar os ovos. São confusas.

Trazem uma mão cheia de nada e são inúteis.

Há de tudo à escolha do freguês, sobretudo nesta matéria. As escolas que precisem de orientação Direção Regional da Educação, estariam perdidas e mal pagas, aliás, quem responde pelas orientações e desorientações da Direção Regional da Educação, emitidas na sequência desta Resolução.

Com a desorientação da Direção Regional da Educação que parece conseguir crescer ano após ano e ter dado um salto para o espaço desde o início da pandemia, esperar que dela venha uma direção correta, será esperar pelo D. Sebastião no meio do nevoeiro.

Não há na vossa resolução uma palavra de apreço pelos trabalhos de escola que vivem com a triste realidade que é o abandono escolar. É que a redução do abandono escolar, que o PS se gaba sempre, é fruto do trabalho feito pelas escolas. Ou alguém se esquece do enorme corte dos docentes com tempo para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens? Ocorreu ainda nesta legislatura, com esta mesma bancada do Partido Socialista, a olhar para o lado, a assobiar também e numas escolas que tinham docentes dedicados a essas funções, com horas da sua componente letiva, viram transferidas essas funções para uma única pessoa. Não se podem exigir os mesmos resultados.

Querem agora exigir que as escolas atuem sobre o abandono escolar?

Nós também. O problema é que o pessoal docente que iria atuar está sobcarregado e exausto. Não existem recursos humanos que permitam atuar depois de identificadas as situações de abandono escolar.

Qualquer dia vão querer professores e não os vão ter.

Aliás, os senhores chegaram ao ponto de considerar que a Assembleia tenha de aprovar...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... uma resolução a indicar à Direção Regional da Educação, que deve dar orientações sobre esta matéria e reconhecer a incompetência da própria Direção Regional da Educação.

Se até V. Exas. consideram que a Direção Regional da Educação precisa desta Resolução, está na altura de repensar a orientação política e pedagógica da Direção Regional da Educação.

Já termino, Sra. Presidente.

Uma Resolução que não aponta as respostas corretas, nomeadamente o destacamento para este efeito e no período de pandemia dos meios humanos necessários e urgentes.

Falamos de pessoal docente, pedagógico, psicólogo, técnico de ação social, entre outros.

Sabemos bem que este é um problema gravíssimo, mas pelas razões que aqui são expostas, não podemos concordar com este Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto agora se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Queria inscrever a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Presidente: Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Inscrevo a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou e está a apresentar este Projeto de Resolução, de reforço do combate ao abandono escolar em tempos de pandemia, considerando que é mais uma medida efetiva e concreta nos tempos em que vivemos.

Esta medida, que se concretizará num documento orientador elaborado pelas entidades competentes em matéria de intervenção da proteção e promoção dos direitos da criança, desde logo a Direção Regional da Educação em articulação com as escolas, como entidades da primeira linha, com o apoio competente do Comissariado dos Açores para a Infância, porque no nosso entendimento esse documento orientador vai dar mais proteção e promoção aos direitos das crianças, vai reforçar o apoio aos professores e até vai dar aquilo que nós esperamos que seja uma melhor consciencialização das próprias famílias face à dificuldade dos tempos que vivemos.

Vivemos tempos excecionais e as respostas exigem adaptações ou melhorias que possam ser necessárias.

Contrariamente ao que aqui foi dito ontem e que hoje foi de certa forma dito também igualmente pelo Sr. Deputado do PCP, eu gostaria de lembrar que o Governo do Partido Socialista tem um enorme percurso no âmbito do sistema

educativo regional, um sistema educativo regional criado para responder a uma educação para todos, a uma educação inclusiva, a uma educação com princípios progressistas.

Nós nunca tivemos tantos professores no sistema educativo quando o número de alunos tem descido todos os anos.

Nós temos feito um trabalho extremamente significativo no âmbito do abandono escolar, Sr. Deputado Paulo Corvelo.

Nós, em 1991, tínhamos 17.15% de abandono escolar. Nós, em 2011, os últimos sensos, dá-nos a taxa de 2.51%. Foi uma redução numa geração de praticamente 15 pontos percentuais.

Nós sabemos efetivamente o que é que está na base quer do abandono escolar, quer do abandono escolar precoce e que todos os dias lançamos mãos a todos os instrumentos que temos em termos de Governo Regional para fazer a diferença, para trazer alunos para a escola, para colocar mais docentes a responder às necessidades específicas.

Portanto, o Governo Regional dos Açores tem o seu rumo muito bem traçado e sabe muito o destino a que se propõe.

Por isso mesmo na nossa estratégia de combate à pobreza e exclusão social introduzimos precisamente esta necessidade de acompanhar as nossas crianças, desde logo para continuar a reduzir o abandono escolar, para o abandono escolar zero, que é esse o nosso desígnio.

Esta proposta pretende, não por incompetência do Governo, como aqui foi dito, não por ausência de resposta, mas sim porque nós entendemos que devemos sempre reforçar e qualificar a resposta às nossas crianças e jovens, reforçar e qualificar. Este é o propósito desta proposta que, no âmbito do Estatuto de Aluno e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens deu mais ferramentas, mais instrumentos às escolas, não substituindo, mas reforçando, qualificando respostas e que acho que todas as Sras. e os Srs. Deputados pretendem precisamente isso, é que haja uma qualificação da resposta, quando reforçamos

essa resposta qualificando-a para melhor servir os seus propósitos e são eles a proteção e promoção dos direitos das nossas crianças.

Em suma, gostaria de dizer que a Direção Regional da Educação tem feito um trabalho incorrigível, praticamente, em colaboração com as escolas, em colaboração com outras entidades; tem feito um conjunto de orientações extremamente claras que têm conduzido este novo sistema de aprendizagem de que os nossos alunos têm sido alvos desde o dia 16 de março. Portanto, está de parabéns a Direção Regional da Educação pelo trabalho que está a fazer; as escolas por estarem a garantir que os seus alunos continuem a estar ligados à escola, ligados à educação e isso é um trabalho que nós reconhecemos que está a ser feito.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Quero terminar dizendo que neste Projeto de Resolução que nós entendemos como essencial o contínuo combate ao abandono escolar, temos orgulho no trabalho feito, sabemos que o desígnio do abandono escolar zero é possível, o Governo Regional está atento, sabemos de todos os condicionantes que levam ao abandono escolar e estamos sempre aqui para dizer presente para estas lutas, para estes desafios.

Nós temos a certeza, e terminando Sra. Presidente, e espero que todas as Sras. e os Srs. Deputados nos acompanhem nesta ideia chave: é que menos abandono escolar é mais direito à educação, menos abandono escolar é mais percurso académico, menos abandono escolar é mais qualificação.

É este o trabalho que o Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista tem feito e é este o trabalho que nós vamos continuar a fazer, sensibilizando, mobilizando a sociedade para este combate ao abandono escolar, com o desígnio de abandono escolar zero.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O PS esgotou o tempo para o debate.

Vou dar agora a palavra à Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para nós seja em tempo de pandemia ou não, o acompanhamento pedagógico e social dos alunos e famílias é fundamental, mediante articulação direta e interna da escola, envolvendo a comunidade escolar e a sociedade em geral, num combate que é de todos.

Neste contexto, defendemos o princípio subjacente à função, apresentado pelo Partido Socialista, na estreita articulação entre o Governo Regional e o Comissariado dos Açores para a Infância e as respetivas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens.

Nós defendemos uma articulação de proximidade e regular entre as partes, com vista precisamente a promover os direitos das crianças e dos jovens e punir até por ter situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento integral.

Contudo, como já ontem foi referido e voltamos agora a destacar, esse modelo de proteção das crianças e jovens já se concretiza na relação de parceria entre o Estado e a Região, nas suas várias dimensões, seja através do comissariado e as CPCJ, na articulação direta e interna das escolas, seja através do próprio encaminhamento, sempre que necessário, para o Ministério Público, sendo essas competências bem definidas para cada um dos agentes envolvidos.

Essa articulação está prevista também no nosso Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário.

Esta articulação também foi acautelada nos documentos enviados às escolas pela tutela, onde elenca as orientações para o desenvolvimento do ensino à distância e conforme até foi ontem reiterado pelo Sr. Secretário Regional da Educação.

Assim sendo, só podemos estar entre uma de duas realidades, que é, a recomendação do Partido Socialista é redundante, uma vez que o que recomenda já está legalmente previsto e a ser cumprido, o que significa que as equipas estão no terreno a desempenhar bem as suas funções e nesse sentido irá ser recomendado o que já está a ser feito, ou então a recomendação faz sentido e tem pertinência, até porque o Comissariado, as escolas e as respetivas equipas da CPCJ não estão a desempenhar as funções que lhes competem e conforme previsto, aí vamos ter a situação em que o funcionamento dessas equipas está a falhar, ou seja, o sistema está a falhar.

A esse respeito também gostaríamos de dar nota, relativamente ao ponto resolutivo, que é do espírito de contradição do Partido Socialista, o partido que suporta o Governo, perante o Projeto de Resolução, porque vem agora recomendar a definição de uma linha de orientação única por parte da tutela, em fase de pandemia, quando na passada semana, perante um Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Social Democrata, em que defendia que no final do presente ano letivo, face à pandemia, exigia medidas de ajustamento que não podiam ser deixadas ao livre arbítrio dos vários agentes educativos, vem com o fundamento pôr em causa a autonomia das escolas.

Então, perante o Projeto de Resolução do Partido Socialista, perante um documento único, já não é posta em causa a autonomia das escolas?

O próprio Secretário ontem destacou, e bem, nos documentos de orientação enviados para a escola, faz referência perante cada caso, perante cada aluno em risco, a situação é diagnosticada, é avaliada e reencaminhada no âmbito das competências de cada um.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores por entender que todos devem fazer parte da solução e não do problema, o combate ao abandono escolar é de todos nós, votará favoravelmente esta iniciativa. Votará favoravelmente porque apesar de se tratar de uma iniciativa inócua, reconhece e valoriza o trabalho que tem sido desenvolvido pelas

escolas, pelos professores, pelo Comissariado e pelas equipas de defesa e promoção dos direitos das nossas crianças e jovens.

Para o PSD-Açores o importante é que nenhum aluno fique para trás, porque os alunos de hoje são o futuro da nossa Região. O futuro da nossa Região depende da educação. A escola de hoje será a economia de amanhã.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O PSD também esgotou o seu tempo para o debate.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, tinha pedido uma interpelação à Mesa, se faz favor, João Corvelo. Já tinha pedido antes, mas vou ter de falar com os funcionários da Assembleia.

Presidente: Peço desculpa, mas não tinha percebido.

O Sr. Deputado pede a palavra para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Exatamente, Sra. Presidente.

É para interpelar a Mesa para saber quantos minutos me restam para o debate, visto que fui interpelado durante a intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau e se realmente não tenho minuto nenhum será um monólogo, porque não posso responder.

Presidente: Sr. Deputado, o PCP esgotou o seu tempo, aliás, na intervenção que fez logo no início da manhã, por isso não tem tempo para poder responder.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto então se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então proceder à votação da iniciativa.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável a esta iniciativa.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção e informo a Mesa que iremos entregar uma declaração de voto por escrito. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é contra e informo a Mesa que irei apresentar também uma declaração de voto em relação a esta matéria.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é contra e também farei chegar uma declaração de voto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem agora a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 221/XI foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 1 voto contra da Sra. Deputada Independente e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. A Conferência de Líderes deliberou que o próximo ponto, o 9, e também e o ponto 22 da nossa Agenda, caso seja aprovada a urgência respetiva que consta no ponto 21, serão debatidos em conjunto, ou seja, estamos a falar do ponto 9, **Projeto de Resolução n.º 222/XI – “COVID-19 - Intervenção Emergente na Agricultura dos Açores”**, iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e refiro-me também ao ponto 22, **Projeto de Resolução n.º 227/XI – “Recomenda ao Governo dos**

Açores a adoção de medidas excepcionais em defesa do setor da Agricultura na Região”, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Como tem sido habitual nestas circunstâncias, nós teremos de justificar a urgência primeiro e votá-la, porque só na circunstância dela ser aprovada é que o debate pode ser efetivamente feito em conjunto.

Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado António Parreira para justificar a urgência.

(*) Deputado António Parreira (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão justifica-se pela crise pandémica que estamos a viver e urge também a necessidade de recomendar ao Governo dos Açores na atuação de medidas excepcionais em defesa do setor agrícola.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

(Pausa)

Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto favoravelmente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário da Mesa.

Tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, vamos então fazer o debate conjunto tal com ficou definido pela Conferência de Líderes.

Os tempos são os seguintes:

O Governo Regional, o PS e o PSD dispõem de 23 minutos;

O CDS de 15 minutos;

O Bloco de Esquerda de 13 minutos;

As Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 11 minutos e a Sra. Deputada Independente de 4 minutos.

Para apresentação da iniciativa que consta do ponto 9 da nossa Agenda, **Projeto de Resolução n.º 222/XI – “COVID-19 - Intervenção Emergente na Agricultura dos Açores”**, iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprimento todos os agricultores dos Açores que se mantêm ativos produzindo na incerteza das vendas e dos preços agrícolas, mas ao lado das suas famílias e da economia regional.

Faço votos para que todas as suas organizações representativas olhem para a situação emergente da Agricultura açoriana sem descuidar o empenho na defesa de outras políticas de reestruturação e de valorização do rendimento dos produtores indo ao encontro de um novo rumo para o mundo rural açoriano.

O PSD-Açores percebeu, desde logo, que a pandemia do COVID 19 teria impactos no rendimento dos agricultores e na competitividade das agroindústrias dos Açores, face ao comportamento dos mercados.

Infelizmente, a pandemia é a gota que está a “derramar um copo cheio” que resultou do aumento das produções agrícolas, pecuárias e florestais sem o proporcional aumento do rendimento disponível das explorações em muitos dos seus casos.

Continuamos a alertar para a redução do rendimento dos produtores, de forma persistente, sem que os custos de produção tenham diminuído.

A passividade do Governo dos Açores não foi nem é aceitável em face da gravidade das consequências futuras na Agricultura da Região, dos impactos da pandemia, que se sobrepõem à fragilidade do rendimento dos agricultores e dos persistentes problemas estruturais.

Tivemos a oportunidade de alertar o Secretário da Agricultura na Comissão de Economia dos avisos das indústrias de laticínios e da preocupação dos horticultores e dos floricultores.

Ficamos admirados com a sua passividade do que dizia não fazer sentido antecipar uma intervenção no leite e na carne.

Apesar das reuniões com industriais e associações o Secretário da Agricultura não soube interpretar o que estava em causa.

Enviou uma carta aos industriais de laticínios a apelar para que não baixassem o preço do leite aos produtores, pois entendia não haver razões que fundamentassem essa decisão.

Nos dias seguintes aconteceu, precisamente o contrário, com várias indústrias a baixarem o preço do leite, e a introduzirem penalizações pelos aumentos de produção, relativamente a anos de referência instituídos pelas indústrias e que mereceram a reação de produtores e associações.

As queijarias, por sua vez, ficaram à sua mercê, com os produtores a desviarem a produção para outras indústrias e sem a certeza do seu retorno às suas queijarias.

Esperamos que o Governo também tenha isso em atenção, pois estas já têm de concorrer com as indústrias vizinhas e que têm outras condições de mercado e de apoio, apesar do seu reconhecido mérito junto dos consumidores.

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores assume as suas competências e, deixa à consideração do Governo Regional a possibilidade da alteração do Orçamento e do Plano para afetar os recursos financeiros às necessidades dos agricultores e das agroindústrias, mas também recomendando ao Governo que negocie junto das instituições europeias o reforço dos apoios ao rendimento, a antecipação de pagamentos e a intervenção junto das indústrias.

Com a Comissão Europeia a prever a transferência de verbas do 2.º pilar do desenvolvimento rural para o 1.º pilar dos apoios diretos aos agricultores, mas para descontar no quadro financeiro para 2021-2027, irão ser postos em causa os futuros investimentos estruturais necessários à Agricultura açoriana, situação que o Governo Regional deve assegurar com o Governo da República.

Esta nossa iniciativa pressupõe a necessidade de uma grande capacidade de diálogo e de argumentação do Governo dos Açores junto do Governo da República e da União Europeia, ajustando as necessidades de resposta rápida aos impactos da pandemia na agricultura e na agroindústria regionais.

Se for necessário adiar investimentos menos relevantes face às circunstâncias atuais e no futuro próximo, o Governo deve fazê-lo.

Apresentamos neste Parlamento 13 recomendações que são 13 medidas concretas, mas que deixam ao Governo dos Açores a liberdade orçamental para a sua concretização.

Não graduamos os montantes a afetar a cada medida, mas sabemos da sua eficácia imediata.

Resultam do diálogo direto com os produtores e aplicam-se aos setores do leite, dos bovinos para produção de carne, aos horticultores, aos fruticultores, aos floricultores, aos apicultores e aos produtores florestais.

Estas 13 recomendações aplicam-se em todas as ilhas dos Açores e a todas as fileiras agrícolas e respeitam as suas especificidades.

O PSD-Açores olhou para o impacto da pandemia nas vendas e nos preços dos produtos agrícolas dos Açores nos mercados, nas dificuldades imediatas das indústrias e na sua implicação junto dos produtores.

Consideramos, por isso, que a intervenção do Governo Regional deve, para cada fileira:

- Compensar diretamente os produtores pela baixa de preços, pela perda de vendas e pela salvaguarda dos custos de produção;
- Apoiar os investimentos em curso e ajudar os agricultores a regularizar passivos;
- Compensar os custos de armazenagem e o acesso aos mercados pelas agroindústrias e pela venda direta por produtores, é outra das matérias que urge intervenção imediata.

Só assim será possível evitar a continuada perda de rendimento dos produtores e os constrangimentos da indústria e, de seguida, implementar medidas que conduzam à reestruturação, à melhoria da competitividade e da sustentabilidade das diversas fileiras agrícolas e das respetivas agroindústrias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Agricultura a “normalidade possível” é saber que os agricultores, continuam a produzir para receber menos ou para deixar de vender, sem conhecerem sequer que compensações públicas lhes serão atribuídas.

Quem não pôde trabalhar ou manter a atividade, devido à pandemia, tem sido justamente apoiado, mas quem trabalha e quem produz, em condições onde o risco também existe, tem de ser compensado.

Assim terá de acontecer com os agricultores, para que possamos, de imediato, apostar, com confiança na reestruturação da Agricultura açoriana.

Rejeitar esta iniciativa do PSD é não querer reconhecer o problema real que os agricultores açorianos enfrentam neste momento.

Não o dizemos por ser uma proposta do PSD.

Dizemo-lo por ser uma proposta construtiva que vai ao encontro das solicitações urgentes dos agricultores e das suas organizações.

O PSD tem dado provas que apoia as iniciativas que ajudam a resolver os problemas dos açorianos, sejam elas de que partido forem.

Esperamos de todos vós o mesmo empenho.

Afinal está em causa a Agricultura, o pilar da economia açoriana.

Tenho dito!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado António Toste Parreira para apresentar a iniciativa que consta da nossa Agenda como ponto 22, **Projeto de Resolução n.º 227/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas excecionais em defesa do setor da agricultura na Região”**.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

O setor agrícola é dos poucos, senão o único, setor da atividade em todo o mundo que trabalha sete dias por semana, 365 dias por ano.

Os agricultores têm sido inexcedíveis perante a situação pandémica com que estamos confrontados.

Não sendo os primeiros da linha da frente, serão seguramente os da segunda linha. São aqueles que com o seu trabalho diário continuam a produzir produtos essenciais para nos alimentar.

Neste tempo adverso e difícil em que vivemos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece e enaltece todos os nossos agricultores da Região pelo seu esforço de solidariedade que têm revelado desde a primeira hora.

Confrontados com a atual situação de pandemia COVID-19 e com o enorme impacto que esta tem tido em todas as sociedades e nos setores essenciais à sobrevivência e bem-estar das mesmas, tem sido imprescindível adaptar a

realidade atual aos apoios e às medidas previamente existentes reforçando-os ou alterando-os conforme as necessidades.

Sendo a agricultura um setor preponderante e fundamental na economia regional, o sustento direto de milhares de famílias que privadas do normal rendimento se veem impossibilitadas de contribuir devidamente para a respetiva atividade, os Governos da República e dos Açores entenderam por bem tomar medidas de apoio à agricultura no âmbito da liquidez do crédito, no âmbito fiscal e contributivo e no âmbito do apoio ao emprego entre outras.

Especificamente no que ao Governo dos Açores diz respeito antecipou-se em 70% os pedidos de pagamento das medidas de investimento ao PRORURAL+ e em 30% do suplemento do prémio aos produtores do leite no âmbito do POSEI, bem como os procedimentos com vista ao pagamento aos agricultores das ajudas de programas regionais, como foi o caso do PRONAF, entre outras medidas ainda recentemente anunciadas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Contudo e não obstante o muito que já foi feito e o caminho a percorrer ainda é longo, implicará a participação das diversas entidades regionais, nacionais e europeias, de modo a reduzir o aumento possível os inevitáveis impactos da atual crise pandémica e a salvar o setor agrícola e todos os seus intervenientes de uma crise que se estenderá para além do fim da pandemia, caso não se unem esforços e se reforce o apoio a um setor indispensável na economia regional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta o Projeto de Resolução que recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas excecionais em defesa do setor da agricultura da Região.

Essas medidas passarão pelo reforço dos mecanismos de auscultação permanente dos parceiros do setor, de modo a acompanhar com proximidade a evolução do mesmo na atual situação de crise e no contexto particular de cada uma das ilhas.

Que o Governo dos Açores recomende ao Governo da República que diligencie junto da Comissão Europeia pela antecipação dos pagamentos das ajudas no âmbito do POSEI e do PRORURAL+ afim de atenuar as consequências económicas resultantes das dificuldades do escoamento das produções e a criação de medidas concretas de apoio ao rendimento dos produtores das fileiras mais afetadas pela pandemia COVID-19, de modo a compensá-los pelos prejuízos ou perda de rendimento resultantes da situação atual e a disponibilizar a necessária dotação orçamental para aplicação das mesmas.

Que avalie a criação de mecanismos de apoio aos diversos intervenientes do setor, a saber:

- aos produtores de leite açorianos para que se atenuem os efeitos das explorações resultantes da pandemia COVID-19, nomeadamente a perda da receita resultante da descida dos preços do leite;
- aos produtores de flores, designadamente de próteas, a fim de minimizar os prejuízos em que incorrem devido à paragem, comercialização de flores decorrente do colapso do mercado holandês e das dificuldades ao nível dos transportes;
- aos agentes do setor da vinha e do vinho açoriano que se encontravam em fase de engarrafamento das suas colheitas no ano anterior, aquando do início da pandemia COVID-19 e que se depararam com o cancelamento de grande parte das encomendas já rececionadas;
- acompanhe e monitorize os setores da carne da hortifruticultura de modo a avaliar a necessidade de encontrar mecanismos que facilitem a sua comercialização e eventual necessidade de intervenção no apoio aos produtores;
- estabeleça contactos e parcerias com a grande distribuição com vista a reforçar a visibilidade e notoriedade dos produtores açorianos junto do mercado nacional e aumentar o comércio na penetração dos mesmos;

Por último, que promova um plano de comunicação articulado com o setor, focado na proposta de valor dirigido ao mercado nacional, com o

desenvolvimento de ações de comunicação e promoção dos produtores agroalimentares açorianos.

Sempre atentos a possíveis problemas e necessidades do setor agrícola e de todos os seus intervenientes, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderia deixar, como é seu apanágio, de pôr a agricultura no centro das suas preocupações, dando-lhe vida e merecido destaque e valorizando um setor que faz dos Açores uma Região agrícola por excelência.

Disse.

Presidente: Estão então agora abertas as inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Obrigado.

Presidente: Obrigada eu.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Srs. Deputados, bom dia a todos.

Vivemos todos, até hoje, um tempo excepcional numas circunstâncias também incomuns. Naturalmente, a Covid-19 trouxe à escala global um forte impacto a toda a economia.

Os Açores não são exceção.

O setor agrícola tem dado, uma vez mais, grandes provas de resiliência e resistência.

Nunca deixando de produzir com qualidade e em quantidade.

É por isso justo reconhecer publicamente o esforço dos nossos agricultores.

Realçar a sua enorme vitalidade, salientar o seu empenho e sentido de responsabilidade no contributo que deram para o dinamismo da economia e abastecimento do mercado açoriano e do país.

Desde o primeiro momento o Governo dos Açores tem acompanhado com grande proximidade os impactos causados pela Covid-19; tem monitorizado em permanência a evolução e o comportamento dos mercados e tem mantido um diálogo constante com a Federação Agrícola dos Açores e demais representantes setoriais, como os industriais de laticínios e outros operadores económicos e os próprios agricultores.

Temos acompanhado as preocupações destes agentes económicos e feito por suster, com medidas, os impactos mais negativos da crise, indo ao seu encontro, dentro de um quadro de urgência compreensível.

A Agricultura, como todos bem sabemos, não está imune às consequências da pandemia.

Na verdade, os efeitos sentidos não afetaram todos os setores ao mesmo tempo, nem se verifica o mesmo grau de intensidade em todos eles.

A importância do setor primário na economia açoriana assim o impõe e neste sentido temos a estrita obrigação da preocupação e o dever da ação. Passemos um olhar analítico sobre o setor para melhor entendimento da sua conjuntura.

Apesar de no início da atual crise se ter verificado uma crescente procura por produtos lácteos considerados essenciais, não deixa de ser preocupante os impactos no setor em resultado da redução do consumo e da descida dos preços no mercado europeu do leite em pó magro e da manteiga industrial em cerca de 30%.

No caso da carne de bovino verificou-se no início um crescimento do consumo, mas atualmente a tendência é para a estabilização na procura.

Se analisarmos os indicadores dos primeiros 4 meses deste ano, verificamos um crescimento de 2,1% nos abates para o consumo local, 1,9% na expedição em carcaça e uma redução muito significativa nos abates para a desmancha. Em termos globais a redução de abates foi de 1,9% em relação 2019, mas, ainda assim, com um crescimento de 6,5% em relação a 2018.

Embora não seja transversal em toda a Região, têm-se verificado, em termos médios, ligeiras alterações no preço pago ao produtor em algumas categorias. Com o fim do confinamento em Portugal e Espanha abrem-se boas perspetivas para uma recuperação do escoamento neste setor.

Na horticultura as maiores dificuldades foram sentidas principalmente pelos produtores que comercializam preferencialmente as suas produções no canal Horeca, mas também aqui os agricultores, rapidamente se adaptaram e as suas produções têm sido escoadas na venda a retalho e nas entregas ao domicílio e a situação tende a normalizar-se.

Na vitivinicultura, muito dependente da exportação, bem como das vendas para o canal Horeca, a grande preocupação prende-se com a quebra de receitas dos operadores económicos, com a necessidade de proceder ao pagamento aos produtores de uvas e garantir as condições para a realização da próxima vindima.

Na fruticultura, apenas se registam alguns constrangimentos com a produção de ananás. Igualmente muito dependente do turismo e da exportação, sem grandes dificuldades de escoamento ainda, registou uma ligeira quebra no preço de comercialização, contudo, nas últimas 2 semanas verificou-se uma recuperação. A nossa preocupação é a dos produtores está centrada no período de maior produção que ocorrerá em agosto.

Na floricultura, a produção de próteas, com o encerramento do mercado holandês e americano com milhares de flores ficaram impedidas de serem colhidas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Desde a primeira hora umas das prioridades do Governo Regional foi a de reforçar a liquidez do setor agrícola.

Face à evolução e à situação de cada setor o Governo dos Açores tomou uma série de medidas fundamentais, em concertação com a Federação Agrícola dos Açores, e na defesa do setor primário, como por exemplo:

- Antecipamos o pagamento de um conjunto de apoios regionais aos agricultores;
- Antecipamos também 70% dos pedidos de pagamento, no âmbito do PRORURAL+ e 30% do suplemento ao prémio aos produtores de leite, no âmbito do POSEI, que estava previsto pagar em junho;

Assim, num esforço comum, de dimensão significativa, somos todos chamados à responsabilidade, à solidariedade e a intensificar esforços a diversos níveis num tempo muito curto.

Mas, face à dimensão social e económica desta pandemia, é no plano europeu que deverão ser tomadas medidas forte, solidárias e que ajudem a recuperar o setor agrícola.

O pacote de medidas já aprovado pela Comissão Europeia, para mitigar as consequências da pandemia na agricultura é, sem dúvida, positivo, mas não dá a resposta, quanto a nós, às necessidades da agricultura dos Açores.

O reforço da nossa coesão sócio-económica precisa de uma solidariedade europeia ativa e compreensiva para as dificuldades da agricultura na nossa ultraperiferia.

Veja-se o caso dos apoios à armazenagem privada de queijo, manteiga industrial e leite em pó desnatado que embora úteis, não compensam as perdas de receita resultantes da redução das vendas e depreciação dos preços.

Já fizemos chegar ao Ministério da Agricultura propostas para que o Governo da República diligencie junto da Comissão Europeia o reforço das medidas já tomadas.

No atual cenário, o que se espera da UE é o lançamento de novas medidas mais eficazes, como seja, por exemplo, a disponibilização de recursos financeiros para apoiar os nossos produtores, cujos rendimentos vão ser afetados e as agroindústrias, que se deparam com dificuldades no escoamento e valorização das suas produções.

De igual modo, medidas que tenham impacto ao nível dos mercados, como, por exemplo, incentivos à redução voluntária das produções, por forma a evitar a acumulação de excedentes nos mercados que pressiona a baixa de preços nos mercados.

Também no setor dos vinhos seria desejável que a CE fosse mais além, apoiando a armazenagem privada e a perda de rendimento dos produtores de vinho, em vez de transferir essas responsabilidades para os Estados Membros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas do Governo:

Neste debate está em apreciação uma proposta do PSD, que apresenta medidas de emergência para o setor agrícola em tempo de pandemia!

A iniciativa de proposição e a vontade de apresentar soluções, por parte do maior partido da oposição é naturalmente positiva, legítima e de compreensível aceitação.

Contudo, o Governo dos Açores não pode deixar de manifestar discordância em relação ao caminho que o PSD pretende tomar.

Querer tudo dar indo até ao dar tudo sem limite, sem olhar à disponibilidade dos recursos financeiros é o caminho errado.

Refiro apenas dois exemplos que evidenciam bem aquilo a que me refiro.

1.º – a medida n.º 2 propõe que se compense a redução dos preços, em todo o setor agrícola, com base nas perdas totais e parciais.

A ânsia de querer agradar a todos descredibiliza quem propõe tal medida.

Os agricultores sabem, melhor do que ninguém, que os recursos financeiros não são ilimitados e têm de ser geridos com critérios de razoabilidade.

É preciso que fique claro que as dificuldades não são as mesmas para todos.

O que é justo é afetar os recursos existentes a quem efetivamente necessita e a quem ficará mais limitado em resultado da dimensão dos prejuízos causados pelo COVID-19. É precisamente este princípio de equilíbrio, credível, que nos permite ter derrogações e uma discriminação positiva no atual contexto europeu e nacional.

No segundo exemplo a medida n.º 13 propõe um apoio extraordinário ao abate voluntário de animais, por impossibilidade de acesso ao mercado e a intervenção no escoamento de bovinos vivos.

Esta medida é mais uma evidência da falta de consistência nas ideias do PSD.

A vontade de apoiar sem critério é tal que o PSD até apresenta propostas para problemas que não existem, particularmente no atual contexto.

Não se trata de antever os problemas e ser proactivos, mas antes a vontade de prometer e exigir do Governo, o que se sabe não ser prioritário corresponder.

Esta seguramente não é a nossa estratégia.

Aquilo que de pior se pode fazer nessa altura de incerteza, é criar falsas expectativas ao setor e aos agricultores.

O que o setor precisa é de confiança no futuro.

A confiança constrói-se com políticas realistas, eficazes e responsáveis.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas Membros do Governo:

Naturalmente o Governo dos Açores acolherá aquelas que foram as recomendações, aprovadas pelas senhoras e pelos senhores deputados, para

aperfeiçoarmos e construirmos as melhores, mais justas e mais equilibradas respostas para a recuperação das fragilidades no setor agrícola e para o seu relançamento.

Podem contar connosco para continuarmos a trabalhar, em particular, com a Federação Agrícola dos Açores e outros agentes do setor na monitorização e avaliação dos efeitos da pandemia e na construção das melhores soluções para o relançamento da agricultura. A nossa ação seguirá naquilo que para nós são princípios estratégicos desde a primeira hora:

- As intervenções de apoio ao setor devem ser concretizadas com rigor e critério, em função da dimensão dos prejuízos efetivos e com sentido de responsabilidade;
- Pugnar por garantir a maior liquidez possível ao setor e lutar pela adequada sustentabilidade do mesmo;
- Diligenciar um nível de rendimentos adequados no atual contexto;
- Trabalhar pela abertura consistente dos mercados aos nossos produtos e pelo escoamento das nossas produções;
- Logo que se verifique necessário não deixaremos de lançar mais medidas de auxílio ao relançamento do setor;

Termino reiterando uma mensagem que deve ficar muito clara: a prioridade de todos parceiros do setor agrícola na Região deve ser o de tudo fazer para garantir a sustentabilidade futura, pelo que é necessário manter o bom senso e a razoabilidade nas medidas defendidas na sua equilibrada aplicação.

A verdade é que o momento que estamos a atravessar, fruto da pandemia, não está a ser fácil para ninguém e só com união de esforços, responsabilidade coletiva e ambição de vencer conseguiremos todos ultrapassar este enorme difícil desafio.

Acredito, convictamente, que juntos venceremos mais este.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A agricultura apesar de ser um setor fundamental na nossa economia, apesar do trabalho incansável, resiliência e capacidade de superação dos nossos agricultores, a verdade é que ao longo dos anos muitos e consecutivamente têm sido os obstáculos que estes tem enfrentado, desde as condições meteorológicas adversas, desde os problemas no escoamento dos seus produtos, ou porque lhes é incentivado a melhorar e aumentar as produções e depois é-lhes dito que têm de diminuir esta mesma produção... mas a verdade é que mesmo assim os nossos agricultores tem feito um trabalho notável e incansável.

O Grupo Parlamentar do CDS defende que tem de ser criadas medidas para apoiar este setor, pois agora mais uma vez foi comprovada a importância desta atividade na nossa economia, e temos agricultores, empresas agrícolas e a indústria que estão perante situações difíceis, já a 14 de abril apresentámos um requerimento a manifestar a nossa preocupação quanto às limitações impostas

nas entregas de leite, em São Jorge, e a questionar o que está a ser equacionado pelo Governo, para apoiar o setor.

Efetivamente na agricultura é necessário um esforço adicional para apoiar os agricultores, pois as medidas até ao momento apresentadas para a agricultura ainda são insuficientes.

Contudo, e apesar de defendermos que é necessário o Governo Regional diligenciar junto do Governo da República e este junto da Comissão Europeia, no setor da agricultura, nas mais variadas vertentes, a verdade é que o que os agricultores querem saber é, enquanto terão que aguardar por todas estas diligências, que apoios é que poderão contar no imediato? Pois como é natural, à semelhança do que acontece com outros setores, os agricultores precisam de apoio agora.

Como tal, o Grupo Parlamentar do CDS defende que paralelamente a essas diligências é necessário dar uma resposta atempada, eficaz, aos agricultores, de forma a mitigar e minimizar os prejuízos que estes estão a ter.

Quanto a estas duas iniciativas que estamos agora a debates, a do PSD e a do PSD, relativamente à do PSD surgem-nos algumas questões, nomeadamente:

No ponto 2, quando temos a compensação à redução dos preços de leite, dos bovinos de carne e de outros produtos hortícolas, frutícolas, florícolas e florestais através de ajudas diretas e proporcionais, perguntamos, no caso dos limites impostos à entrega de leite que resultam também numa redução de rendimento, não deveriam estes agricultores também ter uma compensação?

Porque a verdade é que as restrições impostas à redução de produção, só existem dois caminhos para tentar contrariar no imediato esta situação: ou os produtores abatem as suas vacas ou deixam as suas vacas passar fome.

E é de lembrar aqui a iniciativa do CDS apresentada em 2016 (pagamento único) que defendia que cada produtor podia optar por reduzir até 20% da sua produção ou do seu efetivo sem ter qualquer penalização nas ajudas do POSEI. Esta agora seria, sem dúvida, uma boa opção para apoiar os produtores.

No enquanto, quando estamos a falar na redução dos preços dos bovinos, quando estamos a falar no apoio à compensação na redução dos preços de bovinos de carne, pergunto: estamos a falar de carcaças ou bovinos vivos?

No ponto 3, onde se fala em criar um sistema de preços tabelados, ficamos aqui com uma dúvida se efetivamente estamos a falar se o que se pretende com este ponto é que os preços e os fatores de produção fiquem tabelados.

Ou seja, vamos dar um exemplo: temos um saco de ração que custa 15€. Se este passar a custar 18€ o Governo Regional assegura o diferencial? É isso que se pretende? É isso possível no mercado livre que temos atualmente?

No ponto n.º 4, e percebendo a bondade da proposta, consideramos é que na verdade cria uma enorme desigualdade. Vamos imaginar um produtor que em janeiro, por exemplo, com enorme esforço executou o seu investimento, deu o seguimento atempado ao seu projeto e agora depara-se com toda esta situação e como já executou o seu projeto vai ficar sem este apoio adicional.

No ponto n.º 6, quando é mencionado o reforço da dotação financeira do POSEI, acreditamos que é preciso repensar as rubricas do POSEI, pois por um lado é preciso reforçar o envelope financeiro para as rubricas em que os produtores mais concorrem, e que têm existido consecutivamente rateios acentuados, mas por outro acreditamos que é urgente repensar essas rubricas nomeadamente no que se refere à reconversão de pastagem.

Depois, no ponto 10, quando falamos em conceder um apoio à armazenagem de produtos lácteos, vinhos... menciona outros produtos agrícolas. Perguntava: que outros produtos agrícolas é que se refere? Porque efetivamente muitos deles, principalmente os produtos hortícolas, são perecíveis e como tal não têm grande tempo de armazenamento.

No ponto 11, quando falamos em apoios adequados, queria perguntar o que é que o PSD considera como apoios adequados? Este apoio seria certamente à indústria, porque quando estamos a falar em leite em pó, as torres de secagem estão na indústria.

No ponto n.º 12, em que temos a questão da redução da fatura energética da agroindústria e aos agricultores, perguntava o que é que pretendia efetivamente, de uma forma mais concreta, com esta medida? Era dar um apoio indiscriminadamente a todos aqueles que perderam rendimento? É porque ainda aquando do plenário anterior e quando falámos na questão da redução das tarifas e do apoio a dar às famílias e empresas, a posição do PSD era efetivamente que tinha de ser àqueles que tinham sofrido essa redução.

Portanto, também perguntava aqui se seria de uma forma indiscriminada, ou àqueles que perderam rendimento?

Quanto ao proposto pelo PS queríamos dizer o seguinte:

No ponto 4 também consideramos que a perda de receita para além de ser resultante da descida dos preços de leite, a verdade é que as limitações impostas nas entregas de leite fazem com que exista essa perda de receita, porque na verdade é que no caso de São Jorge temos um teto máximo nas entregas com médias calculadas de 20 a 26 de abril e como tal esses limites à produção vão-se refletir também numa perda de receita.

Depois, nos pontos resolutivos 4, 5 e 6, só para confirmar, queria questionar se os mecanismos de apoio aqui propostos estão a referir-se aos apoios que resultam do orçamento regional? Certo?

Depois, queria questionar a bancada do PS qual o motivo da diferenciação aos produtores de leite, produtores de flores e agentes do setor da vinha e do vinho, onde até já propõe que se avalie a criação de um mecanismo de apoio, mas depois no ponto 7, estamos a falar do setor da carne e da horto-flori-fruticultura, a verdade é que mencionam a eventual necessidade de apoio.

A minha questão é se efetivamente há uma dúvida por parte da bancada do PS que exista esta necessidade de apoio?

Por exemplo, no caso da carne o quilo por carcaça da vaca, essa redução já é refletida. Por exemplo, aqui em São Jorge os produtores dizem que no quilo por carcaça de uma vaca que antes vendiam a 2€/kg agora estão a vender a preços

de 1€ a 1,40€. No caso do novilho que vendiam a 3,15€/kg, neste momento estão a vender a 2,90€/kg.

Ou seja, esta redução no setor da carne, que já é notória, como qual, queria questionar se efetivamente existe aqui alguma dúvida da necessidade do apoio quando a estes setores?

O Grupo Parlamentar do CDS considera que como está preconizado na proposta do Partido Socialista, nos pontos resolutivos 8 e 9 são importantes e agora mais do que nunca apostar e potenciar o consumo a nível nacional dos nossos produtos, e como é óbvio a nível regional tem que ser algo que tem que ser feito de uma forma eficaz e acredito que seja um bom contributo para o setor, para além de também promover a diversificação agrícola. Essa diversificação agrícola tem sido defendida pelo CDS.

Lembro aqui que em abril de 2019, apresentámos uma proposta que foi aprovada por unanimidade, quanto ao apoio à recuperação, produção e comercialização do inhame e do café em S. Jorge.

Como tal, acreditamos que efetivamente este é um caminho que devemos seguir.

Assim, e só para finalizar esta primeira intervenção, queria dizer que o Grupo Parlamentar entende que efetivamente tem que ser dada uma resposta ao setor agrícola, uma resposta que seja atempada, que seja eficaz e que paralelamente a esses mecanismos de apoio no imediato tem de ser feito um grande esforço junto do Governo da República, junto da Comissão Europeia para que os Açores não sejam prejudicados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A opção por uma certa intensificação da atividade pecuária, em torno do setor leiteiro industrializado com enfoque na produção com pouco ou nenhum valor acrescentado, gera fortes constrangimentos.

O aumento desmesurado da produção leiteira, numa espécie de «fuga para a frente» que se assiste num cenário pós-quotas leiteiras favorece as multinacionais do setor que pagam cada vez menos à produção.

Num cenário de pandemia, como o que vivemos, apela-se à redução da produção e continua-se a pagar cada vez menos aos produtores. Tudo para proteger os interesses de multinacionais e à especulação mundial que grassa os mercados agrícolas.

A conjuntura atual descobriu ainda mais a fragilidade da atividade agrícola quando tratada como se de um negócio financeiro e especulativo se tratasse.

Este é um setor intimamente ligado à natureza e às suas vicissitudes, e esta pandemia é uma dessas enormes vicissitudes.

Assim, e perante os claros constrangimentos, apela-se, e bem, à intervenção do poder público, tão demonizado por liberais.

As duas propostas acabam por defender uma intervenção aos mais diversos níveis, incluindo comunitário, para atender às lacunas criadas ou aumentadas, no setor, pela pandemia.

As numerosas recomendações feitas pelo Grupo Parlamentar do PSD podem ser uma oportunidade para que a grande indústria e grandes superfícies comerciais – tão habituadas a receber todo o tipo de apoios e a explorar os produtores – fiquem obrigadas a pagar condignamente ao produtor e a participar na valorização dos produtos como contrapartida por quaisquer apoios que venham a receber.

Assim, votaremos a favor da proposta do PSD.

A iniciativa do Partido Socialista contém menos recomendações, as quais assumem a forma de sensibilização ao Governo.

Como nada temos contra a possibilidade de se sensibilizar o Governo para que se beneficie os produtores, principalmente aqueles que seguem um modo de produção extensivo e com maior potencial para criar valor acrescentado, votaremos a favor da iniciativa do Partido Socialista.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Agradeço que se inscrevam.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, Sra. Presidente, João Corvelo.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (Independente): Graça Silveira...

Presidente: Graça Silveira.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente,...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): Gostaria de inscrever a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento de todos que os agricultores têm perdas de rendimento notórias ano após ano. Isto é notório, a quebra de rendimentos na parte do leite, mas também na carne. Aliás, quando falamos em perdas de rendimentos é preciso não esquecer que esta semana os agricultores foram chamados aos

serviços de desenvolvimento agrário para levarem alguns documentos para haver pagamento de apoios que estão em atraso desde 2017. Isto dificulta a vida de todos agricultores.

Mais!... Quando um agricultor faz um investimento para a sua exploração agrícola, em programas como por exemplo a compra de roçadoras ou de cercas elétricas, é preciso não esquecer que o agricultor só recebe este apoio ao fim de um ou dois anos. Isto é o que está acontecendo atualmente na agricultura e nós afirmamos que há um desinvestimento enorme por parte da agricultura e tem sido notório ano após ano.

Os agricultores sabem fazer as suas contas, os agricultores fazem as suas contas.

Qualquer agricultor diz hoje que recebe menos do que recebia o ano passado, e o ano passado dizia que tinha recebido menos do que tinha recebido há dois anos.

Portanto, o rendimento dos agricultores é cada vez menor ano após ano. Aliás, podemos afirmar categoricamente isso, que o agricultor é aquele que trabalha mais na cadeia toda e é o que menos recebe. Isto é notório e é prática comum.

Dou-lhe um caso concreto. O Sr. Secretário acabou há bocado de dizer que existiam muitos investimentos na agricultura e cada vez mais. O que é certo é que, por exemplo, e dou um caso concreto, há investimentos que foram aprovados e estão em orçamento há dois anos na Assembleia Regional dos Açores, para apoio aos agricultores, e que até hoje não começaram, por exemplo, na Ilha das Flores, e que são apoios importantes para a agricultura. Ou seja, promete-se, mas quando se vem a cumprir e quando se vem a ajudar os agricultores é dois e três anos e muitos desses agricultores até já estão numa situação financeira muito delicada e muito débil.

Os agricultores nos Açores têm sido alvos, no nosso entender, de uma política errada por parte do Governo Regional dos Açores e também por parte da União Europeia.

Isto tem sido muitas vezes levantado e denunciado pelo PCP, que tais políticas erradas conduzem a um desinvestimento muito grande na agricultura e a uma perda de rendimento enorme por parte dos nossos agricultores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional que diz que neste momento o pacote de medidas aprovado pela União Europeia para compensar os produtores e o setor em geral em relação à pandemia, não dá as respostas necessárias à Região.

Gostaria de saber em que é que as linhas de apoio da União Europeia divergem da possibilidade da Região aceder? Porque todos nós sabemos que a União Europeia tem assumido na área da agricultura uma linha de dar cada vez mais apoios na área ambiental, de redução dos impactos ambientais, da diversificação agrícola, da utilização de recursos endógenos, preferencialmente em relação à importação de rações, etc., etc., e a verdade é que ano após ano, as rubricas do POSEI são rigorosamente as mesmas e o tipo de apoio e de medidas que a Região pede são rigorosamente as mesmas.

Portanto, a questão vai no sentido se a Região não consegue aceder a esse tipo de apoios que neste momento a União Europeia dá porque continua com um modelo de desenvolvimento agrícola que vai ficando gradualmente fora daquilo que a União Europeia está disponível para apoiar.

Depois dizer que concordo em absoluto com aquilo que o Sr. Secretário disse, que é fundamental para o setor que haja uma confiança por parte dos produtores no futuro, porque desde o fim das quotas leiteiras à pandemia existe sempre um problema qualquer mundial (ou porque baixou o preço do petróleo) em que a nossa agricultura revela as suas fragilidades. A questão é simples.

Portanto, andamos sempre atrás do prejuízo a tentar compensar os nossos produtores por perdas de rendimento.

Eu penso que, porque há um ditado muito antigo que diz que “a necessidade aguça o engenho”, não seria a altura certa de nós repensarmos uma série de formas de estar e de fazer agricultura, nomeadamente a diversificação agrícola, fomentar os recursos endógenos nomeadamente a pastagem. Todos nós dizemos que o nosso leite e a nossa carne são especiais em termos de características nutricionais devido ao maneio em pastagem, mas em relação às forrageiras fazemos rigorosamente nada.

Depois dizer que os apoios à exportação neste momento é um não assunto, a não ser para a carne, porque a verdade é que o continente português só é autossuficiente em 50% de consumo de carne de bovino, e portanto aí a Região tem ainda uma oportunidade grande de crescer em termos de exportação de carne para o continente e, portanto, o apoio às medidas de exportação aí faz todo o sentido.

Agora, quando todo o resto do país e da Europa está completamente excedentária em produtos lácteos, andar a fazer apoio às medidas de exportação parece-me que é perfeitamente desnecessário.

Perguntar, por que é que em nenhuma das propostas, com 14 pontos resolutivos... Eu aproveito para dizer que no caso do PSD é muito difícil para qualquer Deputado desta Casa ser consensual em relação a 14 pontos resolutivos. Portanto, a probabilidade de nós querermos aprovar uma proposta de resolução destas é baixíssima, porque eu posso estar a favor de quatro ou cinco pontos e não estar a favor de dois ou três, o que condiciona automaticamente o meu sentido de voto.

Em relação à do PS, quer dizer, as medidas é, ou que o Governo Regional proponha qualquer coisa à República e que a República proponha qualquer coisa à Europa ou que avalie, avalie, avalie, ou acompanhe ou estabeleça contactos.

Portanto, basicamente não quer dizer rigorosamente nada.

Mas já agora no meio de todos estes pontos resolutivos genéricos, podia-se abordar uma questão que eu acho que é fundamental, que o CDS sempre defendeu e todos os outros políticos acompanharam no discurso e na prática pouco, que é a do mercado interno.

Eu penso que neste momento seria a altura efetivamente de valorizar o mercado interno, ou seja, criar medidas que tornassem os produtos açorianos mais competitivos no mercado local, porque uma das questões que é sempre dita é que as pessoas nos Açores não consomem os produtos...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... açorianos uma vez que são mais caros que as outras marcas.

Portanto, criar medidas, quer baixando os custos de produção, quer arrançando ou através da Marca Açores ou outros mecanismos que o Governo Regional tem ao seu alcance, de tornar os produtos açorianos mais competitivos no mercado local e tentar promover o consumo dos produtos açorianos nos Açores e não no resto do mundo, porque neste momento o resto do mundo está numa situação também muito complicada para conseguir escoar os seus produtos.

Muito obrigada, Sra. Presidente, pela tolerância.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada Independente esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O contexto que vivemos fruto da pandemia Covid-19 colocou a humanidade numa prova de fogo em tudo radical, agressiva e desestabilizadora. Com esta pandemia, somos obrigados a reconhecer que em tudo somos um todo, e que este todo deve humildemente reconhecer, preservar e cultivar uma verdadeira

ação e cooperação global a bem de um elemento tão fundamental como as nossas vidas!

E de todas as evidências e aprendizagens que podemos aludir, o peso e a importância da agricultura na manutenção da vida é sem dúvida uma delas.

O Projeto de Resolução agora em análise, tem o mérito de trazer a debate e reflexão problemas e desafios de diversos sectores no presente e fruto do contexto que vivemos.

Todavia, e apesar da sua intenção, não pode deixar de assumir o trabalho, investimento e o esforço conjunto do Governo Regional e dos produtores agrícolas.

Nem minorar todas as conquistas e avanços na agricultura Açoriana nos últimos anos.

O Partido Socialista reconhece que diversos sectores mostram sinais de dificuldades, consequentes da diminuição das exportações, dificuldades de acesso aos mercados e do golpe drástico no consumo a partir do incremento do turismo que vivíamos na Região, e destacamos a horticultura a floricultura a produção de ananás o vinho e o setor da carne.

Porém, preocupam-nos outros problemas e a sua recorrência, e falamos da atual situação do sector leiteiro, que mais uma vez por razões, algumas fundamentadas, outras nem tanto, vê o seu rendimento comprometido. Condenamos neste processo a falta de diálogo e de solidariedade entre a indústria e os agricultores de São Miguel, Terceira e Graciosa. Condenamos igualmente a imposição de penalizações assentes em flutuações de mercado pontuais. Acreditamos que os níveis de consumo do leite estabilizarão e que teria sido prudente esperar alguns meses, e aguardamos com expectativa que assim que aconteça a indústria seja igualmente lesta na reposição do preço do leite.

Este e outros possíveis desafios que aqui abordamos, requerem uma intervenção sustentada em aferição de prioridades, em critérios e ponderação, em estabelecimento de equilíbrios e não injustiças ao dar e prometer tudo a todos!

E neste sentido, subscrevemos o conjunto de medidas que foram sendo implementadas por parte do Governo, todas elas focadas por um lado, na ação imediata de recuperação da liquidez das empresas e explorações, e por outro, numa ação a médio e longo prazo, que encaixe uma gestão equilibrada dos recursos público financeiros, para que possamos assegurar se necessário novos apoios, em especial num contexto eventual de uma segunda vaga.

E é por isso, que mais uma vez exortamos a União Europeia a assumir de uma vez por todas o reforço de investimento na PAC e seus pilares, a assumir que investir na agricultura é fundamental nesta e em outras crises que virão!

Sras. e Srs. Deputados:

Nós enquanto políticos somos mais do que nunca chamados a construir soluções, a fazer parte das decisões e a contribuir na resolução de constrangimentos do presente e do futuro. Ora se por um lado este é um privilégio, é igualmente um dever e uma responsabilidade que devemos como representantes do povo honrar, defendendo valores como firmeza, coragem e coerência nas ações, posturas e políticas.

Se há assuntos que nos unem há posturas e abordagens que nos separam e distinguem...!

Neste caso assinalamos presunção versus propositura...

Promoção de injustiças ao invés de equilíbrio ...

Concretização de medidas versus medidas pouco consequentes...!

E, por fim, e pior ainda, ignorar intencionalmente instrumentos que já visam colmatar necessidades construídas com os representantes do sector...!

Sras. e Srs. Deputados:

Jaime Piçarra do IACA, que diz que a pior pandemia é a que nos tolhe a capacidade de agir, pensar e de aprender com as crises!

E por isso mesmo consideramos que o futuro é incerto, mas a vontade é muita e mais uma vez postos em causa acreditamos que os agricultores, com o apoio do Governo Regional, sairão mais fortes e capazes...!

Disse...!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 55 minutos.

De momento a mesa não tinha inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Inscrevia o Sr. Deputado António Almeida, por favor.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para um contributo no debate, mas também um contributo justificativo.

Admira-me que a reação do Sr. Secretário Regional se dirija apenas ao Projeto de Resolução do Partido Social Democrata sem comentários relativamente à

iniciativa do Partido Socialista, desde logo, porque percebo, ou talvez o Sr. Secretário tenha feito de conta que não percebeu, que a nossa iniciativa é abrangente e transversal.

A nossa preocupação não foi apresentar treze Projetos de Resolução versando as diversas áreas, mas sim agregar num documento abrangente aquilo que serve os interesses de todas as ilhas, mas também de todas as fileiras agrícolas.

Segunda questão importante a considerar: a nossa iniciativa faz-se no contexto dos impactos da pandemia e, portanto, é tendo em conta o impacto na produção, na transformação e na comercialização que essa proporcionalidade que nós apresentamos deve ser respeitada.

Da mesma forma que o Governo e nós assim o entendemos, compensa a um trabalhador na íntegra para receber o seu salário, para não perder rendimento. É assim que deve pensar-se relativamente aos agricultores na respetiva proporcionalidade atendendo a cada um dos casos.

Naturalmente que há horticultores, fruticultores e floricultores, com impactos diferentes da pandemia. Essa graduação é naturalmente atendida de acordo com a circunstância de cada fileira e, portanto, o Governo Regional, com a nossa iniciativa utiliza os instrumentos que entender para superar a ineficácia em cada uma das fileiras e em cada uma das nossas ilhas.

O facto de nós termos uma iniciativa que concretiza e é objetiva, deixando, no entanto, ao Governo a decisão de critérios para a atribuição dos apoios não invalida que reconheçamos que o Partido Socialista ao apresentar a sua iniciativa o que nos diz é que afinal o Governo não está a fazer com emergência e com urgência o que devia ter feito.

Começa, desde logo, o Partido Socialista por entender que o Governo deve reforçar os mecanismos de auscultação dos parceiros sociais. O que o Partido Socialista está a dizer é que o Sr. Secretário Regional não tem estado com os parceiros sociais, não tem ouvido os parceiros sociais.

Se calhar até reuniu, mas a verdade é que não os tem ouvido, razão pela qual o Partido Socialista acha que o Governo deve ouvir melhor os parceiros sociais.

Depois, em duas recomendações, apenas recomenda que o Governo Regional diligencie junto da Governo da República para, por sua vez, diligenciar junto com a Comissão Europeia medidas em concreto para os apoios aos diversos setores e aumento do leite

E eu pergunto: mas o Governo ainda não fez isso? Nós já estamos a saber que consequências vão existir no setor de laticínios nas diversas ilhas e o Governo ainda não diligenciou junto da Comissão Europeia para dar resposta a esse tipo de preocupações?

Nós achamos estranho que o Partido Socialista tenha de recomendar ao Governo que faça isso. Nós pensávamos que isso já estava feito, ainda mais quando a Comissão Europeia nos últimos tempos tem dado nota de abertura para que Portugal e os diversos estados-membros façam tudo o que está ao seu alcance para compensar os impactos da pandemia.

Portanto, o Governo Regional e o estado-membro de Portugal têm condições para socorrer, caso a caso, atendendo às circunstâncias e aos diversos impactos, àquilo que é preciso fazer.

Aliás, diria mais: não creio que o Governo Regional tenha qualquer problema em negociar com a Comissão Europeia.

Quando o Governo diz que nunca os Açores tiveram tanta influência em Bruxelas como agora, na boca de um dos Srs. Secretários Regionais o que eu subentendo é que o Governo Regional tem condições de diálogo com as instituições europeias para encontrar as melhores soluções.

Portanto, não acho que seja útil nesta fase que o Partido Social Democrata tivesse apresentado um Projeto de Resolução com recomendações para avaliar a criação de mecanismos.

Ora, avaliar a criação de mecanismos não resolve o problema dos agricultores que não têm recursos para pagar as contas, não resolve o problema dos

agricultores que a pretexto de já terem uma situação de fragilidade de rendimentos não vão conseguir substituir ao impacto da redução dos preços e até do aumento dos custos de produção.

Portanto, não é avaliando que se resolve os problemas dos agricultores, mas sim compensando, mas sim decidindo, mas sim agindo, razão pela qual temos dado nota da passividade do Governo relativamente aos impactos da pandemia.

Presumo que será para ganhar tempo, presumo que será para ver o que é que o estado-membro terá em termos de disponibilidade para transferir à Região e depois inventariar ou inventar um quadro de apoios de acordo com essas disponibilidades.

No entender do PSD o que é preciso agora é agir de acordo com a situação de cada fileira e em cada uma das nossas ilhas, daí a nossa abrangência.

Começaria e também respondendo às preocupações manifestadas pelo CDS-PP de deixar a nota do seguinte:

Quando nós falamos em redução dos preços e compensação a essa redução dos preços e em simultâneo a modelação das ajudas relativas aos preços dos principais fatores de produção o que queremos dizer é o seguinte:

O Governo Regional já tem um instrumento, aliás dois instrumentos no contexto europeu para se socorrer nessas duas áreas. Tem um POSEI que tem um conjunto de apoios ao rendimento dirigidos às produções locais, quer animais, quer vegetais, e tem um regime específico de abastecimento que por acaso financia a importação de cereais para o fabrico de rações.

Portanto, o Governo já tem os instrumentos e se tem capacidade negocial com a União Europeia o que precisa é de dotar, no âmbito dos impactos da pandemia, esses dois instrumentos de mais recursos para dar resposta a esse impacto da redução dos preços e do eventual aumento dos custos.

Relativamente aos fatores de produção há aqui um outro aspeto que é importante: se porventura do impacto da pandemia resultar a alteração dos preços dos principais fatores de produção, é preciso que o Governo assegure a

equidade em todas as ilhas, não vá o diabo tecê-las e haver algumas ilhas dos Açores que vão comprar fatores de produção muito mais caros do que outras. Isso é que é a equidade de justiça social na agricultura que é preciso acautelar.

O Governo Regional subsidia o transporte de alguns fertilizantes. Portanto, tem instrumentos já disponíveis para compensar nos fatores de produção. É só modelar essas ajudas no caso em que isso se justifica.

Portanto, quando nós falamos em redução de preço e de aumento de custos já dizemos que o Governo tem instrumentos da União Europeia que devem ser reforçados, mas o Governo Regional também pode completar ou suplementar essas ajudas com fundos do Orçamento Regional, daí termos dito que se for necessário adiar investimentos e alterar o Orçamento Regional e o Plano, o Governo deve fazê-lo para acorrer de imediato às consequências do que se está a passar relativamente aos diversos setores.

Daria como exemplo a questão da UNILEITE. A UNILEITE ao baixar um cêntimo e quarenta e cinco por litro de leite, deixa de distribuir nos seus clientes, nos seus lavradores, três milhões de euros.

Portanto, é muito dinheiro que vai deixar de estar disponível no rendimento desses produtores este ano, acumulando com um cêntimo do ano passado.

Portanto, vai haver um impacto muito grande. Estou a dar o exemplo da UNILEITE, como poderia dar o exemplo dos produtores de São Jorge que voluntariamente reduziram a sua produção de leite. Então se reduziram a sua produção de leite, das duas uma: ou conseguem ser competitivos com menos leite ou então é preciso compensarmos indiretamente dessa perda de rendimento que vai advir daí.

Da mesma forma, a UNICOL vai penalizar em 15 cêntimos o excedente de leite relativamente ao ano de 2015 e eu pergunto: não é justo arranjar uma forma direta ou indireta de compensar esses agricultores?

Nós quando colocamos no nosso Projeto de Resolução algumas recomendações dirigidas à indústria é porque sabemos que o Governo se tiver capacidade

negocial com a indústria pode disponibilizar recursos indiretos ou diretos para as indústrias e com isso assumirem o compromisso de não baixar o preço de leite à produção.

Quando nós dizemos que é preciso, por exemplo, no COMPETIR+, em que o Governo paga 90% dos transportes ou das despesas e transporte, mas no entanto tem limites por indústria e por operador, o que nós estamos a dizer é se a indústrias dizem que não conseguem vender por causa da pandemia, então o Governo que lhes ajude a pagar integralmente, sem limitações por operador, os transportes dos produtos dos Açores para qualquer destino no mundo. É isso que permite o COMPETIR+. Portanto, um instrumento que já existe.

Quando nós dizemos, e somos abrangentes nessa matéria, que o Governo deve apoiar as indústrias, que justifiquem o toque médio dos seus produtos, que se alteram por causa da pandemia, quer seja o caso do vinho, quer seja o caso da batata, quer seja o caso dos laticínios, o caso dos produtos que são suscetíveis de serem armazenados serem condicionados, os outros produtos que se perdem, os produtos frescos perdem-se de um dia para o outros, e portanto não é aqui que se coloca a questão da armazenagem, mas essa nossa recomendação é abrangente.

O exemplo do vinho do Pico, no caso de a produção exceder a capacidade de armazenagem, naturalmente que é preciso se antever como é que se apoiam os operadores nessa área para evitar o desastre.

Portanto, a nossa preocupação foi inventariar um conjunto de instrumentos que o Governo já tem ao seu dispor, e que deve dotá-los dos recursos financeiros necessários para os superar. E o Governo escolherá certamente quais são os critérios, quais são as dotações que considera adequadas para cada fileira e em cada ilha.

Eu não posso aceitar que o Sr. Secretário diga que eu desconheço o que é se passa com a carne.

Na verdade, os operadores que compram bovinos e carcaça baixaram o preço de compra da carne. Admira-me que o Sr. Secretário não saiba que os contratos normais com as grandes superfícies estão a decorrer normalmente, mas tudo o que eram negociações extra foram canceladas. Ou seja, aquelas operações que eram negócios tratados à semana, à quinzena e ao mês deixaram de existir. Porquê? É natural que as grandes superfícies se não têm clientes, não queiram continuar com determinadas encomendas e não continuando com determinadas encomendas os produtores ficam com os animais na pastagem, os consumos diminuíram.

Portanto, admira-me que o Sr. Secretário queira dar nota do meu desconhecimento. Eu acho que o Sr. Secretário é que desconhece o que é que se está passando efetivamente no terreno.

Eu estranho falar com horticultores que continuaram, ao fim de quase três semanas, a aguardar um contacto para saber que tipo de apoios é que podiam ter com os produtos que destruía diariamente.

Um agricultor que passa de 100% para 20% nas suas vendas, sem saber que tipo de apoios é que pode contar, naturalmente que tem razões para ficar nervoso.

Portanto, o nosso instrumento de recomendações ao Governo é abrangente, é responsável, porque ao fim e ao cabo dá resposta permitindo ao Governo que faça a graduação que entender para dar resposta ao que vai acontecendo, mas é fundamentalmente uma iniciativa responsável e que colhe, em todas as ilhas, a aceitação, porque é dar resposta efetivamente àquilo que são as preocupações de todos os agricultores em todas fileiras.

Admira-me, por exemplo, que não se tenha falado relativamente à questão dos empréstimos.

O Sr. Secretário sabe que os agricultores, já dos últimos anos, estão com sérias dificuldades para regularizar os seus pacíficos com as cooperativas e com outras empresas fornecedoras.

Ora, se houver uma redução das receitas da exploração como consequência da pandemia, naturalmente que essa situação vai agudizar-se. Nós não queremos aumentar as dívidas dos agricultores.

Nós queremos que os agricultores saibam que há instrumentos para os ajudar a regularizar essas circunstâncias. Portanto, os nossos instrumentos são abrangentes nessa matéria.

Da mesma maneira que investimentos feitos ao abrigo do PRORURAL+ estão em curso, estão contratados e não estão integralmente executados podem ficar em perigo se a alteração dos proveitos das explorações continuarem a acontecer como tem acontecido.

O que nós queremos é que haja a possibilidade de aumentar a majoração, relativamente a investimentos que não estão concluídos, para concluir esses investimentos. Senão, há aqui candidaturas a investimentos que vão deixar de acontecer por causa dos impactos da pandemia.

Apenas alguns exemplos para justificar algumas dúvidas que foram colocadas e para dar nota de que a nossa iniciativa, ao contrário da do Partido Socialista, não é um rol de boas vontades. É um conjunto de medidas concretas que satisfazem os interesses de toda a gente, de todos os agricultores em todas as ilhas e permitem ao Governo Regional que possa decidir o montante, os critérios a afetar a cada fileira e em cada ilha e assim resolverá a cada momento as expetativas que existem relativamente aos impactos da pandemia na agricultura açoriana.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, inscrição do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Francisco César penso que também pediu para fazer uma inscrição.

Deputado Francisco César (PS): Tinha, logo no início, o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: António Toste Parreira.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que em relação ao setor da agricultura a Representação Parlamentar do PPM teve, desde logo, a preocupação de tentar aferir aquilo que estava a ser feito por parte do Governo Regional, qual era a perceção do Governo Regional em relação ao impacto da pandemia no setor agrícola, perceber que medidas estavam a ser implementadas e perceber também junto dos diversos agentes do setor que dificuldades é que estavam a enfrentar e quais eram as suas expetativas em termos de criação de respostas por parte do Governo Regional nesta matéria.

É por isso que nós promovemos e solicitámos uma audição do Secretário da Agricultura logo no início da pandemia para tentar perceber quais eram as respostas que estavam a ser desenvolvidas.

Nessa audição ficámos com uma perceção que se mantém, é que o Sr. Secretário da Agricultura alegava para esta crise e tinha a perspetiva que a agricultura era um dos setores menos afetados e, portanto, que existiam um conjunto de prioridades, mas que nas pescas ou na agricultura era possível manter o bom nível de atividade.

Portanto, nesse sentido, os profissionais desta matéria não estavam tão prejudicados como outros profissionais de outros setores, como por exemplo, o setor turístico.

Eu devo dizer que esta perspetiva não me tranquilizou porque é evidente que o setor estava a atravessar enormes dificuldades, nomeadamente no âmbito do escoamento da produção e dos apoios que tinham de ser concedidos para manter a atividade, tendo em conta também a redução muito significativa que já se começava a sentir no início da crise dos rendimentos dos agricultores.

E mais do que isso!... Também se viu que não se estava a aproveitar esta oportunidade para fortalecer o setor agrícola. Ou seja, ficou evidente que o setor agrícola foi, durante muitos anos, o setor nuclear para o desenvolvimento económico dos Açores e que o setor agrícola continua a ser um setor nuclear. Eu estou absolutamente convencido que será fulcral para o combate a esta crise e também para o futuro do crescimento económico dos Açores até no sentido de absorver também alguma mão-de-obra que noutros setores neste momento não é possível inserir quanto às consequências, tendo em conta esta pandemia, como por exemplo na área do turismo.

Portanto, é necessário aproveitar esta oportunidade, esta circunstância para ter uma nova perspetiva em relação a esta matéria: criar um conjunto de programas que permitam a diversificação do setor agrícola e ao mesmo tempo também manter a escala, em alguns setores como por exemplo no âmbito da fileira do leite, que permita que o setor tenha uma importância verdadeiramente nacional. Aí é preciso manter os apoios, diversificar os apoios, é preciso procurar os mercados, é preciso criar mecanismos para escoar a nossa produção para os mercados, é preciso continuar a modernizar o setor.

Essa energia, este ímpeto que é necessário nas presentes circunstâncias, eu não observo na Secretaria Regional da Agricultura, mas também não observo esse ímpeto, este convencimento de que temos que avançar nesta área com energia, com toda a convicção para realmente promover o setor agrícola como uma das

alavancas de superação da crise, não vejo que o Partido Socialista, na proposta que nos apresenta, também consiga atingir esse objetivo.

O Partido Socialista além de endereçar responsabilidades a outras entidades, como o Governo da República ou também a União Europeia, em matérias em que é possível que possa desempenhar o seu próprio papel e que possa criar os seus próprios mecanismos, também não parece convencido das suas propostas.

Dou aqui alguns exemplos, por exemplo, o ponto n.º 4 “avalie a criação de um mecanismo de apoio aos produtores de leite açorianos”. Mas é preciso avaliar? É evidente que isto já deveria estar feito e é evidente que o Partido Socialista ao colocar esta proposta sente que é necessário implementar e executar uma medida deste tipo, mas mesmo assim apresenta-a com esta hesitação e é esta hesitação com que eu não posso concordar.

Mas a mesma coisa acontece em relação a “avalie a criação de um mecanismo de apoio aos produtores das Flores”. É evidente. O próprio Sr. Secretário apresentou dados na audição a que eu já fiz referência, que existia uma perda de rendimento brutal neste setor. É preciso avaliar, está avaliado.

O que é necessário é implementar medidas concretas e, portanto, esta fase em que o Partido Socialista ainda está atrás do Governo, porque o Governo já fez a avaliação.

O Partido Socialista neste momento está a propor algo que até se encontra muito atrás já daquela que é a perspetiva e daquele que é neste momento o trabalho realizado pelo Secretário da Agricultura.

Ele já sabe que existia um conjunto de prejuízos muito consideráveis. O Partido Socialista ainda quer que se avalie e o que acontece é que o Sr. Secretário já o fez.

Portanto, este tipo de medidas, este tipo de ações muito hesitantes por parte do Partido Socialista, penso que não resolvem nada, não ajudam a resolver nada.

Em relação ao PSD, o PSD apresenta aqui um conjunto de princípios, mas é um conjunto de princípios que não está evidentemente devidamente objetivados, digamos assim.

Vou dar aqui alguns exemplos:

Por exemplo, o ponto n.º 4, “aumente a participação pública nos investimentos contratados”. Mas os instrumentos para serem relativamente eficazes têm de ser quantificados, porque se for um aumento residual esse aumento não terá qualquer tipo de impacto.

Portanto, o Partido Social Democrata apresenta-nos aqui também um conjunto de princípios, mas que é um conjunto de princípios que está despido de objetividade e que está despido de mecanismos concretos de execução.

Portanto, é um conjunto de boas-intenções, mas que não estão devidamente quantificadas e que não têm qualquer tipo de objetividade. Nesse sentido, também não é, na nossa perspetiva, um contributo extraordinário. É um contributo que está despido de objetividade.

Portanto, nesse sentido também apresenta esse conjunto de vulnerabilidades que já assinalei.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Referindo-me agora às palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão, na questão do avaliar, que nós propomos no nosso projeto, o avaliar é avaliar sempre, contante. No momento excecional em que estamos, o que é hoje pode não ser amanhã, e o que se pede aqui é que o Governo avalie, monitorize, para a cada momento tomar as suas medidas.

As medidas de hoje podem não ser as de amanhã.

O que pretendemos aqui com o nosso projeto é que o Governo esteja sempre presente e a decidir de acordo com aquilo que vai acontecendo e não tomar uma medida hoje e amanhã não sabemos o que acontecerá.

Relativamente ao nosso Projeto de Resolução, eu devo referir aqui um aspeto que acho que é muito importante, comparando com o Projeto de Resolução do PSD.

O Projeto de Resolução do Partido Socialista é justo, responsável e equilibrado. Recomenda ao Governo que ausculte, acompanhe e monitorize os setores para poder tomar as suas decisões, mas constante. Como eu digo, o que é hoje amanhã pode não ser.

“Que avalie os mecanismos de apoio aos produtores, nomeadamente no leite, nas flores, nas prúteas, aos agentes do setor da carne, da vinha e dos vinhos que também estão em dificuldade”, ou seja, para os mais afetados, que estabeleça contactos e parceria com as grandes instituições, na medida do possível, para que se possa escoar os nossos produtos e que sejam comercializados, o que é muito importante para os produtores, como a criação de medidas concretas de apoio ao rendimento dos produtores das fileiras mais afetadas sem populismos, como faz o PSD.

Não atribuir apoios a tudo e a todos sem auscultar, nem averiguar.

Recomendamos que o Governo, neste momento excepcional, crie medidas excecionais de apoio aos setores mais afetados, aqueles que foram afetados com este momento da pandemia.

Respondendo também à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras relativamente aos pontos que referiu, eu penso que o que está escrito no Projeto de Resolução está correto, é perceptível, mas eu tento explicar.

Quando dizemos avaliar e propor, era para se perceber a perda do rendimento e com rigor atribuir um apoio justo e possível de concretizar e não prometer tudo a todos, independentemente da perda do rendimento de cada um. O nosso Projeto de Resolução é coerente e responsável e a resposta ou a explicação que

estou a dar à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras eu penso que também serve para a Sra. Deputada Graça Silveira.

No ponto 7, quando se refere ao setor da carne aqui o que se pretende é que o Governo avalie a possibilidade da comercialização e do escoamento, mas também pomos lá eventualmente “interceder”, medida que possa apoiar os produtores. Interceder de acordo com a situação, ou seja, de acordo sempre com a perca do rendimento, ou seja, apoiar o que é justo, o que é possível, mas sempre de acordo com a real situação e não, como já disse anteriormente, dar dinheiro a tudo e a todos.

Relativamente ao que disse o Sr. Deputado do PSD, há aqui duas coisas que me saltam à vista que é o seguinte:

O PSD fala, ou falou em tempos e continua a falar, que o setor agrícola é um setor muito endividado. No entanto, propõe linhas de crédito. Logo numa primeira instância (sem esperar, sem perceber o que é que vai acontecer) introduz também que deve haver linhas de crédito para os agricultores. Ou seja, se eles já estão endividados o que o PSD propõe faz com os agricultores fiquem mais endividados e nós não pensamos assim. Por isso nós dizemos sempre “avaliar, monitorizar e decidir de acordo com o momento e com responsabilidade daquilo que se pode fazer”.

Aquilo que o Governo fez e bem, e também de acordo com o que é público pelo Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores, no momento atual foi pedir a antecipação dos apoios aos pagamentos das ajudas. Isso é que é trabalhar com responsabilidade e fazer certo no momento certo.

Agora, no futuro, se tudo se alterar, aquilo que nós recomendamos ao Governo é que acompanho sempre, que avalie sempre e decida sempre a cada momento, mas sempre com responsabilidade e não com a distribuição de dinheiro por tudo e por todos como diz o PSD.

O Sr. Deputado António Almeida diz que o Projeto do PS é um rolo de boa-vontade.

Ora eu diria que o Projeto do PSD é que é o rolo da boa-vontade. É um Projeto que não tem responsabilidade, que dá dinheiro a tudo e a todos sem saber para onde, como e porquê. Essa é que é a realidade dos factos. A diferença está em dar sem pensar e sem ser responsável e sem saber como pagar e nós o que recomendamos é com responsabilidade, o que é justo, os mais afetados, os que mais precisam e sempre dentro daquilo que é possível.

O Sr. Presidente do Governo já disse, e bem, que nós havemos de fazer tudo o que está ao nosso alcance para ajudar todos os setores e dentro daquilo que é possível da nossa situação financeira.

O PSD ultrapassa tudo e todos e quer dar tudo e a todos “sem Rei nem Roque”.

Obrigado. Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Então vou dar de imediato a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Eu gostaria de começar a minha intervenção subscrevendo aquela que foi a intervenção final do Deputado António Parreira. Faço minhas as palavras dele em relação à forma muito correta como fez da apreciação das propostas que são apresentadas pelo PSD (algumas das medidas). Naturalmente que há um conjunto de outras medidas que tive oportunidade de dizer na minha intervenção que são aceitáveis e compreensíveis.

Agora há um aspeto que me parece importante de dizer que é o seguinte:

O Governo dos Açores esteve, está e estará sempre ao lado dos agricultores em situações difíceis. Foi assim na seca, que afetou a Região, foi assim por altura do Furacão Lorenzo, demos respostas às necessidades do setor, apoiámos os nossos agricultores e naturalmente que nesta situação complexa que estamos a atravessar não deixará de ser assim.

Agora, o que é importante é nós continuarmos a trabalhar com serenidade, mas também com sentido de estratégia para um setor que é fundamental para a nossa economia, para as nossas exportações.

Naturalmente que com a ação do Governo ou de mim próprio, mais ou menos visível (naturalmente há sempre um aspeto que preocupa o Sr. Deputado António Almeida, ou ando demais no campo ou ando menos no campo), a nossa ação deu-se em cinco aspetos fundamentais:

O primeiro aspeto foi, desde logo, dar mais liquidez às nossas explorações agrícolas e aos nossos agricultores.

Nós processámos aquilo que era possível processar ao nível de compromissos que tínhamos com os agricultores dentro de casa.

Isso foi feito, com grande serenidade e vai continuar a ser feito à medida que os pedidos de pagamento entrarem nos serviços.

Por outro lado, foi antecipado um conjunto de ajudas, quer no âmbito do PRORURAL, quer no âmbito do POSEI, para, no fundo, ajudar os agricultores a aguentar o balanço que naturalmente vão atravessar nos próximos tempos.

Depois, noutro domínio, a trabalhar com o Governo da República e com a Comissão Europeia no sentido de defender propostas boas e propostas que vão ao encontro daquelas que são as necessidades do setor. Dou em exemplo de antecipação de ajudas para o verão e não como a Comissão Europeia está a prever só no mês de outubro, medidas que resultam em disponibilidade de recursos financeiros, porque aquilo que a Comissão neste momento está a fazer é dizer aos estados-membros: bom, há aqui este pacote 2127, que ainda não sabe qual o montante, mas os estados-membros poderão utilizar esses pacotes para ajudar os seus agricultores.

Aquilo que defendemos é uma coisa completamente diferente, que é uma medida mais justa, mais solidária, que é a própria Comissão Europeia disponibilizar fundos próprios para ajudar os agricultores e para ajudar o setor agroindustrial.

Por outro lado, trabalhamos aos mais diferentes níveis nas questões que têm a ver com os mercados: na dinamização do mercado interno com parcerias, com organizações de produtores, com campanhas de produção apelando ao consumo dos produtos produzidos na Região, quer ao nível de ferramentas que estamos a desenvolver para reforçar a notoriedade das nossas produções nas redes sociais. Sabemos que hoje esta é uma ferramenta essencial para chegar de forma mais rápida, mais eficaz e até com menos custos aos consumidores.

Estamos a trabalhar em parcerias pontuais e estratégicas com a distribuição para reforçar a presença dos produtos açorianos no mercado continental, para a sua valorização e para, no fundo, ajudar a escoar algumas das produções que neste momento sabemos que estão a ter alguma dificuldade.

Noutro domínio, também é importante continuarmos um trabalho que é fundamental, o trabalho de acompanhar, de monitorizar e de decidir. No fundo,

estamos a trabalhar desde o início, desde a primeira hora, com a Federação Agrícola, com as diferentes associações de produtores, com as cooperativas e também com os agricultores, percebendo quais são os impactos reais.

Sr. Deputado António Almeida, dizer que naturalmente há um produtor que está à espera do Secretário, ou de qualquer Membro do Governo, para ligar-lhe a perguntar quais são os seus prejuízos, a verdade é que isso não é possível. Nós não podemos fazer isso com todos os agricultores, por isso é que existem organizações de produtores e temos esse trabalho. Está a ser feito um trabalho com uma das associações, de levantamento, de identificação daqueles que são os prejuízos efetivos, porque eu também tive a oportunidade de visitar as explorações hortícolas onde até me disseram: “Sr. Secretário, olhe, eu nunca vendi tão bem, não tenho problemas de escoamento”.

Agora, também temos consciência que há os produtores que têm dificuldades e daí que nós criticamos a vossa proposta de dar tudo a todos, sem critério, como disse o Sr. Deputado, “sem Rei nem Roque”.

Portanto, nós temos outra forma de trabalhar. Temos uma forma de trabalhar com critério, com justiça, com realismo e sobretudo também com um aspeto que é importante, que é os recursos financeiros não serem limitados e tem que haver critério, tem que haver justiça e, no fundo, nem todos os agricultores, e felizmente que é assim, estão a ser afetados e aqueles que estão a ser afetados nem todos é na mesma dimensão.

Agora, temos consciência de que há setores que vão necessitar de intervenção, de medidas que estamos a desenhar, que estamos a trabalhar e que estamos a ponderar. “O seu a seu tempo!”

O Governo Regional por aquilo que fez no passado recente, nestas situações de calamidade nunca deixou os agricultores sozinhos, nunca os abandonou e naturalmente, aqui, nesta situação, o mesmo acontecerá. Nós vamos apoiar, vamos ajudar, agora “o seu a seu tempo” e temos que sobretudo ter medidas que

sejam medidas coerentes, medidas justas e medidas que resolvam no fundo aqueles que são os problemas dos agricultores que estão a ser afetados.

Noutro domínio que também é importante continuarmos a trabalhar, a cumprir o Plano, o Plano de Investimentos da Região, o Programa do Governo, lançando medidas, seja desde logo na concretização dos investimentos que estavam previstos no Plano.

Esses investimentos estão todos a avançar. É natural que possa haver aqui um atraso que tem a ver com a situação que atravessamos nestes últimos meses, mas os investimentos que o Governo tem no Plano são para ser concretizados até ao último cêntimo no domínio das infraestruturas agrícolas, nos apoios às organizações de produtores, nas medidas que estamos a lançar.

Recentemente foram publicados dois avisos para investimentos no PROAGRI e no I9AGRI. Apesar da situação, digamos, de incerteza no futuro, os agricultores não vão deixar de investir, não vão deixar de projetar o seu futuro e é preciso continuar a disponibilizar instrumentos e é isso que o Governo está a fazer, seja no PROAGRI e no I9AGRI, seja no programa Jovem Agricultor que vai ajudar também a impulsionar e a desenvolver o setor junto dos mais jovens, seja na implementação do Plano Estratégico de Laticínios dos Açores, que será uma ferramenta muito importante, que traça um conjunto de caminhos que terão que ser seguidos quer pelos agricultores, quer pela indústria, no sentido de conseguirmos valorizar cada vez melhor as nossas produções.

Também estamos a trabalhar na reestruturação do setor leiteiro. Ainda a semana passada tivemos oportunidade de remeter à Federação Agrícola e às organizações de produtores uma medida que já foi aprovada no POSEI que permite, no fundo, que aqueles agricultores que assim o desejarem possam converter as suas explorações de leite em explorações de carne nas ilhas onde de facto há excedentes na produção, que foram manifestados por parte das indústrias.

Recordo também que o ano passado já aprovámos uma medida do POSEI, também no âmbito da reestruturação leiteira, que permite que os produtores, se assim o entendessem, reduzam até 20% dos seus animais e a sua produção mantendo o nível das ajudas.

São medidas importantes, que não deixamos de tomar e que estamos no fundo a reforçar com novas medidas para continuar a reestruturar o setor. Ou seja, estamos a trabalhar em duas frentes, dar liquidez, minimizar os danos, desenhar medidas para a agricultura continuar a se desenvolver, para recuperarmos esse tempo perdido, para voltarmos a atingir os mesmos patamares de crescimento e de desenvolvimento que vínhamos registando nos últimos anos, porque apesar das críticas da oposição e por mais que a oposição tenha um olhar diferente sobre o setor agrícola e sobre aquelas que são as políticas do Governo e sobretudo aqueles que são os impactos na vida dos agricultores e na nossa economia, há um conjunto de indicadores que desmentem ou põem em causa esta visão catastrófica da ação do Governo no setor agrícola e até dos próprios agricultores, porque são eles que fazem o setor agrícola, não é o Governo. O Governo disponibiliza instrumentos.

Os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e pelo crescimento do setor agrícola são os agricultores.

Dou mais duas ou três notas:

Primeira: a receita dos agricultores na produção de leite nesta legislatura cresceu 9%, a produtividade média das explorações cresceu também 9%, o volume de negócios das indústrias também cresceu 7%. Estamos a produzir mais 10% de queijo e menos 10% de leite UHT.

O Governo duplicou os investimentos públicos, investimentos nas infraestruturas públicas, que são essenciais para a redução de custos das explorações.

O setor da carne nos últimos anos cresceu, aumentámos as exportações, reduzimos os animais em vida, foram feitos investimentos importantes e melhorou-se o rendimento nessa fileira.

No setor hortícola de igual forma.

Ou seja, nós vamos continuar de forma proativa a dar resposta àquelas que são as necessidades do setor de emergência; não vamos deixar de decidir quando for necessário decidir e sobretudo temos de olhar para o futuro, olhar para o futuro com confiança. E a confiança também constrói-se com propostas exequíveis, lenistes e sobretudo que inspirem confiança nos agricultores e no setor.

Portanto, o tempo de dar tudo a todos, de dar tudo sem critério já passou. Este não é o caminho que nós vamos. Este é um caminho errado.

O nosso caminho é um caminho coerente, de construção, de diálogo, mas sobretudo de dar aquelas que são as respostas que o setor precisa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, Sra. Presidente, João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu queria inscrever, Sra. Presidente, o Sr. Deputado António Almeida.

Presidente: Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Sr. Deputado Francisco César tenha calma, porque o dia é longo!

Sra. Presidente, eu queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, estou calmissimo.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Só para dizer que queria inscrever a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Presidente: Muito bem!

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver para já.

Tem então a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário também vou fazer-lhe duas perguntas concretas, uma vez que também na minha intervenção também as deixei, mas neste momento faço diretamente a si, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário tem ou não tem conhecimento, e se tem conhecimento como é que explica, o atraso de alguns apoios nas ilhas das Flores e do Corvo, desde 2017?

Se tem ou não tem conhecimento, e como é que explica, que os agricultores tenham de esperar, nas Flores e no Corvo, mais precisamente, um, dois e três anos por alguns apoios que já fizeram em investimentos?

Se tem ou não tem conhecimento, e como é que explica, se tem conhecimento, que existem verbas atribuídas para apoio em infraestruturas para auxílio dos agricultores no Grupo Ocidental há mais de dois anos e que ainda não começaram? Se tem ou não tem conhecimento, e se tem como é que explica?

Nas Flores e no Corvo, uma parte dos agricultores ainda não tiveram possibilidade de se candidatar a alguns apoios, e estamos a falar de apoios, por exemplo em relação às áreas. Tem ou não tem conhecimento e para quando os

agricultores das Flores e do Corvo vão ter possibilidade de se candidatar a esse tipo de apoios?

Se o Sr. Secretário tem ou não conhecimento, e se tem conhecimento como é que explica, que não há e não tem havido diversificação da agricultura no Grupo Ocidental?

Se tem ou não conhecimento, e mais, que estudos é que existem no sentido de poder haver diversificação agrícola nas Flores e no Corvo?

Muito obrigado, Sr. Secretário. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Almeida. Dou-lhe nota de que dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para deixar uma mensagem.

O PSD-Açores não corre neste Parlamento com o Partido Socialista para saber quem chega primeiro à meta.

O PSD-Açores o que pretende é que os agricultores e os lavradores dos Açores, de Santa Maria ao Corvo, saibam que em face da situação e dos impactos da pandemia apresentamos neste Parlamento medidas concretas, propostas concretas, recomendações dirigidas ao Governo que não deixam de fora nem produtores de leite, nem produtores de carne, nem horticultores, nem floricultores, nem fruticultores, nem seque os produtores florestais.

Nós achamos que desde o produtor mais pequeno ao maior produtor, nenhum deles deveria ficar de fora da nossa preocupação. Esta foi a razão pela qual nós apresentamos um conjunto de soluções para ajudar na perda de rendimento de todos os produtores agrícolas dos Açores, mas também na melhoria da competitividade das indústrias para que possamos retomar com normalidade a reestruturação do setor agrícola.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Vou passar agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para dar aqui duas ou três notas, primeiramente em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado António Almeida relativamente ao aumento da participação pública dos investimentos contratados e não executados, dizer que continuamos a manter a posição de que esta medida será geradora de muitas desigualdades, considerando que um produtor, que um agricultor, que tenha feito, executado o seu investimento em janeiro, por exemplo, ou fevereiro, que está neste momento a sofrer as consequências derivadas da situação atual da pandemia que estamos a viver, será criada uma situação completamente discriminatória em relação a outro que até poderia ter executado esse investimento nesse período e não o fez.

Portanto, nós estamos contra o facto de realmente existir um aumento da participação pública. Consideramos é que efetivamente da maneira como está aqui exposto poderá ser motivo gerador de algumas desigualdades.

Dizer também ao Sr. Deputado António Toste que a nossa questão, não consideramos que esteja assim tão explícito nos pontos resolutivos, porque a verdade é enquanto que para os produtores de leite e para os produtores de flores o PS propõe que se avalie e crie os mecanismos, no caso da carne, por exemplo, é para avaliar a necessidade.

A questão de estar aqui a avaliar a necessidade faz-nos crer que existem algumas dúvidas se existe ou não essa necessidade, quando o que nos é transmitido pelos produtores de carne é que já estão a sentir esta situação na pele quando vendem os seus animais e o quilo por carcaça já é mais reduzido.

Para finalizar, dizer ao Sr. Secretário, que mencionou as medidas agora recentemente apresentadas quanto à reconversão das explorações leiteiras e

carne, que a nossa posição é diferente, como é público. Acho que agora não é o momento para esta discussão porque não é esse o centro de discussão, mas oportunamente certamente que irá ocorrer.

Dizer também, e mencionou e bem, que no ano passado foi implementada a possibilidade de os produtores poderem reduzir 20% quer do efetivo, quer da sua produção, sem qualquer tipo de penalização.

É com satisfação que vimos esta medida implementada, até porque já em 2016 era defendido pelo CDS.

Portanto, em boa hora, apesar de ter demorado algum tempo, é bom saber que reconheceram essa necessidade, apesar de existir aqui algum *delay*.

Também dizer-lhe, Sr. Secretário, e acho que até no sentido daquilo que já foi dito e que concordamos, que é necessário que o setor sinta a confiança para enfrentar os tempos que aí veem, para enfrentar as dificuldades com que muitos deles se deparam, e a verdade, a questão que fica e que é necessário no nosso entender o Governo assegurar, é se efetivamente a União Europeia não corresponder da forma como é exetável quanto aos apoios aos agricultores e à indústria, se o Governo Regional vai assegurar essa esses apoios?

Acho que é isto que é necessário transmitir, quer à indústria, quer aos agricultores, é se efetivamente isto irá acontecer?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em jeito de desabafo eu queria referir algumas questões.

A primeira é de que o Sr. Deputado António Almeida, aquando da apresentação pública da sua proposta, e no final, disse que estas propostas estavam abertas e que, portanto, poderiam receber e estavam disponíveis para receber contributos.

Ora, isso deixa-me um pouco confusa quando o Sr. Deputado a seguir vem assegurar tão veemente de que efetivamente estas propostas vêm ao encontro de todas as necessidades dos agricultores, de todas as ilhas.

Depois preocupa-me também a sobranceria por parte do PSD que quando questionado por outros partidos que não inclusive o PS, continua a teimar, em dizer que efetivamente a sua solução é ideal e que está por cima de tudo e de todos, inclusive do trabalho que tem sido feito.

Por último, assistimos ao longo deste plenário, e em diversas áreas de atuação, ao maior partido da oposição e com pretensão de governar dizer que todas as suas propostas são ditas – o termo foi este – abrangentes e depois quando questionado mais a pormenor diz que deixa para o Governo concretizar.

Sr. Deputado, só me resta realmente agradecer o voto de confiança. Realmente também acreditamos que o Governo tenha capacidade de implementar, de executar e de ir ao limite de todas as suas necessidades para tudo fazer em prol da agricultura.

Portanto, agradeço o elogio realmente são mais de 20 anos de trabalho e de serviço dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nesta minha última intervenção resta-me assegurar que o Partido Socialista irá continuar, como de resto sempre esteve, focado em contribuir para a criação ou apoio de mecanismos e de políticas públicas, que no imediato salvaguardem o rendimento dos produtores, mantém os níveis de atividade e de produção e potenciem dentro do possível estabilidade e segurança de modo a que se consiga num futuro próximo retomar a tão desejável normalidade.

O Partido Socialista sempre reconheceu o contributo da agricultura para o equilíbrio ambiental, social e económico da nossa Região, mas se outros o ignoravam ou subestimavam os tempos que vivemos provam que a agricultura, e anos e anos de investimento e de estratégia a nível regional, permitiram afirmar o papel da mesma em matéria de soberania alimentar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os desafios que surgem fruto deste contexto são em tudo alheios à vontade política do Governo Regional, alheios ao desenvolvimento e crescimento verificado em todos os setores, e acima de tudo alheios à estratégia e visão de futuro traçada em prol da agricultura açoriana.

Mas apesar de todas estas contrariedades acreditamos que o Governo Regional do Partido Socialista, em estreita ligação com os dirigentes, tudo fará para ultrapassar e apoiar as empresas agrícolas e os produtores.

Permitam-me terminar desta forma, com um agradecimento porque mais uma vez foi e é inequívoca a importância e o valor dos nossos agricultores, que apesar de sujeitos ao perigo continuaram de uma forma altruísta, consciente e sem hesitações em prol do bem comum a trabalhar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição, Sra. Presidente, do PPM, Paulo Estêvão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado António Almeida para usufruir...

Está o Sr. Deputado Francisco César a dizer que já não tem tempo. Não sei se comunicou com a Sra. Presidente, para questionar, mas eu estou a questioná-la diretamente, Sra. Presidente, enquanto Presidente da Assembleia, no sentido de lhe questionar se o Sr. Deputado António Almeida tem 30 segundos para que eu o posso inscrever?

Presidente: Não, não tem, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado António Almeida esgotou o seu tempo na última intervenção.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção tive oportunidade de apontar as fragilidades que as duas iniciativas têm.

Devo dizer que o PPM vai votar favoravelmente as duas iniciativas e vamos votar estas duas iniciativas favoravelmente como votaríamos também os 10 mandamentos. Também votaríamos os 10 mandamentos favoravelmente.

Ou seja, são iniciativas que não concretizam nada, não significam nenhuma alteração. Daqui não sai, independentemente se uma ou as duas forem aprovadas, nenhuma medida prática para os agricultores.

Portanto, é um conjunto de princípios. O PS ainda quer fazer análises de coisas que estão absolutamente comprovadas, perdendo aqui tempo em circunstâncias e em avaliações e em estudo. Portanto, é uma coisa absolutamente sem sentido, e o PSD também sem quantificar devidamente as suas propostas, sem as objetivar, sem as descrever, porque costuma dizer-se que “o diabo está nos detalhes”. Portanto, o PSD, do ponto de vista daquilo que é a concretização das propostas, as propostas obviamente têm que ser concretizadas para serem exequíveis e para se saber se são de facto eficazes.

Portanto, o que há aqui é um enunciado de boas intenções. De boas intenções está o mundo cheio. Não representa nada para o futuro, mas que se vote favoravelmente também não traz mal ao mundo. Por isso nós vamos votar

favoravelmente, mas sabendo perfeitamente que as duas propostas não têm conteúdo, não trazem nada de novo para a agricultura dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para uma inscrição do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Eu então dou a palavra ao Sr. Secretário Regional alertando apenas de que dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Apenas duas notas finais.

A primeira para responder ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para não ficar a ideia que não é perceção que existem nos Açores agricultores de primeira e agricultores de segunda. Ou seja, os eventuais atrasados que possam existir no pagamento de alguma ajuda, na aprovação de candidaturas, são transversais a toda a Região, não é um problema específico dos agricultores das Flores e do Corvo e aquilo que tem sido feito nos últimos anos e com resultados visíveis foi um esforço muito grande para recuperar os atrasos que naturalmente pudessem

existir ao nível de pagamento de alguma ajuda, ou de algum apoio. Isso foi feito com sucesso e vai continuar a ser feito até ao último momento nesta legislatura. Ou seja, dar o máximo de recursos possíveis para os agricultores continuarem a desenvolver a sua atividade.

Queria deixar aqui esta nota que me parece importante e que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo estava a tentar passar uma imagem que me parece muito perigosa.

Por outro lado, reafirmar que o Governo Regional vai continuar de forma proativa, como sempre, a ajudar o setor, a ajudar os agricultores numa situação muito difícil, uma situação que temos de dar resposta...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente. Obrigado.

... a situações de emergência, àquelas que são as dificuldades pontuais, e sobretudo focados no futuro: ajudar os agricultores, ajudar as indústrias a escoar as suas produções com a maior valorização possível e lançar um conjunto de medidas também para relançar o setor agrícola para continuar a ser o nosso principal setor exportador e um setor essencial para o nosso desenvolvimento económico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Informo que o Governo também esgotou o seu tempo para este debate e de momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para me inscrever, Sra. Presidente, João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já. Tem então a palavra, Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ao contrário do que disse o Sr. Secretário, o PCP não pretende passar imagem nenhuma perigosa. A imagem perigosa que é permitida e que é passada para todos os agricultores é que os agricultores têm perdido os seus rendimentos ano após ano, e não tem havido um investimento verdadeiramente eficaz na agricultura dos Açores. Isto é mais do que evidente.

De qualquer maneira também deixo aqui bem claro que fiz cinco ou seis perguntas ao Sr. Secretário, todas elas concretas e não houve respostas nem a uma pergunta. O Sr. Secretário apenas afirmou que poderia haver alguns atrasos, ou seja, ficou bem expresso que o Sr. Secretário não sabe que atrasos é que existem, não sabe quais são os apoios que estão em falta, porque se soubesse tinha respondido à Representação Parlamentar.

Mas respeitando, e visto que o Governo já esgotou o seu tempo sem dar as respostas efetivas à Representação Parlamentar do PCP, não vou tornar a questionar, deixo para uma próxima altura.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Não havendo vamos então passar à votação destas duas iniciativas que estivemos aqui a debater.

Vamos começar, como é óbvio, por votar o Projeto de Resolução 222/XI, do PSD, que consta como ponto 9 da nossa Agenda.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Eu voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, eu voto contra a iniciativa.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Maia

(Pausa)

Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

(Pausa)

Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): O meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Voto contra.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

(Na votação seguinte o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia alerta para o facto de se ter enganado no sentido da votação, corrigindo o seu sentido de voto)

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, aproveito para informar que estou a ter problemas com o meu computador. O meu voto é contra.

Estou a tentar resolver estes problemas técnicos. Não tenho acompanhado o debate em pleno. Espero que isso melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Vou pedir aos serviços para entrarem em contacto consigo para perceber o que é que se está a passar.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para informar do resultado da votação tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução 222/XI foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Deputada Independente e 1 voto a favor do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos agora votar a iniciativa apresentada pelo PS, o Projeto de Resolução 227/XI, que consta como ponto 22 da nossa Agenda.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, em relação à proposta do Partido Socialista voto a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor e informo que tinha votado anteriormente contra a proposta do PSD, mas alguma coisa aconteceu que depois eu fiquei confuso com uma segunda chamada para votação.

Presidente: Pois pensou que estava a votar...

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Chamou-me duas vezes e eu já tinha votado. Peço desculpa.

Presidente: Depois veremos essa situação no anúncio da votação. Obrigada, Sr. Deputado.

Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

(Pausa)

Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

(Pausa)

Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 227/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Interrompemos agora os nossos trabalhos. Regressamos às 14h30.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 14 horas e 36 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 10 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI – “Regime jurídico da cessação da atividade agrícola na Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes e que constam do regime excecional do funcionamento do plenário por videoconferência são os seguintes:

O Governo Regional e o PS têm 20 minutos, o PSD 15 minutos, o CDS 11 minutos, Bloco de Esquerda 9 minutos, o PCP e o PPM 7 minutos e Sra. Deputada Independente 2 minutos.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, peço desculpa. Posso fazer um alerta?

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Domingos Cunha (PS): É só para alertar que está a haver muitas interferências no som. Obrigado.

Presidente: Eu não me apercebi, porque como estava a ouvir-me a mim própria, não me apercebi. Peço aos colegas que desliguem os vossos microfones por favor, porque provavelmente será isso que está a fazer o corte no som.

Eu estava a dizer que passaria de imediato a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas para apresentar a iniciativa.

Obrigada, Sr. Deputado Domingos Cunha.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu não sei se me estão a ouvir, porque o meu computador bloqueou.

Presidente: Estamos a ouvi-lo perfeitamente, Sr. Secretário, a ouvi-lo e a vê-lo também.

O Orador: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O setor agrícola açoriano como pilar fundamental da economia do arquipélago, registou, nestas primeiras duas décadas do séc. XXI, uma evolução impressionante tanto no que respeita à modernização como na criação de valor dos seus variados produtos.

Este percurso assentou no desenvolvimento de iniciativas que conduziram a uma melhoria substancial da atividade agrícola, com vista a elevar os níveis de competitividade das nossas explorações agrícolas e da sustentabilidade das mesmas. Foi um percurso de confiança, com sentido estratégico e de forte convicção na continuidade da sua força futura.

O sentido estratégico deste caminho esteve na concertação com os parceiros do setor, na procura constante da valorização do mesmo, na modernização das infraestruturas agrícolas, na disponibilização de instrumentos para que os produtores conseguissem reduzir os seus custos de produção, na procura de novos mercados e na melhoria da competitividade das explorações agrícolas. Foram e são política com rumo!

Mas, tudo isto foi feito sempre com uma conceção de coesão social e de fortalecimento da rede social dado que a economia deve contribuir para este fim de aproximação e de elevação das pessoas e não outro. E é nesta linha que devemos inserir a apresentação deste novo diploma sobre cessação da atividade agrícola na Região Autónoma dos Açores.

A conhecida Reforma Antecipada foi um projeto europeu que incompreensivelmente não foi aprovado para integrar o atual PRORURAL + (2014-2020). Contudo, este conceito que se iniciou em 1995, no II QCA – PEDRAA II e que se prolongou até 2013 com o PRORURAL. Tinha na sua base uma dimensão social, entre outras, é certo, que nos preocupamos em implementar o melhor possível nos Açores. E os açorianos ligados ao setor e de

mais idade e já com menos forças responderam, e bem, a este objetivo. O Governo Regional procurou colmatar esta falta através do DLR n.º 14/2016/A, de 22 de julho, que ora se pretende revogar.

Criaram-se apoios públicos considerando a necessidade de incentivar o rejuvenescimento do sector e, por essa via, promover a modernização da agricultura e consequentemente a sustentabilidade do sector.

O diploma, ainda em vigor, inscreve-se dentro das linhas que haviam sido tomadas na legislação anterior ao PRORURAL, com algumas divergências, quer na forma de atribuição das ajudas, quer na exigência técnica para a formalização das candidaturas.

A este nível, referiríamos a alteração da idade mínima do cedente, dos 55 para os 60 anos, o que, desde logo, limitou muito o conjunto de potenciais candidatos. Foi ainda alterado o prazo mínimo de posse das terras pelo cedente de 12 meses para 5 anos o que veio a criar, verificamos nós, uma dificuldade acrescida na elegibilidade das áreas com vista à aprovação de candidaturas.

Não obstante o percurso deste diploma, o trajeto já percorrido pela Região no âmbito da Reforma Antecipada e agora da cessação da atividade agrícola permite-nos considerar que esta ferramenta é importante para potenciar as políticas de reestruturação do fundiário e do sector leiteiro, no contexto da modernização da agricultura açoriana e da sua dimensão socioeconómica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

É tempo de virar a página! Virar na ideia de que aquilo que estamos a propor não é uma reforma, para mais, antecipada, mas antes um apoio público àqueles que cessaram uma atividade de enorme desgaste físico e que ainda não têm a idade legal da reforma ou aposentação.

A presente proposta do novo Regime Jurídico da Cessação de Atividade Agrícola na Região Autónoma dos Açores, pretende dar continuidade às políticas referidas, adaptando o seu contexto a novas realidades, com múltiplos

objetivos, que passam, desde logo, por criar melhores condições para uma saída condigna do setor dos agricultores mais idosos, mas também incentivar o rejuvenescimento, o redimensionamento e o emparcelamento das explorações, bem como a diversificação da atividade agrícola.

Em termos sumários as principais alterações face ao regime que se pretende revogar são:

1.^a - A introdução da definição de produtor agrícola, de forma a que o cedente seja considerado como o indivíduo que tem por uma das suas atividades principais a agricultura, embora possa ter tido outra atividade profissional, e como tal possa ser considerado elegível para esta medida após 10 anos de contribuição para a Segurança Social;

2.^a – Alarga-se a definição de emparcelamento, considerando-se que poderá haver emparcelamento quando uma parcela de terreno se encontre separada por uma linha de água, acidentes fisiográficos, servidões ou caminhos agrícolas, desde que esta permita a passagem entre as parcelas confinantes entre si.

3.^a - A definição de área elegível por forma a contemplar expressamente que as áreas que contam para a aprovação e para o cálculo do valor da ajuda são as que são transferidas para os cessionários.

4.^a – Alteração significativa quanto às condições de elegibilidade do cedente dado que foi:

a) reduzida a idade do cedente dos 60 para os 58 anos;

b) reduzido o prazo de 5 anos para 12 meses, quanto à obrigatoriedade de posse da área por parte do cedente, para que essas áreas sejam consideradas elegíveis ao pedido de apoio.

5.^a - Alteram-se também as condições de elegibilidade do cessionário de forma a incentivar a viabilidade económica da nova exploração, tendo em conta que se suprime o período de 3 anos como agricultor a título principal e a exigência passar a ser a de possuir uma área mínima 4 ha de superfície agrícola útil (SAL) para as explorações pecuárias e 1 ha para as restantes;

6.º - Alteram-se também os montantes e os limites de apoio a conceder ao cedente, nos seguintes termos:

a) o apoio anual passa de 6.600 € para 7.560 € para o cedente individual, o que representa um acréscimo de 14,5%.

b) este apoio pode ainda ser acrescido de um prémio complementar, escalonado, consoante a percentagem da área elegível emparcelada;

7.ª - O apoio da base anual será também ainda acrescido de um prémio complementar quando existe transferência de áreas elegíveis da pecuária para a diversificação agrícola pelo cedente;

8.ª – Teve-se o cuidado de limitar a 2.500 euros a acumulação de majorações, entre emparcelamento e diversificação agrícola.

Virar a página porque seguimos princípios humanistas e de respeito pela sucessão de gerações favorecendo dignamente a substituição de uns por outros, dos mais velhos pelos mais jovens, que abrem caminho à modernização e a uma melhor viabilidade económica das explorações agrícolas;

Continuar a virar a página do ordenamento e de um melhor fundiário açoriano sem o qual não há competitividade da Região no espaço europeu ou fora dele, favorecendo o emparcelamento no caminho de uma maior rentabilidade agrícola;

Virar a página no reforço da diversificação agrícola contribuindo para o surgimento de outros projetos no domínio hortícola, frutícola ou da floricultura geradores de oportunidades económicas hoje reconhecidas;

Virar a página na consideração da importância do setor agrícola para o fortalecimento das redes sociais e económicas, na criação de mais emprego e na fixação de pessoas no espaço rural;

Esta nova proposta é um contributo para a construção de uma melhor economia agrícola nos Açores onde a Agricultura deve ter um forte papel de coesão social e de solidariedade inter-geracional.

Nós fazemos por isso!

Disse.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel penso que era para se inscrever?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, por favor.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, era para inscrever o Sr. Deputado António Almeida.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Mesmo com um novo DLR, mesmo alterando o nome de reforma antecipada para regime jurídico da cessação de atividade agrícola, mesmo virando a página, a verdade é que esta medida terá sempre o selo do CDS, que apresentou esta iniciativa em 2016, a qual foi aprovada por unanimidade, numa altura em que deixou de estar previsto no Quadro Comunitário 2014/2020, as reformas antecipadas.

Esta medida teve sempre, e agora continua a ter, como principal objetivo, independentemente do nome que se queira dar, garantir uma saída digna da atividade por parte dos agricultores mais velhos, bem como, incentivar o

rejuvenescimento do tecido empresarial e favorecer o emparcelamento das explorações, com vista a um crescimento sustentável do setor.

Esta iniciativa com as alterações propostas ao regime em vigor, surge em boa hora, primeiro porque acreditamos que as medidas não devem ser fechadas, devem ser reavaliadas acompanhando sempre a evolução neste caso do setor, identificando o que pode ser melhorado com a experiência desde da entrada em vigor da iniciativa.

Como tal e até porque foi dito em sede de Comissão que o número de candidaturas submetidas e aprovadas, durante este período, foram reduzidas – tiveram 18 candidaturas, das quais 11 foram aprovadas, de agricultores de 6 ilhas do arquipélago, isto quer dizer alguma coisa – é necessário melhorar a medida para que esta vá no seguimento das que são as exigências atuais.

Existem melhorias que nos parecem importantes, como por exemplo:

- a idade do cedente passar dos 60 anos para os 58, abrangendo mais produtores
- a alteração de 5 anos para 12 meses o tempo de posse da terra por parte do cedente, pois isso muitas vezes era um fator que limitador da elegibilidade da candidatura.
- a clarificação quanto à definição de emparcelamento – agora a parcela quando se encontra separada por uma linha de água ou por um caminho, por exemplo.
- também consideramos que quando às condições de elegibilidade do cessionário em que deixa de haver a obrigatoriedade de ser 3 anos ATP (agricultor a título principal) passa a ser mais abrangente e a facilitar o acesso a esta medida.

Também vimos com bons olhos os aumentos sugeridos até na iniciativa inicial de DLR, porque efetivamente era algo que era necessário alterar, e por fim dizer que esta iniciativa faz com esta medida se torne efetivamente mais proporcional, mais generosa, mais fácil de majorar, menos restritiva e consequentemente mais atrativa para os agricultores e isso é sem dúvida um importante contributo para o rejuvenescimento do setor e a sustentabilidade das

explorações, assim como uma saída digna por parte dos agricultores mais velhos.

Quanto às propostas de alteração que tivemos a este diploma, dizer que quanto às propostas e aquilo que foram as alterações sugeridas pelo Partido Socialista parece-nos que:

- a alteração ao emparcelamento, este não se ficar limitado pelos caminhos agrícolas, mas abranger todas as vias, parece-nos que é positivo;
- a questão do comodato é importante, uma vez que este é um mecanismo de posse da terra que é utilizado e é requerido por muito agricultores, e como tal parece-nos também importante esclarecer e ficar registado.

Na proposta do PSD:

- O que se refere ao autoconsumo e à possibilidade dos 10% para o serem possíveis de investimentos em atividades não agrícolas, também parece-nos que é um importante contributo no sentido do cedente ter outras oportunidades de rentabilizar essa área.

O que não estamos de acordo e como tal também a apresentação da nossa iniciativa, e mesmo dizendo agora o Sr. Secretário que este é o virar da página, a verdade é que foi o virar da página, mas os objetivos de uma forma generalizada estão até no preâmbulo do DLR, a verdade é que mantém.

Ou seja, mantemos aqui o objetivo de uma saída condigna por parte dos agricultores mais velhos, queremos o rejuvenescimento do setor, queremos fomentar o emparcelamento e, portanto, os objetivos principais mantêm-se independentemente de ser um novo DLR, independentemente de ser um virar da página.

Relativamente ao artigo 8.º, que são a condições de legibilidade do cessionário, entendemos o querer tornar aqui a medida mais abrangente, mas quando PSD propõe ter idade igual ou inferior a 50 anos, de uma forma completamente indiscriminada, não nos parece razoável, até porque a idade do cedente, o limite

inferior será de 58, portanto, de uma forma indiscriminada não nos parece ser o mais correto.

O PS apresenta aqui ter a idade dos 45, como é apresentado no DLR, excetuando-se o limite nos casos em que se verifique uma ação de emparcelamento. Ou seja, temos aqui uma ação, independentemente de qual seja a ação de emparcelamento, e independentemente da idade do cessionário este não tem que cumprir qualquer limite de idade, o que pode levar a que tenhamos situações em que acontece que o cedente pode acabar por ser mais velho que o cessionário.

Vamos imagina que temos aqui um cessionário que até tem 59 anos, por exemplo, e como está a emparcelar não tem de cumprir qualquer limite de idade, e o cedente, como até se abriu aqui o leque de idades, tem 58. Portanto, acho que está aqui um bocadinho invertido o que é o objetivo desta proposta.

Depois também relativamente ao que se refere o que têm de ser os compromissos assumidos por parte de cessionário, concordamos até como está quer no diploma, quer na proposta de alteração do Partido Socialista em que um agricultor, já instalado, tem de cumprir com uma área dos 25%, parece-nos bem, percebemos o intuito que vem no ponto 4 que é de abrir aqui e até no que são os pareceres das associações agrícolas, de efetivamente criar aqui regime mais alargado para o caso do emparcelamento, mas também não nos parece que seja excecionalizar para o caso do emparcelamento sem qualquer tipo de limite, sem qualquer barreira.

Então parece-nos, e é nesse sentido que surge a nossa proposta, que há uma condição de excecionalidade para os 25% em que sempre que há uma exploração que for inferior aos 12 ha a área de exploração do cessionário ter parcela que corresponda até 10% das terras libertadas pelo cedente ao cessionário, excetua-se esta situação na linha anterior quando há uma área superior ou igual aos 12 há.

Porquê os 12 ha? Porque segundo os últimos dados estatísticos é a média de área de explorações da nossa Região.

Consideramos que com esta alteração existirá uma maior abrangência, uma maior latitude favorecendo o emparcelamento que é o objetivo, mas também com alguma regra.

Portanto, é nesse sentido que surge esta nossa proposta de alteração.

No entanto, reitero aquilo que já disse anteriormente. Parece-nos que este diploma vem colmatar algo que não estava a funcionar e que não estava a dar a resposta que se pretendia, que era abranger mais agricultores, fazer com que agricultores mais velhos pudessem efetivamente ter uma saída condigna desta profissional, ter o regimento do setor e favorecer também o emparcelamento.

Voltando aqui um bocadinho atrás, porque estou a lembrar-me que esqueci-me de falar aqui numa questão, que é a questão dos montantes.

Efetivamente os montantes quer na proposta do PS, quer na proposta do PSD, aumentam aqui os valores, parece-nos bem. Concordamos com essas propostas, porque a verdade é que efetivamente um agricultor quando chega aos 65 anos e vai para a reforma, no máximo terá uma reforma de 471.72€.

Ou seja, um agricultor que tenha descontado 31 anos ou mais, que tem um complemento extraordinário de pensões o valor máximo, porque este vai de 7,66 aos 19,24, e também o Complemento Regional de Pensão, só terá uma reforma de 471€.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pretende o Governo dos Açores substituir os apoios à Reforma Antecipada na Agricultura pelos apoios à Cessação da Atividade Agrícola.

Embora mude o nome do regime, na sua essência, o Governo mantém as preocupações legítimas para incentivar o emparcelamento e a reorganização fundiária, mas sempre indexadas à idade dos agricultores, quer dos agricultores que decidem deixar a atividade, quer aos agricultores que ficam com as terras libertadas.

É nosso entendimento que não é a idade do agricultor que tem determinado a eficiência e a competitividade das explorações agrícolas nos Açores, mas sim outros fatores estruturais e conjunturais.

Para além do preço das produções agrícolas, as condições de produção, a dimensão média das explorações e a sua localização têm sido mais importantes do que a idade do agricultor.

Temos agricultores nos Açores com mais de 58 anos com explorações exemplares, bem estruturadas, com baixos níveis de endividamento e que têm estado, a muito custo, a perder capitais próprios para aguentar a perda de rendimento.

Mas temos explorações de agricultores mais jovens que, herdaram explorações com problemas estruturais graves, assumindo dívidas dessas explorações onde as baixas do preço de leite e os aumentos dos custos de produção lhes retiram a possibilidade de serem competitivos e que vão ficar endividados por muitos anos, sem melhorarem a rentabilidade das explorações em face dos condicionalismos permanentes.

Em muitos casos este regime da cessação da atividade agrícola não é apelativo, pois os apoios que vai disponibilizar não ajudam um agricultor e a sua família a aguentar, até à idade normal da reforma, uma vida condigna.

Por isso, quando, em Comissão, perguntamos ao Presidente da Federação Agrícola dos Açores por que razão poucas associações agrícolas tinham, na fase inicial, emitido parecer sobre este regime, a sua resposta foi perentória: com os apoios e os critérios deste regime propostos pelo Governo, os agricultores não vão aderir.

Aliás, na Reforma Antecipada, aprovada em 2016, apenas 18 agricultores foram candidatos e 11 candidaturas foram aprovadas.

Agora, e comparando a 2016, o Governo apresenta um aumento de 80 euros por mês aos agricultores individuais, ou quando a mulher ou o marido do(a) agricultor(a) dependeram da exploração agrícola são compensados com mais 58 euros mensais.

Com a proposta de alteração apresentada anteontem pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista alteram-se alguns valores, certamente induzidos pelo debate em Comissão e por informações posteriores.

Se existe vontade em estimular a saída dos agricultores com idade entre os 58 e os 64 anos e que aconteçam mais operações de emparcelamento os montantes devem ser superiores e os critérios a aplicar devem ser menos restritivos.

O Regime de Cessação da Atividade Agrícola ou é um instrumento verdadeiro para a reestruturação ou então de pouco servirá.

A um programa de cessação da atividade agrícola deve estar associado um programa de acesso à terra pelos jovens agricultores, de redimensionamento e de redução de custos de produção e em modelos adequados a uma nova e mais apelativa política agrícola.

Mas deve, também, integrar uma nova visão na ocupação e uso dos solos, no ordenamento do território e na complementaridade dos investimentos não agrícolas nas explorações.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Francisco César (PS): Gostaria de inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) Deputado António Toste Parreira (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A reforma antecipada na Região figurou ao longo de três Quadros Comunitários de Apoio, nos seguintes períodos:

Entre 1995 e 1999, o II Quadro Comunitário de Apoio que totalizou 1079 candidaturas aprovadas, o que correspondeu a um valor de cerca de 50 milhões de euros;

Entre 2000 e 2006, o III Quadro Comunitário de Apoio, com 167 candidaturas aprovadas, o que totalizou um investimento superior a 10 milhões de euros;

Entre 2007 e 2013, o IV Quadro Comunitário de Apoio sobre a aplicação do PRORURAL, com 197 candidaturas aprovadas num investimento na ordem dos 13 milhões de euros.

Deste modo, a medida na sua totalidade, ao longo dos três Quadros Comunitários de Apoio, atingiu um investimento superior a 70 milhões de euros, num total de mais de 1400 candidaturas aprovadas.

Ao nível das áreas transferidas para os novos agricultores, na vigência dos três Quadros Comunitários de Apoio, a reforma antecipada libertou para os novos agricultores um valor superior a 12 mil hectares.

Uma alteração da legislação comunitária, a medida Reforma Antecipada deixou de vigorar para o Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020.

Passados três anos, foi aprovado o DLR 14/2016/A, de 22 de junho, que define os apoios a conceder no âmbito da Reforma Antecipada no setor agrícola, na Região.

Decorridos praticamente 4 anos, após aprovação do diploma acima referido, verifica-se que a adesão não correspondeu à expectativa inicialmente criada, onde foram apresentadas 18 candidaturas e aprovadas apenas 11.

Neste sentido, e atendendo ainda ao momento de crise pandémica com que estamos confrontados, medidas dessa natureza são de extrema importância para alavancar o setor e ajudar os nossos agricultores.

No entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, justifica-se a aprovação da Proposta de DLR em análise para incentivar o rejuvenescimento do setor agrícola, do redimensionamento, o emparcelamento das explorações, bem como a diversificação da atividade agrícola.

Consideramos ainda a importância da criação de apoios públicos que permite aos mais idosos uma forma digna de terminar a sua atividade agrícola.

Por último, dizer à câmara que o PS tem uma proposta de alteração que já deu entrada.

Também vou fazer aqui uma pequena referência ao que referiu a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Realmente reconhecemos que foi, na altura, um Projeto de DLR apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, que teve o seu mérito, é certo, mas consideramos, como a Sra. Deputada também já considerou que estamos perante uma boa ferramenta, que esta nova proposta é mais vantajosa e como tal acredito que seja possível haver maior aderência para a cessação da atividade agrícola.

Como a senhora disse, e bem, foi em boa hora, e as medidas devem evoluir, porque o que é hoje realmente pode não ser amanhã, ainda mais com a situação de crise que nós estamos a viver.

Então, o nosso Projeto de Resolução e esta proposta também, têm a ver com a maneira de trabalhar, ou seja, avaliar, decidir e depois agir com responsabilidade de modo a que se possa cumprir com os compromissos assumidos.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na exposição de motivos é reafirmada a intenção da PAC em incentivar o rejuvenescimento do setor agrícola e de como esse objetivo teve reflexos na realidade concreta da década de 80.

Contudo, a realidade atual desmente esta espécie de ficção, pois são cada vez menos os empresários agrícolas – ou melhor os pequenos empresário agrícolas – pois tal como em outros setores assistimos a um darwinismo social que concentra a riqueza e, sobretudo, os recursos para a alcançar nuns poucos, consequência, aliás, visível se atendermos ao predomínio das grandes explorações agrícolas e a prosperidade da grande indústria.

É esta realidade que também explica, em parte, o pouco emprego criado pelo setor e não tanto a inovação tecnológica que tem na maquinização a sua face mais visível.

Mas só explica em parte, até porque nos Açores, e apesar de termos cada mais explorações de maior dimensão estas não se comparam às explorações dos países da Europa central. Nos Açores, com uma Universidade, apesar de também criada a pensar no apoio científico e tecnológico a dar ao setor, ainda não fomos capazes de incentivar os jovens a aderir à atividade agrícola, porventura, porque continua a ser perspetivada como um setor caracterizado por uma produção com pouco valor acrescentado.

Para alcançar tal objetivo, a Universidade dos Açores poderia ser um autêntico «berço» de jovens agricultores e ter um papel muito mais central na promoção da extensão rural.

A PAC falhou no cumprimento do objetivo do rejuvenescimento do setor, ao privilegiar as megas explorações agrícolas e a intensificação da produção, a Região falhou ao desinvestir na extensão rural e, principalmente, ao transmitir uma mensagem dúbia ao setor: se por um lado é assumido que o caminho seria a qualidade em detrimento da quantidade, por outro lado produz-se cada vez mais e deixou-se que o setor fosse quase monopolizado pelo setor leiteiro marginalizando-se, por conseguinte, a diversificação agrícola.

A PAC também falhou porque cessou os incentivos às designadas reformas antecipadas para os agricultores, porque o objetivo é substituí-los por grandes proprietários. Por sinal, 1 em cada 5 dos top 100 beneficiários de apoios comunitários, ao abrigo da PAC, coincidem com as principais famílias reais europeias.

É neste cenário que importaria perceber se os agricultores que pretendem abandonar, antecipadamente, o setor o fazem porque se trata de uma atividade de desgaste físico rápido, por não conseguirem retirar o rendimento pretendido numa situação precipitada pelas políticas agrícolas, aos mais diversos níveis, ou porque, de facto, pretendem dar lugar aos mais novos? Essa é uma questão que se impõe.

Passando, em seguida e antecipadamente, a colocar algumas questões em sede de especialidade:

- Sabendo que as explorações de cariz familiar predominam na Região e que por essa via, passam de progenitores para filhos, porque não consideram os terrenos transmitidos de progenitores para filhos?

-As áreas estipuladas no n.º 3 do art. 8.º poderão não ser realistas face à realidade geográfica de algumas ilhas como Graciosa, Flores e Corvo. Porque não salvaguardaram esses casos?

- Considerando que a presente proposta pretende incentivar a diversificação agrícola, porque não incluíram uma parte significativa dos flori, fruto e horticultores que se encontram, fruto da definição de agricultor a título principal, na situação de não ATP por o rendimento bruto declarado, ser proveniente da comercialização? Essa foi, por sinal, uma crítica feita pela Associação “Terra Verde” aquando da apreciação do diploma que será substituído por este e parece-nos que continua a ser uma consideração atual dada a manutenção da redação no que toca à definição de agricultor a título principal.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde sempre o PCP esteve de acordo com as reformas antecipadas na agricultura.

Aliás, é preciso não esquecer que esta, a Ilha das Flores, foi uma das ilhas que beneficiou em relação às reformas antecipadas, porque uma parte dos agricultores estavam cansados da agricultura, porque estavam sujeitos a um trabalho árduo e muito forte e pretenderam passar algumas agriculturas para os

agricultores mais jovens, deste modo dando lugar aos agricultores mais jovens a entrar na agricultura.

No entanto, achamos que os 58 anos em relação à reforma antecipada poderia ser, e aliás foi pretensão de algumas associações agrícolas, que em vez de serem os 58, fossem os 57 anos, para abranger mais agricultores a entrarem para a reforma antecipada.

Achamos que é uma medida correta, que é uma medida que vai dar lugar aos mais novos poderem entrar para a agricultura e pode ser uma alavanca, em especial nas ilhas mais pequenas, para que se dê outras condições a quem gostava de entrar para a agricultura e até então não teve possibilidades para entrar para a agricultura.

No entanto, o PCP e a Representação Parlamentar do PCP acham que, neste caso em específico, a reforma antecipada na agricultura é uma medida importante para as nove ilhas dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, a inscrição do Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Apenas duas ou três notas que me parecem importantes depois das reflexões que foram apresentadas pelas Sras. e Srs. Deputados, gostaria nesse sentido de dizer o seguinte:

Este diploma surgiu depois de um amplo debate, aliás, como é normal, com todas as associações, com todas as organizações de produtores, mesmo com alguns produtores, no sentido de criar um novo diploma que pudesse, no fundo, corresponder àquelas que eram na altura, e são naturalmente no presente, as expetativas dos agricultores sobre esta dinâmica de cessação da atividade agrícola.

Com isso, e quando temos o sentido de virar a página, não quisemos renegar a história e os contributos que o CDS deu para o anterior diploma, até pelo contrário, foi no sentido de valorizá-lo, de, no fundo, reformulá-lo e corresponder àquela que foi a nossa experiência ao longo desses anos, na sua aplicação prática nos serviços que foram abertos.

Nessa medida este diploma, se assim se pode dizer, corresponde, em termos globais e gerais, àqueles que foram os contributos dados pelo setor.

Agora, é verdade que num ou noutro pormenor poderá não corresponder, na sua globalidade, àquela que foi a proteção de uma ou outra associação.

É óbvio e é expetável que cada associação representativa de um determinado subsector veja o diploma na defesa e nos interesses dos seus associados.

Aquilo que o Governo procurou fazer, e julgo que foi bem conseguido, porque já se percebeu que tirando um ou outro pormenor há um consenso globalmente positivo em relação a essa proposta de diploma, foi, no fundo, não desvirtuar o princípio do diploma, que é no fundo o rejuvenescimento do setor, o emparcelamento, uma aposta na diversificação, que foi uma inovação deste diploma e, no fundo, permitir que aqueles agricultores mais idosos possam abandonar a atividade com dignidade.

No fundo, neste diploma procuramos dar resposta a todas essas situações, que acabei de referir.

Este diploma naturalmente não pode ser desligado de outros instrumentos que temos, como é o caso do RICTA. Só para as Sras. e os Srs. Deputado terem uma ideia, o Governo, ao longo destes últimos 20 anos já apoiou a aquisição de 1.900 ha de terreno. Naturalmente teve uma importância muito grande do ponto de vista do emparcelamento e da redução dos custos de atividade e da própria competitividade das explorações.

As próprias medidas da reforma antecipada, incluindo as do diploma que ainda está em vigor, permitiram também a transação de 12.300 ha, esses todos para emparcelamento e naturalmente deu um contributo também muito importante.

Queria também deixar como nota final àqueles que foram os comentários do Sr. Deputado Paulo Mendes, que tem sempre uma visão muito crítica e destorcida da realidade do que é o setor agrícola na Região, dizer que este setor continua a ser muito atrativo para os jovens.

Apesar dos desafios, apesar de ser uma atividade exigente, a verdade é que continuam felizmente a entrar muitos jovens para o setor.

Só nesta legislatura e no âmbito do PRORURAL, em projetos de primeira instalação, foram aprovados quase 250 projetos; ainda recentemente fechámos um aviso, que esteve aberto quase durante três meses, onde se verificou novamente uma grande adesão de jovens com projetos de primeira instalação e também de muitos projetos de modernização das instalações. Ou seja, há e

continua a haver uma forte aposta, uma forte confiança, quer dos jovens, quer daqueles que já estão instalados nesse setor e esses sinais de quererem investir, de apresentar projetos de modernização, de melhorar o desempenho das suas explorações é naturalmente para nós motivo de satisfação, mas sobretudo transmite-se um grande sinal de confiança no futuro da agricultura. Isso parece-me que é importante relevar e destacar.

Dizer também, por fim, que este diploma integra-se numa estratégia mais global de representação da fileira do leite, como sabe. Esta é uma peça fundamental também para ajudar a regular o setor, no fundo, permitir que o setor fique mais robusto e possa responder melhor aos desafios do futuro, sobretudo com as ações tomadas no momento e permitindo dar outra robustez àquelas explorações que vão receber mais terrenos e, no fundo, poderão permitir desta forma melhorar o seu desempenho e melhorar a sua rentabilidade.

Já terminei, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM nós temos também uma posição em relação a esta matéria que chega à conclusão a que chegou o Governo Regional, que é necessário rever estes procedimentos na medida em que, como já foi referenciado por outros grupos parlamentares, o seu impacto real estava a ser diminuto. Ou seja, a legislação era demasiado restritiva para atingir um grande número de agricultores. Portanto, estava a ter um impacto real muito limitado, apesar dos objetivos serem muito ambiciosos, nomeadamente incentivar o rejuvenescimento no setor agrícola, o dimensionamento e o emparcelamento das explorações, a diversificação da atividade agrícola na Região, a modernização da agricultura, ou seja, um conjunto de objetivos muito alargado,

mas, de facto, o regime estava a ter neste momento uma projeção muito limitada.

Por isso, na nossa perspetiva, apesar de acompanharmos algumas das alterações que foram objeto de sugestão por parte das diversas entidades auscultadas, eu considero que o diploma do Partido Socialista... do Governo Regional (e do Partido Socialista, é quase a mesma coisa, mas do Governo Regional) reúne de facto as condições para merecer o voto favorável por parte da Representação Parlamentar do PPM e também, isto já tendo em conta as alterações que entretanto foram anunciadas por parte do Partido Socialista e também do CDS-PP, que na nossa perspetiva melhoram o diploma.

Portanto, nós acompanhamos esta solução do Governo, tendo em conta que, para que ela possa ser aplicada com sucesso na Ilha do Corvo, será necessário aprovar a alteração que, entretanto, foi promovida e foi apresentada por parte do Partido Socialista. Nós temos, como se sabe, uma situação muito específica que tem a ver com a pequena dimensão das nossas explorações agrícolas, mas esse problema fica em parte resolvido com a proposta que é apresentada por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Portanto, o PPM anuncia o seu voto favorável a esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, Deputada Graça Silveira.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Sra. Deputada tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Agricultura:

Escuso-me de lhe dizer o que quer que seja sobre este diploma. Devo dizer-lhe que percebo por que é que só agora é que são revogadas as reformas antecipadas e lhe permite dar um nome completamente novo. Porque antes, apesar de, com o diploma das reformas antecipadas, estar a pagar essas reformas com o Orçamento Regional, e por isso é que o diploma foi muito restritivo, porque era única e exclusivamente com verbas do Orçamento Regional, era importante que houvesse por parte dos agricultores o cumprimento do real objetivo.

A verdade é que estas 18 candidaturas aconteceram no primeiro ano de vigência do diploma, que foi 2016/2017, e se bem me lembro (eu por acaso estava a tentar encontrar o diploma) dizia lá claramente que voltar a abrir as candidaturas dependia do Secretário da tutela.

Pergunto-lhe por que é que ficou estes anos todos sem candidaturas, sabendo que tinha o poder de tornar o diploma mais apelativo, e só agora é que o faz?

Mas eu digo-lhe: é porque agora, como já não tem que pagar as reformas antecipadas que eram os tais 7 anos que ainda estavam em vigor, dos agricultores que ainda estavam a receber pela ação das verbas europeias (e responda-me se eu não estou errada), neste momento, a partir de 2020 há algum agricultor que ainda vá receber reforma antecipada ao abrigo das verbas europeias? Não! Por isso é que lhe permite revogar agora, e bem, porque este diploma estava efetivamente a precisar de ser revisto para que os agricultores pudessem efetivamente usufruir de mais este instrumento.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional sabe, aliás como é do conhecimento geral, que eu não sou propriamente um agricultor. Aliás, apesar de ter aqui uma horta logo em frente à minha janela, isso não faz de mim de um agricultor, até porque não a cultivo, não tenho jeito para isso. Apesar de ter sido criado entre os serrados nas Cinco Ribeiras, muito cedo acabei por me urbanizar, digamos assim.

Por isso mesmo, é que quando se trata de matérias relacionadas com a agricultura, eu tenho de me socorrer daqueles que são os pareceres de quem percebe.

As perguntas que lhe coloquei, Sr. Secretário, não são mais do que algumas das questões que também colocaram algumas Associações Agrícolas da Região. Eu esperava que o Sr. Secretário me desse resposta a essas perguntas.

Em vez disso, acabou por optar por me acusar de ter uma visão destorcida da realidade.

Bem, ter uma visão destorcida da realidade, devo dizer que porventura também o criador das reformas antecipadas também teria uma visão destorcida da realidade, porque eu socorri-me exatamente daquela que foi a exposição de motivos do Grupo Parlamentar do CDS em 2016, quando reafirma que atendendo à realidade da Região Autónoma dos Açores, em que o setor agrícola se encontra envelhecido e economicamente frágil, é fundamental criar apoios públicos no sentido de incentivar o rejuvenescimento do setor.

Eu se tenho uma visão destorcida da realidade, então outros também terão e eventualmente serão outras pessoas que têm de certeza mais experiência no terreno do que eu.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento não tenho inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Para inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já julgo não haver. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida só para tentar responder às questões que foram colocadas pela Sra. Deputada Graça Silveira e pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Naturalmente que o Governo, ao longo desta legislatura, teve oportunidade de abrir outros avisos para as reformas antecipadas, mas na verdade devido à pouca adesão dos agricultores e também da dificuldade na aprovação das candidaturas, eu devo recordar que ainda assim foram apresentadas 18, mas só conseguimos apresentar 11, a opção foi não abrir novos avisos e iniciar um

processo de revisão do novo diploma, que são sempre processos morosos, que envolve a auscultação, que envolve trabalho técnico, trabalho, no fundo, jurídico e consensualizar aquelas que foram as propostas apresentadas pelos diferentes pareceres.

Quer no anterior modelo, quer no atual, que agora é proposto, ambos são pelo esforço de verbas da Região. Dá aqui também nota da aposta que o Governo está alocando recursos próprios para, no fundo, dar continuidade a esse trabalho que é fundamental para continuar a modernizar o setor e sobretudo a rejuvenescer.

Eu devo dizer que a Região dos Açores é a região do país e da Europa que tem agricultores com idade mais baixa, em termos médios, e isso naturalmente é uma vantagem que nos dá do ponto de vista competitivo, por isso queremos continuar a aprofundar isso. Essa é uma medida que naturalmente dá um contributo positivo, como também o Programa Jovem Agricultor é mais uma medida para ajudar neste caminho que queremos trilhar.

Sr. Deputado Paulo Mendes, nunca é tarde para ser agricultor.

Portanto, fica o desafio, nos tempos livres, para se dedicar à agricultura.

Eu não respondi, percebeu-se na minha intervenção, a um conjunto de particularidades e questões muito específicas, até muito técnicas, que foram colocadas. O que eu procurei transmitir – se calhar não fui claro, mas vou voltar a tentar – foi que cada organização, cada pessoa, cada avaliação que é feita sobre este diploma tem um olhar muito próprio. Naturalmente como há um conjunto de múltiplas variáveis que se podem alterar, cada um tem o seu olhar.

Aquilo que o Governo procurou fazer foi não desvirtuar o princípio do diploma, não desvirtuar aqueles que eram os objetivos, ou seja, promover o rejuvenescimento, promover o emparcelamento, e no fundo procurar dar resposta àquelas que foram as questões mais relevantes, e que fizessem sentido, no sentido de termos um diploma melhor do que o anterior e sobretudo que responda àquelas que são as expectativas do ponto de vista global do setor.

Julgo que isso foi conseguido neste diploma. Agora, era sempre possível alterar aqui ou ali, mas na verdade quanto mais mexemos mais desvirtuamos aqueles que são princípios e pilares do diploma que, quer no passado com a iniciativa do CDS-PP, quer agora com esta iniciativa do Governo, devem ser mantidos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente e no seguimento até do que foi dito pelo Sr. Secretário, em relação ao facto de existir aqui algum equívoco por parte do Grupo Parlamentar do CDS, até mesmo quanto à apresentação do diploma e agora não há equívoco nenhum, a verdade, e até como já foi dito pelo Sr. Secretário, os pilares fundamentais da iniciativa anterior, como desta, é não desvirtuar este diploma, mas também manter o rejuvenescimento do setor e permitir uma saída condigna dos agricultores. Portanto, acho que não há aqui qualquer tipo de equívoco.

Poderá existir algum tipo de equívoco, sim, e queria tornar a trazer esta questão, quanto à questão e à alteração aqui proposta, por parte do Partido Socialista, à idade do cessionário. Reitero aquela que foi a minha questão que foi,

efetivamente, quando apresenta uma alteração em que se existir o emparcelamento não há limite de idade, se efetivamente o que o Partido Socialista quer poderá correr o risco de existirem situações em que a pessoa que está a sair desta atividade, o cedente, terá uma idade inferior àquele que irá receber? É esta a minha questão e acho que o equívoco poderá existir. É essa a interpretação (pode até ser uma interpretação errada) que estou a fazer no que está na alteração do artigo 8.º.

Para mim, e até no seguimento do que foi dito pelo Sr. Secretário, de não desvirtuar o diploma inicial e manter os pilares que foram o pressuposto base desta iniciativa, seja ela reforma antecipada ou cessão da atividade, não me parece que seja uma justificação aceitável e eu até própria não compreendo esta proposta de alteração.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o CDS esgotou o seu tempo. Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado

Deputada Francisco César (PS): Eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem a palavra então o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) Deputado António Toste Parreira (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Quando for na altura de apresentar as alterações, nós apresentaremos as alterações.

Passarei a explicar as razões da nossa alteração, mas também posso justificar aqui à Sra. Deputada Catarina a nossa proposta a que ela se refere. A alínea b), do n.º 1, do artigo 8.º, que tem a ver com a excecionalidade da idade, tem a ver com o emparcelamento.

Nós consideramos que o emparcelamento é importante para o setor agrícola na medida em que temos terras dispersas e quanto mais se emparcelar, mais se juntar a terra, melhor para o agricultor, melhor também na redução dos custos para as explorações. Foi essa a nossa razão, mas na altura certa responderei a todas as questões que nós temos na nossa proposta.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só para, no fundo, clarificar... Não clarificar, mas deixar aquela que é a posição do Governo sobre essa matéria que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras estava a colocar.

Sendo um objetivo o rejuvenescimento, o diploma prevê o limite de idade dos 45 anos.

Naturalmente há uma abordagem que tem que ser feita, que é, se houver uma possibilidade de haver um emparcelamento e o agricultor cessionário ter mais de 45 anos, eu diria que do ponto de vista de um dos princípios que está subjacente no diploma, que é o emparcelamento, parece-me que não deveríamos deixar de fora esta possibilidade. Ou seja, nos casos em que há emparcelamento não haver um limite de idade.

Portanto, parece-me que não choca com os objetivos do diploma, porque na verdade nas restantes situações o limite é só os 45 anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, Graça Silveira.

Presidente: A Sra. Deputada esgotou o seu tempo na primeira intervenção.

Peço desculpa se não informei.

Deputada Graça Silveira (Independente): Não informou.

Presidente: Peço desculpa, Sra. Deputada, devo ter-me esquecido.

Deputada Graça Silveira (Independente): Aliás, eu até fico mais ou menos sem saber... Eu sei que tenho muito pouco e sei que a probabilidade de o esgotar é enorme, mas como a Sra. Presidente nunca diz, e desta vez até por acaso eram 2 minutos, pensei que tivesse.

Presidente: Não. Foi lapso meu. Assumo. Está aqui o registo de ter esgotado o tempo. De facto, se não anunciei...

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu queria só gastar 2 segundos, se me pudesse ceder.

Presidente: Mas não posso, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então agradecia que da próxima vez, mal eu esgote o meu tempo, que informe a câmara.

Muito obrigada.

Presidente: Assim será.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Francisco César (PS): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Muito rápido.

Sra. Presidente, se eu não estou enganado, nós, na especialidade, poderemos discutir as propostas na especialidade. Não houve nenhuma alteração em relação a isso?

Presidente: Sim, o tempo é global.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** São tempos à parte?

Presidente: É para a generalidade e para especialidade.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Era essa a minha dúvida.

Pronto, então o PS neste momento não faz mais nenhuma intervenção.

Presidente: É como habitualmente fazemos, com tempos mais reduzidos, mas é o tempo global. Inclui a generalidade e a especialidade.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sim, Sra. Presidente, mas nós já alterámos tanto as regras que chega a uma altura que já não sei a quantos ando.

Presidente: Compreendo perfeitamente. Até para mim é difícil também.

Muito bem, julgo que não há inscrições.

Acho que podemos fazer a votação na generalidade e depois avançar para o debate e votação na especialidade.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

(Pausa)

Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

(Pausa)

Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

(Pausa)

Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira para o anúncio da votação.

Secretário: Com certeza, Sra. Presidente.

Na generalidade, o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Iniciamos agora o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há alguma inscrição?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, no sentido de solicitar 10 minutos de intervalo regimental.

Como sabem, eu estou em quarentena e tenho aqui algumas limitações logísticas. Portanto, 10 minutos antes do debate e votação na especialidade.

Presidente: Fazemos assim, Sr. Deputado, a bem de todos nós e no sentido de facilitar aqui a situação.

Faço eu o intervalo agora, porque se se recorda, o intervalo regimental tem de ter um propósito, que é a consensualização das propostas de alteração.

Como não é o caso, porque não foi esse o motivo que alegou, eu faço agora o intervalo de 15 minutos e regressamos quando for 15h55.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Peço desculpa, mas ficou acordado que quem entendesse podia pedir um intervalo regimental de 15 minutos, quando bem o entendesse, sem justificar. É regimental. Foi isso que ficou acordado na Conferência de Líderes.

Presidente: Não, Sr. Deputado. No regime excecional o que está dito é o seguinte....

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não! Qualquer grupo ou representação parlamentar não poderia pedir os 30 minutos, mas sim, 15, para todos. Foi isso que ficou acordado. Eu não me esqueci.

(*) **Presidente:** Eu vou ler, Sr. Deputado. É o ponto 3 do nosso “Regime de funcionamento excecional das Reuniões Plenárias por meios telemáticos”.

“A reunião plenária é contínua, sendo interrompida através da realização de dois intervalos de 15 minutos, um no período da manhã e o outro no período da tarde”, que são os que eu faço.

“Pode ainda ser interrompida por 15 minutos a requerimento de qualquer grupo ou representação parlamentar, por cada reunião, apenas para consensualização de matérias e/ou propostas de alteração”.

Mas da mesma maneira como ontem, ao Sr. Deputado Luís Maurício, que pediu 30 minutos e só poderia pedir 15, o que eu respondi foi fazemos de 15 e se for necessário mais tempo haveremos de conceder, porque o que estava em causa, e era importante garantir, era que se consensualizava a proposta de substituição integral, o Sr. Deputado Paulo Estêvão em nada ficará lesado porque eu faço agora o intervalo de 15 minutos e interrompemos por agora.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, foi naturalmente falha minha, mas eu não concordo com isto. Eu julguei que era para alterar as regras, mas não alterar as regras para o outro lado, não é?

Falha minha (repito), percebi mal (repito), mas na próxima Conferência de Líderes acertamos isso.

(*) **Presidente:** Depois então na próxima Conferência de Líderes havemos de perceber o alcance, mas como compreende esta regra tem a ver com o facto de podermos controlar o andamento da agenda e não termos muitos tempos mortos nesta forma de trabalhar por videoconferência.

Mas de qualquer forma teremos tempo depois em sede de Conferência de Líderes para avaliar esta norma.

Como eu disse, regressaremos às 15h55.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos com a votação na especialidade.

Eram 15 horas e 57 minutos.

Pergunto se há alguma inscrição?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sra. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo o Sr. Deputado António Almeida.

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Francisco César (PS): Queria inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para deixar aqui a nota relativamente às propostas de alteração a três artigos da Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo.

Como veem há uma diferença muito grande no nosso comportamento relativamente ao Partido Socialista. Nós temos uma visão diferente da reestruturação, do ordenamento e dos objetivos do atual diploma, mas não deixamos de votá-lo favoravelmente dando nota aqui do que é que diverge das nossas diferenças.

Começaria pelo artigo 6.º. Nós entendemos que se é dada a oportunidade a um agricultor de deixar a atividade, no entanto podendo ficar com 10% das terras não libertadas, nesse caso (10% estamos a falar até ao limite de 1 ha, pode ser, depende de cada um, um exagero para destinar 1 ha ao autoconsumo.

E nós entendemos que devia ser criada a oportunidade para os agricultores, naturalmente dependendo da localização dessas parcelas e de acordo com a legislação aplicável, de poderem tornar a utilização desse hectare, ou desses 10%, em atividades não agrícolas ou investimentos não agrícolas.

Se porventura um agricultor deixa a atividade faz todo o sentido que possa ter uma oportunidade para obter um rendimento suplementar por via de outro investimento ou de outras atividades, naturalmente respeitando os instrumentos de ordenamento do território na localização dessas mesmas parcelas.

Em segundo lugar, relativamente à proposta de alteração para o artigo 8.º, o nosso objetivo é alargar o âmbito dos cessionários, permitindo que em vez de terem idade inferior a 45 anos tenham idade inferior a 50.

Se o objetivo é efetivamente o emparcelamento e a transmissão de terras libertadas e reestruturá-las, ajudar a reestruturar as outras explorações, faz sentido que o âmbito seja mais alargado. Esta é a razão pela qual apresentamos esta proposta de resolução.

Para terminar, relativamente aos apoios, no caso do agricultor individual que cessa a sua atividade, nós entendemos que deve ser atribuído um apoio anual correspondente à remuneração mínima garantida, ao salário mínimo dos Açores, a multiplicar por 14 meses, correspondendo a um apoio anual que nós entendemos que deve estar expresso.

Em simultâneo, se um agricultor cessa a sua atividade e tem um cônjuge a cargo, como a esposa ou o marido, que esteve sempre dependente dos recursos da exploração agrícola que deixa de existir, nós entendemos que faz sentido que a esse cônjuge seja atribuído um valor anual equivalente.

Só assim entendemos que esse montante é estimulante para um casal de agricultores a cessar a sua atividade, a permitir que outros façam a reestruturação da sua atividade e, portanto, tendo o mínimo que nós consideramos adequado até chegarem à sua idade de aposentação de acordo com a legislação atual.

Relativamente às propostas apresentadas pelo Partido Socialista e pelo Governo tenho aqui algumas perguntas a fazer:

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário talvez possa ajudar a identificar qual é o universo de agricultores (para saber cada uma dessas medidas no articulado do Projeto e das proposta de alteração) que existem neste momento na Região e porventura aqueles 300 jovens agricultores que se candidataram a ajudas se sucederam aos pais ou não?

Relativamente à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista quanto ao artigo 10.º, a minha pergunta (talvez porque a interpretação suscita dúvidas):

Diz que “o apoio anual a conceder é o correspondente ao valor da retribuição mínima mensal garantida”, mas depois esquece-se no n.º 7 do mesmo artigo, que o pagamento é mensal.

Essa forma de escrever induz em erro. Quase que dá a entender que o apoio anual é no valor da remuneração mensal repartida por 12 meses. Portanto, pode induzir em erro esta redação.

Também para finalizar, que o Partido Socialista concretizasse se o apoio ao cônjuge corresponde efetivamente a 56 euros por mês? Se é esse o valor que o Partido Socialista entende, e o Governo também, adequados a compensar o cônjuge que sempre dependeu da exploração, a ser compensado até à idade normal de reforma?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta de alteração do Partido Socialista, o n.º 2, da alínea f) do artigo 3.º, no que se refere às condições de emparcelamento, na eventualidade de algumas dúvidas que poderiam sugerir em relação ao entendimento pelo IROA, quanto à terminologia caminhos agrícolas, propõe-se assim apenas a designação de caminhos, desde que esta permita a passagem entre parcelas confinantes entre si.

A alínea h), do ponto 1 e ponto 2 do artigo 4.º, não prevê o contrato de comodato. Sendo um tipo de contrato usado por muitos agricultores, alarga-se a

possibilidade e utilização das áreas elegíveis ao regime de contrato de comodato.

No que diz respeito à alínea b), do n.º 1, do artigo 8.º, exceciona-se o limite de idade do cessionário quando se verifique uma ação de emparcelamento. E aqui está mais uma razão que é aquela questão que nós falamos anteriormente que dá primazia a que cada vez se possa emparcelar mais de maneira a que facilite o trabalho dos nossos agricultores e que também traga benefícios, que é a questão da redução dos custos nas explorações agrícolas.

Relativamente ao artigo 8.º, o ponto 3 é reformulado, exceciona-se o limite dos 25% quando exista uma ação de emparcelamento. É também retirado a condição em que a área a emparcelar pelo cessionário deva corresponder a 10% da área elegível de terras libertadas pelo cedente.

As alterações agora propostas criam as tais melhores condições de emparcelamento, como já referi anteriormente, e justifica-se a referida alteração também com a referida alteração, como já falei, com a questão da redução dos custos das explorações agrícolas.

Relativamente ao artigo 10.º, no n.º 1, achamos que é justo e é importante a medida, na medida em que permite aos mais idosos uma forma digna de terminar a sua atividade agrícola.

O apoio anual a conceder é o que está indicado na proposta e a questão que o Deputado António Almeida refere é que o n.º 7 diz que os valores são pagos mês a mês (12 meses), portanto, é o valor que nós propomos a dividir por 12 (é aquele valor) para cedente individual, e acresce 8.5 para o cedente com cônjuge a cargo.

Feitas as contas, com a nossa proposta de alteração estes valores crescem 6% e comparativamente ao diploma atual o aumento é de 21%, ou seja, com a proposta do Partido Socialista melhorou substancialmente a proposta, quer na área do emparcelamento, quer em termos financeiros, que ao fim e ao cabo a

parte fundamental e principal é a parte financeira que vai sustentar aquelas pessoas mais idosas que cessem a sua atividade.

Para nós, com esta proposta, praticamente acatou-se as propostas de organização dos produtores. Melhorou-se substancialmente e criamos uma ferramenta importante para continuar a desenvolver a agricultura pilar fundamental da economia regional.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então iniciar as votações.

Como sabem, votaremos as propostas de alteração e os artigos a que correspondem, depois o conjunto dos artigos que não sofreram alteração.

Naturalmente que, caso os sentidos de voto sejam diferentes, peço que antecipadamente me informem para se fazer a votação em separado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sra. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu peço desculpa, tive aqui um pequeno problema de som. Eu não sei se ainda me permite inscrever o Sr. Deputado António Almeida.

Presidente: Sim, podemos inscrever.

Estava só a explicar a votação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu peço desculpa.

Presidente: Não há problema. Está inscrito então o Sr. Deputado António Almeida.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) Deputado António Almeida (PSD): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas porque não fiquei esclarecido relativamente às dúvidas que coloquei quanto às propostas do Governo e do Partido Socialista. Volto a fazê-la:

Se o valor considerado no artigo 10.º é o de 676,75, que é digamos a remuneração mínima mensal na Região, a multiplicar por 14, ou por 12 meses, e se o Partido Socialista considera que quando o cedente tem o cônjuge a cargo, se esse cônjuge a cargo vai ser apenas compensado com 8,5% relativamente à remuneração mínima mensal, ou seja, 56€.

O que nós precisamos de saber é se no entender do Partido Socialista a esposa de um agricultor é apenas compensada nessa circunstância com o equivalente a 56€ por mês. Precisamos de ver isso clarificado para interpretar a vontade do Partido Socialista e do Governo relativamente aos estímulos para que os objetivos aconteçam relativamente a essa cessação da atividade agrícola.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Vamos então iniciar as votações. Naturalmente o debate continua aberto. Sempre que se quiserem inscrever podem fazê-lo à vontade.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 3.º.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

(Pausa)

Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Garcia

(Pausa)

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Votamos agora o artigo 3.º da proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

(Pausa)

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

(Pausa)

Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, consegue ouvir-me?

Presidente: Agora sim, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu peço desculpa, eu tinha votado a favor, mas não me tinham ouvido.

Presidente: Eu não ouvi. Obrigada.

Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação.

Secretário: O artigo 3.º anunciado, com a alteração, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Manuel Pereira.

Vamos avançar com as votações. Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 4.º.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, a favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Manuel Ramos

(Pausa)

Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

A proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 4.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada.

Vamos então votar o artigo 4.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

(Pausa)

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor. Peço desculpa, mas há pouco não consegui ligar o som. Obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Manuel Pereira...

Secretário: Obrigada, Sra. Presidente.

O artigo 4.º, com as alterações introduzidas, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 6.º da proposta.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 6.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar o artigo 6.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Voto a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O artigo 6.º, com a alteração introduzida, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora às propostas de alteração apresentadas para o artigo 8.º.

A primeira que deu entrada na Mesa é a do Partido Socialista. Está então agora à votação.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, era para solicitar a votação, não em conjunto, porque nós temos posições diferentes.

Presidente: Nós temos uma proposta ao n.º 1, ao n.º 3, ao n.º 4. É para fazer as três separadas?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sim, vamos ter de fazer em separado, por favor.

Presidente: Eu alerto só que há um número 5, mas que é a renumeração do 4, por isso esse não coloco à votação, porque não há uma alteração efetiva.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Com certeza.

Presidente: Está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 8.º.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

(Pausa)

José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Mendes

(Pausa)

João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 8.º foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra da Deputada Independente, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos agora votar a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 3 do artigo 8.º.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, eu tenho uma dúvida.

Uma vez que há várias propostas de alteração exatamente ao n.º 1 e todas à alínea b), não costumávamos a fazer as alterações aos números ou fazemos por partido? É que estou a estranhar.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada, a nossa forma de votar, só por si, é toda uma situação diferente.

Como podem avaliar pela análise das propostas, se as do Partido Socialista forem aprovadas, todas as outras ficam prejudicadas. Por isso em termos de economia de tempo, faz mais sentido fazer a votação ao artigo todo, porque se

as propostas do PS forem aprovadas, as do PSD e as do CDS ficam prejudicadas e assim não temos de fazer a votação, senão estávamos a falar de ter de fazer uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete votações. Assim fazemos só três.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): A minha dúvida era exatamente como as outras são todas ao n.º 1, poderia ter anunciado logo as alterações do CDS e do PSD, que são ambas a este número, à mesma alínea e para o mesmo objetivo. Elas prescrevem quando é exatamente para o mesmo objetivo. Poderiam ficar prejudicadas.

Foi só uma dúvida.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Sim, sim, mas elas ficam prejudicadas seja ao n.º 1, neste caso do PSD, porque efetivamente a sua proposta de alteração era só sobre o n.º 1, quer as do CDS que são sobre os restantes números.

Portanto, eu irei informar no final da votação.

Portanto, estávamos a votar a proposta de alteração do PS ao n.º 3 do artigo 8.º.

Sr. Deputado Francisco César

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta do Partido Socialista ao n.º 3 do artigo 8.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos agora, por fim, votar a proposta de alteração do PS ao n.º 4 do artigo 8.º.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Voto a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta de alteração ao n.º 4, do artigo 8.º, foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra da Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Conforme pude informar há pouco, através da interpelação da Sra. Deputada Graça Silveira, as propostas de alteração do PSD e do CDS a este mesmo artigo, ficam prejudicadas.

Nesse sentido vamos votar agora o artigo 8.º com todas estas alterações que acabámos de aprovar.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O artigo 8.º com as alterações aprovadas foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra da Sra. Deputada Independente, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 10.º.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Diga.

Deputado Francisco César (PS): Eu queria inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Finalmente consegui ficar inscrito.

Há pouco queria responder ao Sr. Deputado António Almeida e não consegui, relativamente ao artigo 10.º.

O que está escrito é: “o apoio anual a conceder é o correspondente ao valor da retribuição mínima mensal garantida”, que são os 12 meses, e o que acresce, que o senhor fez a pergunta, em relação com cônjuge a cargo, é 8,5%. Realmente dá os 56.67. Confirma-se. É essa a nossa proposta.

É só para esclarecer para que não fiquem dúvidas que nós não queríamos esclarecer. Há pouco não conseguiu fazer.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo que não. Não havendo mais inscrições vamos então continuar com a votação.

Como eu estava a dizer, estamos a votar a proposta de alteração do PS ao artigo 10.º.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto contra.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto contra.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar a votação.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 2 votos a favor do CDS-PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 1 abstenção do Deputado do PCP e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A proposta de alteração apresentada pelo PSD fica prejudicada, não só a proposta de alteração ao n.º 1 como o próprio aditamento ao artigo, porque fazia depender da aprovação do n.º 1.

Sendo assim...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): Era uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, era só no sentido de chamar a atenção que a alteração ao n.º 1 do artigo 10.º, agora proposta e aprovada pelo Partido Socialista, tem um erro. Na verdade, se entendêssemos à letra o que aqui está escrito, diríamos o seguinte:

“O apoio anual...”, que é o que está aqui escrito, “... a conceder, é o correspondente ao valor da retribuição mínima mensal garantida na Região...”, ou seja, o 676, 75, “acrescida dos 8,5% para cedente com cônjuge a cargo”, o que faz 56 euros e pouco.

Conjugado esse n.º 1 com o n.º 7 do diploma original, que diz que “o pagamento do apoio se efetua mensalmente até atingir a idade legal...”, isso significaria, levando à letra o que aqui está no n.º 1 da proposta de alteração do PS, que o apoio a conceder seria 676,75 a dividir por 12. Portanto, pressuponho que não é esse o espírito com o Partido Socialista faz essa proposta de alteração. Portanto, neste sentido, Sra. Presidente, chamada a atenção para este erro, naturalmente involuntário não deixa de o ser, eu chamava-lhe a atenção para que no âmbito da redação final diploma tivesse isso em atenção, porque na verdade, ao que me parece e julgo estar a interpretar a intenção do Partido Socialista, relativamente à qual o PSD discordou, a redação correta na perspetiva e no sentido do Partido Socialista pressupõe a alteração em correção final do diploma da eliminação da palavra anual no n.º 1 do artigo 10.º do diploma agora alterado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Toste Parreira, se faz favor, para inscrever.

Presidente: Para uma inscrição.

Deputado Francisco César (PS): Sim, no sentido de esclarecer.

Presidente: De esclarecer. Exatamente.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No nosso entendimento a redação está correta, define que é o apoio anual que acresce à retribuição mínima mensal garantida. Anual são 12 meses: 666,75 vezes 12 meses. Acresce com o cônjuge a cargo os 8,5% que perfaz mais 56.67 cêntimos.

A nossa leitura é esta e quanto a isso não tem mais nada a dizer.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está correto, Sra. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, peço alguma calma.

Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (Independente): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, também eu.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, era importante que a Mesa clarificasse, porque de facto o meu sentido de abstenção foi nesse sentido e foi necessário perguntar ao Sr. Deputado António Toste Parreira há pouco quantos meses eram, porque efetivamente no diploma original remete para um montante total anual.

O PS, e bem, e nós percebemos qual é que é o objetivo, quer indexar à remuneração mínima e obviamente que aí não pode por o valor total, porque está sempre a mudar, certo?

Mas então tem de explicitar que é esse valor vezes 12, porque já na das reformas antecipadas dizia era o montante total, na do Governo agora diz é o montante total, e a proposta de alteração do PS não dizendo o montante total, porque quer remeter para o rendimento mínimo que é variável, tem de clarificar que é vezes 12, porque senão é efetivamente aquilo que o Sr. Deputado Luís Maurício estava a dizer, que é dividir o rendimento mínimo por 12 meses.

Portanto, ou a Mesa aceita a intervenção do Deputado Luís Maurício e eu mantenho o meu sentido de voto, ou o PS acha que não, que isto está certo, e eu não sei como é que ficamos.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, penso que é também para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Era, Sra. Presidente.

Nós, no fundo, estamos todos a dizer a mesma coisa, podemos é ter alguma interpretação diferente e eu percebo as dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado.

Oh, Sr. Deputado Luís Maurício, o que estamos a dizer é a mesma coisa, as intenções. Não sei porque é que não havemos de chegar a acordo sobre isto.

Eu penso que o que deve ficar claro é o seguinte: o apoio mensal é o correspondente à retribuição mínima mensal garantida a ser distribuída durante o ano, ou seja, vezes 12.

Portanto, o apoio anual a conceder é o correspondente ao do valor da retribuição mensal garantida na Região para cedente individual. Se nós conjugarmos com o n.º 7 (acho que o Sr. Deputado Luís Maurício tem razão) basta retirar o anual e fica resolvido o problema.

Deputado Luís Maurício (PSD): Ora tal e qual, Sr. Deputado!

Presidente: Eu acho que, Sr. Deputado Francisco César, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Posso falar, Sra. Presidente?

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, terminou a sua interpelação, não foi?

Deputado Francisco César (PS): Sim. Se conjugarmos com o n.º 7 fica resolvido.

Presidente: Acho que toda a gente já percebeu qual é o sentido da frase e qual é o sentido, acima de tudo, que se pretende em termos de pagamento. Penso que efetivamente aqui, em sede de redação final, por isso é que eu há pouco queria explicar que não compete à Mesa fazer esta interpretação, penso que sim, que competirá depois em sede de redação final na comissão encontrarem uma frase que dê o sentido àquilo que se pretende fazer ...

Deputado Francisco César (PS): Basta tirar o anual!

Presidente: Exatamente.

... e que já aqui foi dito por todos, porque todos entenderam efetivamente qual era o sentido deste articulado.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado Luís Maurício tem toda a razão!

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para uma interpelação, por favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, eu inscrevi-me para uma interpelação.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão e a seguir o Sr. Deputado António Lima para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão aqui é: o PSD colocou corretamente a questão e também mostrou abertura logo para que se faça uma correção simplesmente em sede de redação final.

O que causou dúvidas foi, num primeiro momento, o Partido Socialista manter a leitura de que a redação estava correta e não está, como é evidente, mas penso que a questão ficou resolvida a partir do momento em que o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que de facto é necessário proceder a essa alteração e isso tornou-se evidente.

A questão aqui foi a primeira reação do Partido Socialista, que foi de não reconhecimento que de facto a redação não está correta e tem de ser alterada em sede de redação final e, portanto, penso que há abertura de todos os partidos para isso, nomeadamente da parte também do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu solicitava obviamente a repetição da votação deste artigo, uma vez que o que está escrito não é aquilo que é a interpretação do Partido Socialista. É exatamente outra coisa que era dividir a remuneração mínima mensal garantida por 12 e sobre isto nós estamos contra. O Partido Socialista teve oportunidade de esclarecer, não esclareceu, insistiu na sua posição e nós estávamos obviamente contra essa medida. Assim, com outra interpretação, que não é interpretação, é uma nova redação de um artigo que muda completamente o artigo, nós pedimos para se repetir a votação como é óbvio.

Muito obrigado.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

É legítima a sua pretensão. No fundo, aquilo que está em causa é, considerando que a interpretação que foi feita por alguns partidos a esta norma não é aquela que foi justificada pelo Sr. Deputado Francisco César, apesar de que eu deduzi das intervenções que antecederam a dele que estava claro esse objetivo, acho que não há problema nenhum em repetir a votação, ficando claro desde já que o que foi explicado aqui já foi por todos apreendido e neste momento só em sede de redação final é que se pode aperfeiçoar, digamos assim, a norma para que

fique claro o sentido que a mesma quer dar para que a sua aplicabilidade não seja posta em causa.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 10.º, nomeadamente ao seu n.º 1.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, não me chamou ainda, calculo que me fosse chamar, mas só para dizer retirando o “anual”, não é?

O meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor e também informo que como relator irei ter em conta aquilo que foi aqui dito. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto favoravelmente.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira

(Pausa)

João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

(Pausa)

Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira

(Pausa)

Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigada, Sra. Presidente.

A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor da Deputada Independente, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM e nenhuma abstenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Como tive a oportunidade de referir há pouco a proposta de alteração do PSD fica prejudicada para a sua alteração a este n.º 1, bem como o aditamento de um n.º 8 a este artigo, porque fazia depender da aprovação, da alteração ao n.º 1. Sendo assim, vamos votar agora o artigo 10.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra e aproveito para informar que o PSD entregará uma declaração de voto por escrito para ficar incorporada no Diário das Sessões.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto contra.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Contra, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Joaquim Machado

(Pausa)

Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): Voto a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Manuel Pereira.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor da Deputada Independente, 19 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Os restantes artigos deste diploma não sofreram qualquer tipo de alteração. São os seguintes: artigos 1.º, 2.º, 5.º, 7.º, 9.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º e 18.º.

Pergunto se posso votá-los em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Vou chamar o Sr. Deputado Bruno Belo que por lapso meu não chamei para anunciar o seu voto.

Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Em votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 11 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 177/XI – “Custos de produção de leite e modelos de exploração”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no debate dos projetos de resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para a apresentação da iniciativa.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A reestruturação do setor da produção de leite e de laticínios dos Açores, no quadro de uma nova Política Agrícola Comum e agora, com os fenómenos de mercado decorrentes da pandemia, deve ser realizada com bom senso, um grande sentido de responsabilidade, mas sabendo interpretar a evolução dos mercados e dos consumidores e a vocação agroturística e ambiental dos Açores.

Não podemos aceitar que um setor que vê crescer a produção regional e tem uma posição de destaque no mercado nacional de laticínios, não tenha, por sua vez, os produtores mais satisfeitos da União Europeia.

A terra das vacas felizes está a construir um ambiente de lavradores infelizes e de indústrias cuja competitividade é assegurada pelo baixo preço do leite aos produtores.

Quer os lavradores quer as indústrias de laticínios fizeram investimentos e escolhas com base nos programas de apoio público que não asseguraram o aumento do rendimento disponível dos produtores.

As indústrias escolheram transformar o leite nos produtos que quiseram e para vender nos mercados que entenderam mais adequados.

Nestas decisões os lavradores não tiveram qualquer responsabilidade, mas são eles que têm de aguentar a diminuição do preço do leite.

É muito injusto.

Por outro lado, os diversos governos dos Açores já encomendaram a diversas empresas estudos sobre o impacto do fim das quotas leiteiras, sobre a estratégia futura do leite e laticínios dos Açores e, no ano passado, mais um estudo, o

Plano Estratégico dos Laticínios dos Açores, partilhado com os parceiros sociais no Centro Açoreano do Leite e Laticínios.

Apesar de tudo isso olhamos para a última década e a opção foi aumentar a produção de leite com os produtores a sofrerem com os rateios nos apoios diretos, com a baixa do preço do leite, com multas e ainda com penalizações aplicadas pelas indústrias.

Os lavradores obrigaram-se a ter mais vacas e mais leite, a fazerem mais dívidas, a terem mais dificuldade em pagar as contas aos seus fornecedores e a pedir aos bancos o aumento dos prazos de amortização dos seus empréstimos.

Nos mercados ninguém sabe se os preços de venda ao consumidor configuram ou não situações de dumping com os produtores a serem obrigados a vender abaixo do custo de produção ou a lucrar valores que mais parece estarem a trocar leite por fatores de produção sem vantagem.

Quem pode ficar satisfeito com esta situação.

Todos compram e vendem aos preços que querem e os produtores têm de aguentar.

Com explorações leiteiras tão diferentes de ilha para ilha, mas também tão diferentes na sua dimensão e no tipo de estruturas que utilizam para produzir leite, ninguém quer avaliar a sua eficiência e rentabilidade nem pensar nas soluções futuras para reestruturar, redimensionar e requalificar essas explorações.

Não consideramos que seja seguro e credível decidir o futuro da produção de leite e laticínios em cada ilha se não existem estudos de base atualizados, fundamentados com a realidade atual, fidedignos, que não escondam nada, nem aos produtores nem aos políticos.

Estamos a caminhar para uma nova Política Agrícola Comum e a nossa política de laticínios é uma manta de retalhos, sem articulação entre uma orientação para quem produz e um compromisso com quem transforma.

Mas também na confusão que transmitimos aos consumidores com leite UHT, leite de pastagem, leite de vacas felizes, leite de vacas que passam 365 dias na pastagem e as outras que estão todo o dia no estábulo ou então só lá ficam quando querem e produzem o outro leite.

Se o leite produzido pode ter valorização dos sólidos essenciais à produção de determinados queijos ou outros lácteos diferenciados, por que razão estes e outros fatores não são valorizados?

Será que as raças de bovinos leiteiros devem ser iguais para todas as ilhas e para fornecer leite igual a todas as indústrias?

E tudo isto sem estudar com seriedade o custo de produção por litro de leite em cada tipo de exploração e sem saber o efeito dos apoios diretos ao rendimento nesse custo de produção.

Ou em que casos deve ser baseada a produção com recurso ao consumo elevado de concentrados, subsidiados pelo POSEI e a alimentos importados, como os produtos fibrosos, para permitir que vacas de alta performance genética produzam mais leite para vender barato.

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD não é inocente, e visa recomendar ao Governo Regional que identifique os preços médios do custo de produção por litro de leite, em cada ilha dos Açores, para os diversos modelos de exploração leiteira e por escalões de dimensão dessas explorações.

Estes estudos devem conduzir à determinação e à caracterização dos modelos preferenciais de exploração para a produção leiteira, em cada ilha da Região.

A recomendação para o envolvimento da Universidade dos Açores também tem um propósito clarificador: é preciso saber quem quer ou não quer investir na investigação e desenvolvimento, na inovação e no marketing, e no estudo de novos mercados.

Estimular os produtores a mudarem da produção de leite para a produção de carne ou a reduzirem parcialmente a produção de leite para introduzirem bovinos de carne, sem estudos de viabilidade dessas operações, alterando o

POSEI ano a ano, quase a pedido, e sem uma visão de médio e longo prazo parece, em nosso entender, demasiado precipitado sem estudos fiáveis sobre os custos de produção de leite.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conscientes que os Açores terão no futuro diversos modelos de produção leiteira, pois também teremos diversos modelos de unidades transformadoras, é importante determinar a dimensão mínima que assegure, para cada tipo de exploração, a sua viabilidade técnica, económica e financeira, mas também o elevado valor comercial do produto final a que se destina, mas também que apoios públicos fazem sentido atribuir para construir soluções sustentadas e sustentáveis de produção de leite e laticínios.

Colocamos, assim, à consideração das Sras. e dos Srs. Deputados e à consciência do Governo dos Açores o empenho nestes estudos e que deles se conclua que explorações são mais rentáveis, quem ganha e quem perde dinheiro na produção de leite e que fatores externos, mas também de maneio, condicionam os resultados das explorações leiteiras.

Tudo isso para que seja possível vender pelo preço justo os produtos lácteos dos Açores que, associados a cada modelo de produção, consigam estar certificados para os consumidores que sabem o que querem e que pagam o serviço de excelência que os produtores dos Açores sabem acautelar.

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vou dar então a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Membros do Governo:

A fileira do leite, enquanto principal sustentáculo da economia da Região, tem sido merecido particular atenção por parte do Governo dos Açores ao longo dos anos com o propósito de se adotarem estratégias e políticas públicas conducentes ao sucesso das explorações leiteiras açorianas.

Importa relevar que este trabalho tem sido feito não de forma isolada pelo Governo, mas sim promovendo sempre o diálogo e a articulação entre todos os parceiros do setor, desde logo a Federação Agrícola dos Açores.

Vamos continuar a ajudar a agricultura a desenvolver-se melhor na nossa Região.

Os resultados alcançados até agora não podem, nem devem ser desconsiderados ou minimizados, nem tão pouco fazem o Governo Regional cristalizar a sua ambição de querer continuar sempre a fazer mais e melhor.

Os Açores, como se sabe, são a mais importante região produtora de leite e lacticínios em Portugal com 37% do efetivo leiteiro e responsável pela produção de 35% do leite nacional e por mais de 50% da produção nacional de queijo, com a reputação que lhe é reconhecida em termos de qualidade.

Temos produtores de leite de excelência, 70% dos animais do país classificados como excelente estão na Região e o setor está bem preparado e estruturado.

A produção de leite e laticínios dos Açores é não só por isso, mas também pela tradição que em si encerra uma verdadeira história de sucesso reconhecido por todos quantos se envolvem nessas matérias.

Resulta não só das políticas públicas adotadas ao longo do tempo, mas sobretudo do trabalho e dedicação dos agentes que compõem, onde se destaca naturalmente os nossos agricultores.

Preservação da natureza e do ambiente, singularidade do modelo de produção, compromisso com o rigor e a qualidade, são alguns dos valores que os nossos agricultores colocam no seu trabalho diário.

Os laticínios dos Açores têm duas missões essenciais no seu compromisso com o futuro. A primeira é de continuarem a ser um pilar essencial na economia da Região criando riqueza e bem-estar social em todas as ilhas e promovendo o desenvolvimento equilibrado da sociedade açoriana como elemento do todo nacional.

A segunda missão é de continuar a produzir produtos láteos de qualidade cada vez mais inovadores de uma forma sustentável, que respeitem as pessoas, os animais e o ambiente, conquistando maior posição de liderança e gerando cada vez mais confiança junto dos consumidores.

O Governo dos Açores está profundamente empenhado a ajudar a concretizar aquelas missões.

Não achamos que sabemos tudo, nem temos essa pretensão.

Digo estudar e reunir informação útil é essencial para continuarmos a evoluir e sermos mais eficientes e competitivos.

Este objetivo tem sido concretizado a vários níveis e recorrendo sempre a quem mais sabe ou pode contribuir para o saber, como é também o caso da Universidade dos Açores.

Temos tido, aliás, com esta academia uma relação de grande proximidade e colaboração. Refiro, por exemplo, a elaboração do Plano Regional da

Fruticultura e da Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica.

O setor leiteiro tem sido alvo de análises detalhadas ao longo dos últimos anos. Ora, o conjunto dos estudos já efetuados ao setor do leite e de forma série demonstra que a viabilidade das condições é muito lenta, pois cada uma das ilhas da Região tem especificidades próprias que resulta do tipo de produção, da estrutura das explorações, da sua dimensão, do grau de mecanização, do manejo praticado, da utilização da mão de obra externa e das estruturas públicas e explorações dos agricultores.

Por outro lado, os preços do mercado nos diferentes fatores de produção estão sujeitos a variações em cada uma das ilhas, como não poderia deixar de ser numa economia de mercado.

Existem ilhas com grande vocação para a produção de leite e outras menos, explorações com maior ou menor especialização que adota mais ou menos intensificação ou que optam pela produção exclusiva de leite ou a alternativa pela produção mista de leite e carne.

A qualidade do solo, o regime de exploração que adota em termos de estrutura fundiária, isto é, terra própria ou recurso a arrendamento, e a respetiva localização mais no interior ou no litoral, com terrenos mais em altitude ou próximos do mar, tem claros efeitos ao nível dos recursos de produção e da qualidade das pastagens.

Existem, como é fácil de perceber, demasiadas variáveis para estudar, mas o principal custo de produção é com a alimentação, representando cerca de 70%. É aí que nos temos focado. Temos apoiado a eficiência energética o que leva a um maior aproveitamento alimentar e rendimento dos animais. Temos impulsionado a produção de culturas arvenses. Nesta legislatura a área de produção cresceu 53%, passou de 8.600 hectares para 13.200 hectares.

Por outro lado, existe já uma compensação na ordem dos 30% em algumas ajudas e para ilhas que não São Miguel e Terceira para fazer face aos condicionalismos da produção nessas ilhas.

Criámos um grupo de trabalho que integra também a Universidade dos Açores para estudar as nossas pastagens que tem por missão elaborar um plano estratégico que reúna de uma forma integrada os objetivos, políticas e ações a implementar de modo a otimizar um sistema de produção do leite açoriano, melhorar a sua qualidade, a eficiência e a sustentabilidade das explorações, para além de ajudar a redução da pegada carbónica.

O Governo dos Açores avançou também com a elaboração do Plano Estratégico dos Lacticínios dos Açores, um plano que aponta caminhos para os agricultores com o objetivo de promover o crescimento dos rendimentos e o reforço da competitividade das explorações. Um plano que orienta a indústria da transformação para o reforço da captação de receitas ao nível da comercialização, acrescentando valor aos produtos dos laticínios.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas do Governo:

Se as políticas públicas e as medidas adotadas para o setor fossem erradas com consequência no rendimento das explorações como se justifica que a produção da Região Autónoma dos Açores tenha crescido e no continente decrescido?

Que tenhamos a taxa mais elevada de jovens na agricultura do país?

Que o desaparecimento de produtores não seja tão grande como a média nacional ou drástica em zonas como o centro?

Mesmo trabalhando na especialização, excluindo os menos competitivos, através dos resgates e das reformas, mantemos o setor atrativo, conforme atesta a adesão aos apoios comunitários para a menorização das explorações e a entrada de jovens no setor através de projetos de primeira instalação.

Não estamos a trabalhar, nem a governar às cegas, pois o setor de produção de leite não tem margens para isso. Em todo o caso, tudo aquilo que for possível

fazer para tornar mais cristalino, reforçar a informação e o conhecimento sobre o setor dos lacticínios merecerá sempre a nossa disponibilidade e pronta colaboração.

Defendemos que o conhecimento científico e a produção devem estar sempre de mãos dadas. Encaramos, por isso, como válida a proposta do PSD no sentido de que será mais um contributo, mais um estudo envolvendo a Universidade dos Açores, tendo em vista contribuir para o reforço do conhecimento sobre o setor leiteiro.

Embora discordando em parte da fundamentação utilizada para justificar a proposta social democrata, consideramos que a importância da mesma se sobrepõe às questões político partidárias. O que releva para o caso são os benefícios de que deste estudo poderão resultar para os agricultores ao nível dos seus rendimentos, da eficiência das suas explorações e para o permanente ajustamento das políticas públicas.

Muito obrigado.

Já terminei, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Se poderia inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos 5 anos (2015 a 2019) a produção de leite de vaca nos Açores passou de 610 mil toneladas para 634 mil toneladas, correspondendo a um aumento de 4,1%. Sendo os Açores responsáveis por 30% da produção de leite a nível nacional e 50% da produção do queijo.

Em 2018, Governo Regional, produtores e indústria dos Açores foram unânimes em afirmar que três anos após o fim das quotas leiteiras o cenário no setor não era positivo, mais de 60% dos 2.132 produtores de leite da Região estariam falidos.

Os produtores de leite têm enfrentado os mais diversos constrangimentos, desde o desmantelamento das quotas leiteiras que resultou da desregulação dos mercados, tivemos o embargo russo, a redução do consumo dos produtos lácteos, os rateios sucessivos nas ajudas diretas ... que têm levado a tempos difíceis e incertos no setor, tornando os agricultores mais fragilizados.

Temos um mercado desregulado e ao mesmo tempo um aumento da produtividade na Região, vivemos numa região ultraperiférica, em que produzir um litro de leite nos Açores custa mais do que no continente ou no centro da Europa.

Assim, no entender do CDS é imprescindível e urgente conhecer o custo atual de produção por litro de leite em todas as ilhas e em todos os modelos e características das explorações, assim como determinar o que é melhor para os Açores, para cada ilha, pois, por exemplo, no caso do queijo sabemos que devemos dar preferência aos teores de proteína e gordura, sabemos que a realidade e a dispersão das bacias leiteiras é variável, os níveis de emparcelamento também, que as características das raças são diferentes. Logo determinar e caracterizar dos modelos mais adequados, qual o modelo de produção melhor para cada caso, será um importante contributo para o conhecimento da nossa realidade atual, para a definição das políticas a aplicar e na estratégia a seguir.

Como tal, é com pertinência que vemos esta iniciativa do PSD, pois este estudo trará resultados positivos para o setor.

Até agora a estratégia para a reconversão das explorações para o setor leiteiro, tem sido um lançamento de medidas avulsas, quando o que o setor precisa é de um plano, de uma estratégia clara e inequívoca, num trabalho proactivo e integrador de todos os intervenientes do setor. Não podemos continuar com uma estratégia “às pinguinhas”. Foi com bons olhos que vimos a alteração realizada o ano passado com a possibilidade dos produtores poderem efetuar uma redução de 20% quer no efetivo, quer na produção sem qualquer tipo de penalização, é verdade, mas ainda recentemente vimos apontado pelo Governo Regional, anunciado, a questão da reestruturação do setor com a possibilidade de algumas explorações leiteiras reconverterem em explorações de carne.

Efetivamente já apresentámos um requerimento relativamente a essa matéria. Foi nota pública no dia 20 a posição do Governo, mas consideramos que efetivamente (e nesta situação só a ilha de São Jorge ficou de fora) ... Não consideramos que essa reconversão poderá pôr em causa o setor leiteiro na ilha, até porque a verdade é que os produtores de leite têm enfrentado aqui na ilha diversos constrangimentos.

Em 2016 não estava escoado o stock, tínhamos mais de 1.365 toneladas de queijo em stock; em 2017, a Finisterra chegou a impor limitações à entrega; em 2018, tivemos problemas novamente de stock; agora, os produtores estão outra vez esperando limites na entrega.

Portanto, o setor está fragilizado e acho que esta reconversão das explorações leiteiras e dando essa possibilidade a alguns produtores da ilha, acho que seria uma mais valia.

Claro que estamos a falar de explorações pequenas, explorações de pequena produção, explorações que produzem leite de menor qualidade, estamos a falar de produtores, se calhar, com uma idade mais avançada e como tal era justo permitir essa possibilidade aos produtores de São Jorge.

Também fala de um setor bem estruturado e tudo isto que eu acabei de relatar denota claramente a fragilidade que o setor enfrenta e é nesse sentido que entendemos que este estudo, conhecer esta realidade, definir uma estratégia global adequada, será favorável para o setor.

Tem de haver efetivamente uma distribuição equitativa do valor acrescentado, os produtores precisam de outra estabilidade e não há nenhuma atividade, nem esta, nem nenhuma no setor, que consiga resistir a toda esta imprevisibilidade, a toda esta inconstância.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pretende o proponente contribuir para “a convergência com os indicadores médios da UE em termos de rentabilidade para os produtores e, por conseguinte, tornar o setor atraente para os jovens.

Contudo, a esta pretensão, legítima e desejável, surge igualmente a pretensão de apoiar o encerramento de explorações agrícolas, pela falta de rentabilidade.

Concordamos que conhecer os custos de produção é importante, e que até já deveriam ser conhecidos. Aliás, estranhámos esse desconhecimento, até porque aquando das diligências efetuadas pelo grupo de trabalho com vista a acompanhar o fim das quotas leiteiras nos Açores, foram vários os responsáveis agrícolas que não só conheciam esses custos como adiantaram que estes devem ser reduzidos, fizeram comparações entre ilhas e até entre a Região e o continente, à exceção dos então responsáveis pela Associação de Agricultores do Faial e Associação de Jovens Agricultores da mesma ilha que assumiram desconhecer esses custos.

As pretensões para essa redução foram amplamente mencionadas por responsáveis do setor, o que ficou plasmado numa das conclusões do referido relatório. Como é possível propor a redução de algo que se desconhece?

Parece-nos que esses custos de produção até poderão estar calculados para a Região no seu conjunto, mas não por ilha.

Esse afinamento da informação sobre o custo de produção, por ilha, se não for acompanhado por políticas, em nome de uma maior rentabilidade para os produtores, poderá ter pouco ou nenhum efeito.

A proposta aqui discutida tem também o objetivo de, a partir dessa informação, adequar os apoios ao setor consoante a realidade de cada exploração e até de cada ilha.

Iríamos mais longe, e cremos que o estudo, aqui proposto, considerará variáveis associadas à sustentabilidade ambiental para que não sejam incentivados modos de produção que coloquem em causa aquilo que nos distingue e com enorme potencial para valorizar os nossos produtos agrícolas e melhor remunerar os produtores.

Referimo-nos à natureza e, por conseguinte, a parâmetros de sustentabilidade ambiental que devem estar associados à realização deste estudo.

Não podemos correr o risco de incorrer em práticas depredatórias dos nossos recursos em nome da obtenção ilusória de mais lucro, que até pode surgir, mas que será sempre Sol de pouca dura.

Tendo essas preocupações em conta, aliar a obtenção de maior rentabilidade para os produtores à sustentabilidade ambiental, pensamos que o estudo proposto por este projeto de resolução poderá ser uma mais valia. Razão para que votemos a favor.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

As produções em cada uma das ilhas da Região têm uma especificidade muito própria: o modo de produção difere de ilha para ilha, aliás, difere mesmo dentro da própria ilha, de lugar para lugar. Talvez por essa razão os nossos produtos são de excelência e têm um sabor genuíno e único. São características próprias incontornáveis que as nossas ilhas possuem e que nos devem orgulhar a todos. Agora importa saber tirar o maior proveito e rendimento desses produtos tão apetecíveis.

No caso das explorações leiteiras a situação é igual: todos sabemos que existem disparidades, desde logo a dimensão das explorações, o número de animais, o maneio, o clima, a altitude do solo, o emparcelamento, os caminhos de penetração, a água e energia elétrica, ou seja, nada é igual.

Existe uma série de variáveis que por um lado favorecem a qualidade intrínseca dos nossos produtos, o que é bom, e por outro lado, coloca-nos alguns desafios, desafios esses que os governos do Partido Socialista, com a colaboração e com o empenho dos nossos produtores têm sabido ultrapassar.

Importa aqui referir que com a entrada dos Açores na Europa, nos últimos 20 anos o setor agrícola foi sujeito a grandes transformações e grandes desafios. A reestruturação do Parque Agroindustrial Regional, a grande transformação realizada na Rede Regional de Abate, são exemplos disso.

O redimensionamento e o emparcelamento das explorações, a construção e beneficiação de caminhos agrícolas, a rede de água e energia elétrica nas explorações agrícolas são fatores determinantes para a redução de custo das explorações, para o nosso crescimento e, sobretudo, para a melhoria significativa da qualidade dos nossos produtos.

Hoje, nos Açores, produzem-se produtos de excelente qualidade, mas não é por acaso. Houve avultados investimentos e as grandes transformações do setor agrícola e no agroindustrial.

Quem não se lembra de como se encontrava a nossa agricultura há 20 anos?

Relativamente ao Projeto Resolução apresentado pelo PSD “custos de produção de leite e modelos de exploração” devo dizer que conheço algumas estimativas de custo de produzir um litro de leite. São estimativas realizadas em determinadas regiões da Europa em algumas explorações.

Fazendo uma comparação com um estudo proposto pelo PSD, ele é minucioso, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita e confia nos bons serviços da Universidade dos Açores.

No entanto, é bom lembrar que os nossos agricultores são sábios e têm experiência de vida. Melhor do que ninguém conhecem e sabem bem o que fazem e como tal percebem muito bem o quanto custa produzir um litro de leite. Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera o Projeto de Resolução apresentado pelo PSD pertinente e como tal irá votar favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma inscrição do PPM, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, João Corvelo.

Presidente: João Corvelo. Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vejo grandes vantagens na realização deste estudo, embora neste momento é preciso ter em conta que este não é o melhor momento para se aferir esta realidade, ou pelo menos no âmbito do estudo que será feito há um conjunto de variáveis que estão profundamente alteradas por força da pandemia e também das suas consequências a todos os níveis no âmbito económico.

Portanto, há um conjunto de fatores que estão notavelmente alterados em relação àquele que era o seu comportamento anterior, ou seja, anterior à pandemia e também às perturbações económicas que obviamente se estão a refletir, como bem reconheceu o próprio PSD, no âmbito da agricultura açoriana.

Portanto, o estudo que venha a ser feito nestes próximos meses ou no próximo ano é um estudo que é feito sobre uma realidade específica que está a sofrer alterações muito significativas, isto na minha perspetiva.

O objetivo que se pretende atingir faz todo o sentido e foi bem descrito por parte do proponente, embora eu chamo a atenção que a sua limitação (nós não vamos deixar de votar favoravelmente) é que a fotografia do momento é uma fotografia de uma conjuntura muito específica e, portanto, há um conjunto de variáveis que tem de ser devidamente controlado. Portanto, essa perceção e a

análise que vamos obter a partir do estudo está obviamente condicionada através de uma conjuntura específica, que está a sofrer ainda por cima alterações muito rápidas, ou seja, aquilo que está a acontecer em termos de ritmo, de combate à pandemia e em termos daquilo que é o enquadramento dos apoios europeus que estão a ser criados e também do comportamento dos mercados que também está dependente da reabertura dos mercados e, portanto, também de produtos que são fundamentais em termos de projeção para os produtores, há um conjunto de realidades, há um conjunto de variáveis que está notavelmente alterado. Portanto, a fotografia é uma fotografia tirada em tempos tempestuosos, portanto, não é uma fotografia que possa depois corresponder à realidade.

Seja como for, evidentemente os investigadores que realizarem o estudo terão em conta e tentarão isolar estas variáveis. Também não são assim absolutamente determinantes, mas de qualquer das formas essa será a limitação que eu vejo na realização, para já, de um estudo deste tipo.

Devo dizer também que é verdade que este estudo é fundamental para a planificação da atividade por parte dos agricultores, para verificarem de facto qual é o modelo e que tipo de intervenção tem de facto um melhor contexto. Isso é fundamental para os agricultores.

Também é fundamental para o Governo, para poder planificar a sua intervenção, que políticas públicas vamos desenvolver nesta área, como é importante ter estes dados e ter estes estudos. Dou apenas um exemplo: eu acho que aquilo que está a acontecer na ilha do Corvo, com o colapso absoluto do setor leiteiro na ilha, que estamos a poucos dias ou meses de deixar de produzir queijo, a ilha do Corvo irá deixar de produzir queijo. Isso demonstra que não existiu capacidade de adaptação, não existiu a capacidade de criar um modelo específico para a ilha do Corvo, portanto, isso levou a uma má gestão (também na minha perspetiva) quer da parte do Governo Regional e uma gestão catastrófica por parte da Câmara Municipal da ilha do Corvo, levou a que um

dos ativos tradicionais da ilha do Corvo, quer era produção de queijo, irá desaparecer. É mais uma razão, um episódio, que mostra perfeitamente que estes mecanismos têm de ser estudados e têm de ser estudados de forma específica em cada um dos nossos territórios.

Por isso, na minha perspetiva, apesar do condicionalismo que acabei de apontar, acho que este estudo tem sempre vantagens. É preciso é isolar as variáveis que existem neste momento e que estão a perturbar um pouco todos os setores e obviamente também o setor agrícola.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, Representação Parlamentar do PCP, achamos que o estudo proposto pode ser uma mais valia e vemos vantagens nesse estudo, mas a verdade é esta conhecer os custos de produção ilha a ilha é muito importante. É muito importante conhecer ilha a ilha, como, por exemplo, as raças leiteiras não são todas iguais e é importante saber que ilha está mais vocacionada para um tipo de raça ou para outro tipo de raça. Temos que apostar na qualidade para os nossos agricultores terem um valor acrescentado do produto que realmente produzem, mas também a verdade é esta: como é que nós podemos querer que os nossos agricultores produzam e bem? Por exemplo, nas Flores e no Corvo existem explorações leiteiras que os animais morrem à mingua por falta de técnicos que andem dia a dia no campo e que ajudem os agricultores. Isto é frequente acontecer na ilha do Corvo e na ilha das Flores.

Existem, por exemplo, diversos caminhos de penetração agrícola que estão uma lástima e que de maneira nenhuma beneficiam a produção leiteira nos Açores e o trabalho que os agricultores bem fazem. Temos de salvaguardar uma coisa

que é importante: os nossos agricultores sabem produzir bem, sabem produzir muito bem, mas têm que ser ajudados para que produzam cada vez melhor.

Sendo assim, a Representação Parlamentar do PCP votará favorável a proposta apresentada pelo PSD, como dissemos anteriormente, achamos que pode ser uma mais valia para que se produza mais e melhor, para que se possa ajudar os nossos agricultores, os agricultores açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, Artur Lima.

Presidente: Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

Para já não.

Tem então a palavra Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção muito rápida e dizer o seguinte: ouvi falar em pastagens, vacas ao ar livre, vacas felizes, etc., etc.

Gostaria de dizer que todas as vacas dos Açores podiam ser felizes e todas as vacas andariam ao ar livre e teríamos uma produção leiteira biológica quase na totalidade do arquipélago se uma proposta do CDS tivesse vingado nos Açores pela primeira vez feita em 2013 e que teve os votos contra dos partidos que se sabe que votaram contra e hoje vêm falar de vacas felizes.

Portanto, a estabulação permanente que devia ser proibida nos Açores foi rejeitada ... a proibição da estabulação permanente nos Açores foi obviamente aprovada pelo PSD ... ou melhor dizendo: a proibição da estabulação permanente de gado nos Açores foi rejeitada pelo PS e pelo PSD. É isso que eu

queria dizer e lembrar a quem vem falar hoje de agricultura biológica, em vacas felizes, o seu passado tem de ser lembrado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Gostaria de inscrever o Sr. Deputado António Almeida.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, gostava de me inscrever, João Corvelo.

Presidente: Sim senhor. Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Duas ou três notas que me parecem importantes fazer neste momento do debate. A primeira: cada vez que se discute o setor leiteiro na Assembleia há uma tendência dos partidos da oposição de fazer o discurso do caos, o discurso da

desgraça do setor leiteiro, mas a verdade é que o setor leiteiro ao longo das últimas décadas teve um desenvolvimento e um crescimento que é inegável.

É verdade que hoje, como também já foi assim no passado, temos um desafio importante que é o desafio da valorização, o desafio de pagar melhor aos produtores, mas na verdade aquelas que têm sido as políticas do Governo, seja no domínio das infraestruturas, seja no domínio da sanidade, da genética, enfim, das mais variadas ações que têm sido desenvolvidas ao longo dos anos, o objetivo central é um: é dar melhores condições de trabalho aos agricultores, dar melhores condições para eles desenvolverem aquilo que sabem fazer, que é produzir leite e sobretudo para reduzir os seus custos. Isso tem sido conseguido ao longo dos anos. A verdade é que ainda temos de dar um passo em frente, que é o passo da valorização das nossas produções.

Para isso o Governo Regional desenvolveu o plano estratégico, um plano que aponta caminhos muito claros, caminhos que passam naturalmente por reforçar a nossa notoriedade, que passam por apostar mais na inovação, abrir novos mercados, no fundo, caminhos que levem a uma maior valorização das nossas produções. Este é um caminho que vamos ter de percorrer. Naturalmente com esta situação da pandemia vai ser um caminho que temos de fazê-lo ainda mais rápido, de forma mais rápida, com um esforço global, não só do ponto de vista de recursos, mas também de todos aqueles que são os agentes do setor para atingirmos um objetivo que é fundamental, que é a sustentabilidade das explorações de leite e do setor do leite.

Nós não podemos pensar na sustentabilidade do setor do leite olhando apenas para uma parte, olhando apenas para os produtores, apenas para a indústria.

Portanto, tem de haver aqui uma união, uma complementaridade das duas áreas (da produção e da transformação) para se conseguir um objetivo que é manter uma atividade rentável e que seja capaz de gerar valor.

Por isso, quando o Governo no que se refere à iniciativa do CDS-PP (iniciativa não, à proposta do CDS-PP) em relação ao setor em São Jorge, no que se refere

à conversão de explorações de leite para carne é preciso perceber uma coisa: o setor leiteiro em São Jorge há poucos anos atrás estava numa situação muito difícil. Houve reestruturação, houve intervenção pública, houve uma grande adesão por parte das cooperativas e por parte dos agricultores e a verdade é que hoje o setor em São Jorge está diferente, diferente para melhor.

É verdade que tem desafios. Em 2016 havia excesso de stocks. O excesso de stocks não era por falta de venda do queijo de São Jorge, foi porque passou-se a certificar mais queijo. Hoje a situação é diferente. O excesso de stocks tem a ver com a situação particular da pandemia que estamos a atravessar, mas um aspeto que é fundamental que é: nós só conseguimos viabilizar aquelas indústrias, aquelas cooperativas se nós conseguirmos manter o volume de produção e retirar produtores da atividade em São Jorge é um caminho errado. Daí que a medida que defendemos é uma medida apenas para aquelas ilhas que neste momento há por parte das indústrias mesmo uma indicação clara de excesso de produção de leite.

Isso naturalmente leva-nos a outra questão que é importante. Foi dito aqui pelo Sr. Deputado António Almeida que nos últimos anos verificou-se uma baixa no preço de leite. É verdade que se nós olharmos àquele que foi o comportamento do preço do leite nos mercados a nível europeu, mas também na Região, cinco anos antes das quotas e cinco depois das quotas, o comportamento, ou seja, a distância no preço e também o preço médio evoluíram de forma semelhante em termos percentuais aqui na Região, na Europa e também em Portugal continental.

Agora, temos uma diferença de preço e esse é que é o objetivo do Governo, é reduzir essa diferença.

Dizia eu que na Região, nesta legislatura, ao contrário do que disse o PSD, houve um crescimento na receita dos produtores, ou seja, os produtores viram a sua receita aumentada em 9% e isso, numa situação difícil que estamos a atravessar, é também significativo, a sua produtividade média também

aumentou, as indústrias também viram os seus volumes de negócios aumentados.

Tudo isso é importante neste período pós-quotas que atravessamos de grandes dificuldades, mas há uma coisa que temos de perceber: nós não estamos sozinhos no mercado do leite, nós estamos numa Europa, estamos no mundo e com os vários comunicantes que existem e que funcionam para o bem e para o mal. A verdade é que nós estamos muito dependentes dos preços dos mercados de lacticínios. Daí que a aposta na nossa imagem, a aposta no bem-estar, a aposta no nosso modo de maneio das explorações leiteiras tem de ser potenciado, tem que ser no fundo reforçada a notoriedade da nossa forma diferente de fazer leite e de fazer queijo e isso tem de ser potenciado em termos de rendimento para os agricultores.

Este é um grande desafio que nós temos pela frente e espero muito sinceramente que este estudo possa também ajudar nesse caminho que temos de trilhar de remunerar os agricultores, remunerar melhor toda a fileira e sobretudo garantir a sustentabilidade de um setor desta importante atividade que é a produção de leite nos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que este não é um estudo por causa da pandemia, não é uma proposta por causa da circunstância atual.

Nós começámos a falar nisso nesta legislatura em finais de 2016, pese embora essa nossa iniciativa tenha dado entrada em dezembro. Portanto, a preocupação tem a ver com o facto de nós discordarmos das opções e das decisões em relação a uma estratégia para os lacticínios sem perceber o que é que se passa ao nível das explorações.

Vou dar-vos um exemplo: um agricultor de São Miguel e da Terceira com 50 vacas que entrega anualmente 350 mil litros de leite por ano (portanto, não estamos a falar em médias exageradas de produção por vaca) recebe menos 30 mil euros por ano do que um seu colega que recebe a média do preço de leite na Europa. Portanto, isso traduz bem a distância a que estamos da convergência com a média europeia. Agora o que é que acontece?

Não há estratégia a partir do momento em que, é verdade, estamos todos sujeitos àquilo que se passa no mercado, mas o que se tem passado no mercado face ao tipo de produtos que produzimos e face aos apoios públicos que existiram para as indústrias e para a produção conduzem a que sempre que há uma reação de mercado e da respetiva indústria quem fica massacrado em termos de preço é o produtor.

Ora, o produtor não consegue reduzir custos para o limite que permita dar resposta ao que se vai passando no mercado e nós temos de estudar a estrutura de custos para os diversos tipos de exploração. E há aqui uma coisa que é importante dizer: os resultados desse estudo vão conseguir a uma matriz variável, é uma matriz que deve permitir a alteração dos diversos fatores que influenciam o custo de produção e também os proveitos, naturalmente, permitindo que as decisões possam ser tomadas de acordo com a realidade de cada ilha em termos de custos e de proveitos, com as características de cada exploração e com a respetiva dimensão e só assim é que se podem tomar decisões de política ao setor do leite e lacticínios.

Não se trata de excluir ninguém e gostaria de relativamente a essa matéria de dizer o seguinte: um dos maiores valores que o PSD defende é o da liberdade, liberdade na decisão.

Nós achamos que os empresários sejam de comércio, da indústria, ou da agricultura, tomem as decisões que entenderem, com os recursos que lhes são disponibilizados. Portanto, vão existir nos Açores explorações estabuladas, ao

ar livre, com sala de ordenha e pastoreio permanente, vão existir uma diversidade de explorações na área do leite. Nós respeitamos isso.

Agora, a estratégia para o leite e laticínios é uma estratégia de valorização em que o rendimento é melhor distribuído na cadeia, mas se nós não conseguimos estudar ou não conseguimos saber quanto é que custa produzir um litro de leite com um conjunto de características que não estão identificadas, como é que nós podemos ajudar os produtores e como é que nós podemos tomar decisões relativamente a apoios diretos, mas também depois a apoios ao investimento que valorizem o rendimento dos produtores.

Há aqui uma questão que eu gostaria de distinguir.

O Sr. Secretário agarra-se sistematicamente ao aumento das vendas. Uma loja, uma casa comercial pode aumentar as suas vendas, mas se estiver massacrada pela concorrência não quer dizer que está a ganhar mais dinheiro, que liberta mais recursos.

Portanto, o facto de termos ao longo dos anos o crescimento da produção de leite, o crescimento dos produtos láteos, não tem significado que a margem e o rendimento disponível dos agricultores tenha acontecido acompanhado esse crescimento.

Portanto, os estudos que nós propomos (e já percebi que bem bom que tem o acolhimento de todos os Srs. Deputados, assim parece) vai ser um elemento determinante para as decisões que terão de ser tomadas no presente e no futuro, mas não é por causa da pandemia, é por causa de uma estratégia de médio e longo prazo.

Nada se muda na agricultura de um ano para o outro. As estratégias para o setor agrícola são assumidas agora para terem resultados daqui a alguns anos. O que eu não aceito é que haja falta de visão estratégica. Não só estamos tão distantes da média da União Europeia, como os apoios diretos ao rendimento, o caso do POSEI, não consegue compensar, por exemplo, esse agricultor que perde 30 mil euros por ano nas receitas do leite que vende. Ora, não consegue ser

compensado atualmente pelos apoios do POSEI, muito menos com os rateios na vaca leiteira, com os rateios no prémio aos produtos láteos, com os rateios na produção das culturas adversas, portanto, na produção de milhos forrageiros.

Portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias que deve ser estudado com rigor, respeitando a tipicidade de cada ilha, mas também o seu potencial intenso e sempre que houver necessidade de intervir com fundos públicos, a agricultura já todos sabemos que necessita desse tipo de intervenção. É isso que acontece no mundo inteiro. Agora, não podemos estar sistematicamente a adulterar a forma como colocamos os incentivos e depois os resultados permanecem negativos. Portanto, é possível produzir leite na devida escala destinado a um determinado tipo de produção em cada uma das nossas ilhas, não podemos é adulterar a dimensão, a tipicidade e aquilo que acrescenta valor no mercado que possa ser produzido em cada uma das nossas ilhas.

Portanto, não podemos ter queijo de São Jorge que é vendido no Canadá e na América a 75 dólares e depois sai da porta da fábrica a seis euros e meio ou a sete euros. Portanto, há aqui qualquer coisa que se está a passar que prejudica, em primeira linha, os produtores.

Portanto, nós temos de ultrapassar isso fazendo estudos de base credíveis, orientados para a avaliação quantitativa, mas também qualitativa e de caracterização dos diversos modelos de exploração em cada ilha que permita tomar decisões coerentes e que tenham por objetivo valorizar a nossa fileira láctea em toda a linha. É essa a nossa preocupação, esperemos que rapidamente nós possamos obter resultados, ter uma matriz variável que permita avaliar os custos e os proveitos da produção de leite nas nossas ilhas para que possamos todos contribuir para as melhores soluções, seja para aqueles produtores ... Não é que devam ser empurrados a sair, são aqueles que precisam sair. Há agricultores que estão a pedir, que querem sair. Porquê?

Estão a acumular prejuízos. Da mesma forma que há outros que não conseguem redimensionar-se ou aumentar a sua rentabilidade porque não têm espaço.

Portanto, toda a política agrícola relacionada com o setor do leite e laticínios decorre de estudos dessa natureza e é isso que nós achamos que é preponderante e deve ser imediatamente consumado para que possamos todos tomar decisões consentâneas com a realidade de cada uma das nossas ilhas no setor do leite e laticínios.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado João Paulo Corvelo prescindi.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira, se faz favor.

Presidente: Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, hoje continua com problemas de me conseguir ouvir?

Presidente: A Sra. Deputada desde o início destes plenários ouve-se sempre com muita dificuldade. Julgo que deve ser pela distância ou então é o altifalante do microfone que está baixo. Ouve-se muito mal. Eu faço um grande esforço para a ouvir efetivamente.

Deputada Graça Silveira (Independente): Ok. Eu já tentei alterar com os serviços e não consegui. Muito obrigada.

Presidente: Obrigada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Era para me inscrever,

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver para já.

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Antes de mais eu gostava de fazer aqui uma referência que eu considero e o Partido Socialista considera um dia extremamente importante o dia de hoje, ou seja, desde que eu estou na Assembleia Regional penso que este terá sido o único dia que tivemos um dia inteiro a falar de agricultura, o que é saudável e importante, debater um setor tão importante na economia regional.

O Sr. Deputado António Almeida agora quando acabou a sua intervenção tocou num assunto que acho que é fundamental e importante, a questão do POSEI, e a Sra. Deputada Catarina, na sua intervenção, também tocou aqui em três assuntos que considero importantes: a abolição das quotas leiteiras, o mercado desregulado e os custos de produção nos Açores superiores à Europa.

Gostava de desenvolver aqui um bocadinho sobre isso e antes de mais também referir que penso que estamos todos de acordo que o leite pago à produção nos Açores é baixo, tem de ser melhor e todos estamos empenhados neste desafio que é melhorar precisamente estes valores.

Agora, para que se tenha uma perceção é bom percebermos o que é que está a acontecer na Europa. Entre 2014 e 2019, em cinco anos, a produção de leite subiu 6.5% e no primeiro trimestre de 2020 volta a crescer mais 2.8%. Ou seja, a Europa continua a produzir muito leite e os consumos a tendência é baixar. Estamos aqui em contraciclo. A Europa a produzir leite, a União Europeia a permitir e os lavradores, os agricultores, os produtores de leite a serem prejudicados.

Referir também que os preços de leite baixo não são só na Região, nem estamos em contraciclo com o resto da Europa. Na Europa o leite também está abaixo do

custo de produção. Há estimativas (não é com o estudo que o Sr. Deputado Almeida propõe e até muito bem), conheço estimativas de preços de leite na Europa onde se percebe que os lavradores estão a perder dinheiro, tal e qual como aqui na Região. O que compensa são os apoios.

A razão deve-se única e exclusivamente aos excedentes que nós temos e vêm bater na abolição das quotas que falou muito bem a Sra. Deputada Catarina.

Dizer também que o Governo Regional na Região tem feito o máximo que é possível, ou seja, o Governo tem se chegado sempre à frente para minimizar os impactos, mas os estados membros, cada um sobre si, tentam resolver um problema que é global. Será que vamos conseguir? Não compete à Europa tomar essa decisão?

Acho que o momento próprio é este. A Europa deve dar uma resposta comum e resolver o problema da questão do leite.

Também está plasmado nos documentos que nós temos da Europa, através da PAC, os principais objetivos da PAC são a melhoria dos produtos agrícolas para que os consumidores tenham produtos seguros e um preço bom, mas também diz que os agricultores também têm que ter um nível de vida razoável, ou seja, os agricultores estão a produzir produtos de excelente qualidade, satisfazendo os consumidores a baixos custos e não estão a ter aquele rendimento que deveriam ter, ou seja, a Europa diz uma coisa e faz outra. Isso aqui tem de ficar claro para que não se pense que é a Região ou o país que tem de resolver esse problema que por si só não acredito que seja possível.

Gostava de dar aqui um outro exemplo também para que se perceba o que aconteceu na Europa nos últimos 30 anos, por exemplo.

O orçamento da PAC diminuiu no decurso de 30 anos, ou seja, entre 86 e 2016 passou de um apoio de 75% para 40%. Temos aqui uma diminuição de 35%. Em cima disso a Europa aboliu as quotas leiteiras. É um erro tremendo no meu entender e no entender do Partido Socialista, para além do que durante este período na União Europeia alargou-se a 18 novos estados membros, tendo o

número de agricultores mais do que duplicado, por isso a despesa por agricultor hoje é inferior ao que era no passado, ou seja, os apoios diminuíram drasticamente. A Europa não só aboliu as quotas, diminuiu a receita e aumentou o número de agricultores, aumentou com menos dinheiro, e o grande problema está aqui.

Os Açores e o seu Governo, os governos do Partido Socialista, fizeram muito, transformaram completamente o setor agrícola nesta Região nos últimos 20 anos, é uma evidência.

Hoje se temos produtos de excelente qualidade e o Sr. Presidente do PSD, José Manuel Bolieiro, reconheceu isso ainda ontem ou anteontem, isso não foi por acaso. É com o investimento que foi feito – felizmente e graças a Deus – com a colaboração de todos os nossos produtores.

O país também faz o mesmo, outros países fazem o mesmo. A França reclama que o preço está mal, Espanha reclama que o preço está mal, todos reclamam. Então a culpa é de quem? O que é que devemos fazer?

Não podemos impor as culpas e estar sempre junto do Governo Regional “tem que fazer, tem que fazer” ... O Governo faz até ao limite das capacidades e tem-no feito, vai continuar a fazer e nós deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista cá estamos para trabalhar nessa matéria, mas a Europa tem de dar um sinal e nesta razão os Açores tinham um deputado pelos Açores na Europa que infelizmente todos sabem o que é que aconteceu (infelizmente), mas o PSD não teve. O PSD não pode falar neste assunto como fala o PS. O PSD não apresentou um deputado regional numa lista elegível à Europa, porque o seu líder nacional não aceitou.

Portanto, o grande problema está na Europa e não está propriamente nos países ou na Região. Por mais que a Região faça, por mais que o país faça, se não houver uma concertação na Europa continua a haver excesso de leite. Como é que vamos combater os preços?

Ainda para mais a grande distribuição praticamente só vem do leite em saldos. Como é que saímos daqui?

Por mais que se faça – produtos bio, certificados – esses produtos de valor acrescentado não são vendidos ao preço que eles valem. Portanto, temos aqui um problema que não é fácil de ultrapassar, penso que estamos todos unidos nessa questão, mas não vamos olhar para o Governo Regional, vamos olhar para o Governo Regional, mas vamos olhar para a Europa. A Europa tem de ser solidária. A Europa não pode distribuir igual por uma coisa que não é igual e o que acontece é que há agricultores da Europa que têm mais rendimentos ao nível dos apoios do que têm os Açores. Portanto, não podemos comparar o que é que nós produzimos cerca de 0.5 de leite da Europa com a Europa toda. Portanto, os Açores por si só penso que é muito difícil, para não dizer que é quase impossível, ultrapassar essa questão. É uma questão da Europa, é uma questão de todos, como é agora na questão da pandemia, do vírus que nós temos. A Europa faz que faz, está para fazer, mas ainda não fez e a pressão tem de ser feita neste sentido e felizmente o Primeiro-Ministro do Governo de Portugal tomou decisões importantes na medida em pressionar a Europa a chegar-se à frente e ser solidária, que é para isso que nós fazemos parte da Europa.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só dar aqui uma nota e uma vez que na intervenção do Sr. Secretário foi referido o setor leiteiro na ilha de São Jorge e no âmbito das palavras que tinha proferido queria dizer só o seguinte: primeiro, em relação ao estado do setor, quando o Sr. Secretário diz que temos um setor bem estruturado dada a nossa

realidade não pode ser isso que estamos a inferir e isso não põe em causa a evolução que tem existido no setor. Não é isso que está aqui em causa.

O que está aqui é que na verdade continuamos com um setor com grandes fragilidades, porque todas as vezes que há alguma vulnerabilidade os produtores ressentem-se e são logo asfixiados pelas alterações que existem e não se consegue criar aqui um balão de oxigénio para que todo este setor consiga aguentar estas alterações e é isso que tem acontecido.

Primeiramente queria dizer-lhe isso e a verdade é que todas aquelas notas que lhe dei desde 2016 até agora efetivamente é isso que tem acontecido.

Quando me diz “porque o setor em São Jorge não nos indicou que existia um excesso de produção”.

Sr. Secretário, como é que não há um excesso que produção se quando acontece alguma vulnerabilidade no mercado é logo imposto um limite à produção?

Portanto, alguma coisa aqui está a falhar. A verdade é essa e temos todos que admitir isso.

Também quero dizer-lhe relativamente à posição do CDS à reestruturação do setor leiteiro e ao facto de São Jorge não estar incluído o senhor está a dizer que estamos a pôr em causa o setor quando o senhor sabe perfeitamente que isso não é verdade. A verdade é que todas as vezes em que há uma alteração, é imposta uma limitação à produção, a verdade é que essa reestruturação e essa atribuição desses direitos de aleitantes estamos a falar não é de uma coisa ao desbarato e por isso acreditamos que até esta proposta de portaria não seja uma coisa para dar ao desbarato, mas sim com regras para explorações mais pequenas, para explorações que estão a produzir com menos qualidade, com explorações que tem agricultores com mais idade. É isso que a gente pretende. Pretendemos que essa oportunidade seja dada a esses produtores que até querem conseguir continuar a ser agricultores, mas efetivamente não estão a ter a capacidade para continuar a ter sustentabilidade numa exploração de leite.

É por isso que nós entendemos que deveria estar São Jorge ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... incluído nesta medida e não excluído. Não acho correto o Sr. Secretário quando diz que estamos a pôr em causa o setor leiteiro, quando o senhor sabe perfeitamente que não é isso.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Garça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer ao fim de um dia inteiro de debate sobre a agricultura que para mim em particular é doloroso. É doloroso não poder participar, é doloroso não poder dar o meu contributo, porque não posso trazer propostas de urgência, mas é mais doloroso que o setor tenha estado todo o dia a nos ouvir hoje, aqui, e fica novamente uma mão cheia de nada.

De tudo aquilo que nós aprovámos hoje aqui o que fizemos foi pedir à Europa, foi recomendar, avaliar, monitorizar e estudar. Eu pergunto: quando é que vamos finalmente governar?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, Sra. Presidente, João Corvelo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: João Corvelo.

Sr. Deputado Luís Maurício...

Deputado Luís Maurício (PSD): Importava-se de inscrever o Sr. Deputado António Almeida, por favor?

Presidente: Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi há pouco o Sr. Secretário atentamente e o Sr. Secretário acusou os partidos da oposição de pintarem um quadro negro.

Não, Sr. Secretário! Quando se fala de leite ou de carne o Sr. Secretário pinta um quadro cor-de-rosa sempre. Se calhar falta-lhe andar mais um bocadinho pelo campo, ouvindo os agricultores e ouvindo a falta de rendimento e a perda de rendimentos que eles têm, Sr. Secretário. Este é o mundo real! Não é o mundo fictício!

Também ouvi muito atentamente o Sr. Deputado do Partido Socialista a falar no fim das quotas leiteiras.

Sr. Deputado, é preciso não ter vergonha nenhuma para vir aqui, a este Parlamento, falar no corte das quotas leiteiras, quando foi o seu partido na União Europeia que foi a favor do fim das quotas leiteiras.

O Sr. Deputado deveria ter um bocadinho de vergonha de vir aqui, a este Parlamento, dizer outro tanto, sendo o seu partido o partido que foi de acordo com o fim das quotas leiteiras e não só! O seu partido foi de acordo nos cortes que são feitos para a agricultura nos Açores.

Sr. Deputado, é preciso repor a verdade. Hoje os agricultores recebem menos apoios graças ao apoio do Partido Socialista na União Europeia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Para vos dizer o seguinte: Sr. Deputado Toste Parreira, não vale a pena o Governo Regional, nem o Partido Socialista se esquivar na União Europeia para desculpar a ineficácia ou a deficiência nas políticas relativamente ao setor agrícola.

Digo isso, porque o Sr. Deputado não deve ter ouvido o Membro do Governo dizer que os Açores nunca tiveram tanta influência e tanto poder em Bruxelas como têm hoje. Portanto, a última coisa que o Sr. Deputado deveria estar preocupado era com a gestão na relação com a União Europeia, mas pelos vistos o Governo passa dias sistematicamente à espera de saber o que é que a União Europeia oferece.

Ainda o ano passado numa reunião na Comissão Europeia houve um responsável que me disse e com toda a razão: normalmente dizem que a Comissão Europeia tem as costas largas, os estados membros normalmente esquivam-se nas instituições europeias para desculparem a falta de eficácia nas políticas que implementam nos seus territórios. Isso porquê?

Porque a verdade é que a União Europeia disponibiliza a mais ou a menos um conjunto de fundos no quadro da Política Agrícola Comum e somos nós nos Açores, com o nosso espírito autonómico, respeitando o nosso potencial e a nossa especificidade, que temos decidir que PRORURAL + é que queremos, que tipo de incentivos de apoios ao rendimento é que queremos, que objetivos é que podemos alcançar, que tipo de investimento queremos que as indústrias façam e os instrumentos públicos é que permitem conduzir as indústrias a estarem nos mercados certos com os produtos certos e aos produtores terem taxas de rentabilidade que satisfaçam as suas necessidades.

Não nos podemos estar sistematicamente a desculpar com a Europa quando é o Governo dos Açores que toma decisões relativamente à política agrícola. Portanto, não vale a pena desculpar-se.

O Governo Regional quando quer intervir num determinado tipo de apoio fá-lo sem se preocupar com a União Europeia.

Eu espero é que este ano não fique em campanha eleitoral para socorrer em cima do joelho sem olhar com estratégia futura. O problema é que andamos de ano a ano a pensar sempre nos apoios europeus que é que nos vão socorrer, mas depois não sabemos utilizá-los. Na verdade, nenhum produtor sabe hoje qual o caminho que vai seguir.

As quotas já acabaram em 2015, portanto, nós estamos num cenário onde as quotas não existem, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... mas estamos com os produtores amarrados. Primeiro: sempre que o preço de leite baixa, os produtores aumentam a produção. O sistema de incentivos que o Governo Regional tem é todo orientado para ter mais vacas e mais produção de leite.

Então, as fábricas não querem mais leite, penalizam a quantidade de leite entregue e o sistema de incentivos continua nesse sentido?

Mas é Bruxelas que nos manda subsidiar o aumento da quantidade da produção de leite e de produtos lácteos?

Essa tem sido a preocupação do Governo Regional de procurar distribuir recursos por toda a gente. Ora, isso não é uma estratégia. Distribuir dinheiro pelas pessoas não é uma estratégia com visão e o que nós queremos é que esse dinheiro distribuído se traduza em melhoria do rendimento. Isso não acontece não é por causa da Europa, é por causa de não termos política agrícola regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Pelas minhas contas o Governo Regional ainda tem dois minutos.

Presidente: Tem dois minutos e cinco, sim.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever o Sr. Secretário João Ponte. Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, muito bem.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver para já.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Debater a agricultura é sempre um tema que gera muito debate vivo e construtivo. Os temas são muitos e como tenho apenas dois minutos vou tentar sintetizar dois ou três aspetos que me parecem importante.

O primeiro é que o POSEI tem sido um instrumento essencial para o desenvolvimento do setor e não é um instrumento para distribuir verbas, é instrumento para ajudar os agricultores a reduzir os custos de produção e tem sido um programa com sucesso. Um programa que tem sido construído ano a ano com os parceiros do setor, ouvindo os agricultores. Portanto, o Sr. Deputado António Almeida não pode pensar que é o único dono da verdade. Muitas vezes na intervenção ficámos com essa ideia. Essas medidas que foram construídas ao longo dos anos não foram impostas pelo Governo, foram medidas que foram construídas com os parceiros do setor e no fundo os agricultores utilizam ou não os instrumentos que estão disponíveis e terá que ser assim no futuro, porque na verdade o Governo define instrumentos,

disponibiliza meios e cada agricultor é livre de decidir o caminho que quer percorrer.

Se olharmos ao passado recente tem sido um caminho de sucesso. É verdade, como já tive oportunidade de dizer, que nós temos um problema que é preciso ultrapassar, que é a questão da valorização das nossas produções e a melhoria do rendimento, mas é um desafio enorme, mas para isso é preciso também estarmos todos unidos e sobretudo termos uma visão construtiva do setor e não uma visão destrutiva.

Hoje foi dito mais uma vez neste Parlamento que 60% das explorações estão na falência técnica. Isso não é verdade. Esta é uma afirmação perigosa, é um caminho perigoso, põe em causa a credibilidade da gestão dos agricultores, afeta a imagem do próprio setor e até pode pôr em risco operações financeiras com a banca.

Temos consciência que os rendimentos não são os desejáveis, mas todos os dias o Governo Regional dos Açores trabalha com os parceiros do setor, com os agricultores, com as cooperativas para melhorar esse rendimento e sobretudo para termos um setor cada vez mais sustentável e que seja capaz de valorizar melhor aquilo que produz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, o dia de hoje foi um dia importante para falarmos sobre a agricultura. A senhora diz que foi uma mão cheia de nada. Uma mão cheia de nada, para mim, foi a sua ação ou a sua promoção para este debate, ou as suas propostas. Isso é que é uma mão cheia de nada, no meu entender.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, o Governo dos Açores sempre defendeu, até às últimas consequências, a não abolição das quotas leiteiras, ou seja, era a favor das quotas leiteiras.

Sr. Deputado António Almeida, o senhor acha que deve exigir tudo e mais alguma coisa do Governo Regional, e quanto à Europa não o deve fazer. Eu não percebo a sua atitude.

A mensagem que eu quis fazer passar é que sem a união da Europa, sem todo os estados que haja uma concertação neste nível, os países por si só, os Estados-Membros por si só, dificilmente conseguirão ultrapassar essa questão e a nossa Região com a dimensão que tem, com a dispersão que tem, com a distância do grande mercado que nós temos, ficará mais difícil. Essa é uma razão.

Somos uma região ultraperiférica, temos um POSEI, produzimos de acordo com aquilo que foi definido e isso já foi ultrapassado e o nosso dever é lutar para que consigamos o maior apoio. É isso que nós queremos.

Eu fico triste e deve ser triste para os nossos agricultores, que o PSD é contra os apoios da Europa para os agricultores. Fica para o PSD.

O PS não é dessa opinião. O PS acha que a Europa deve continuar a apoiar os Açores e nesse caso a nossa Região, que é uma Região Ultraperiférica.

E também dizer que no seu programa do PSD, que o senhor ainda não era deputado, era o seu líder na altura o Dr. Duarte Freitas, no Programa do Governo, que supostamente seria o Governo, baseavam-se muito nos apoios da Europa.

Agora já percebi que afinal o senhor já não precisa dos apoios da Europa. Fica com os senhores. Uma vez é para um lado, outra vez é para o outro.

Agora, se quisermos ver o que foi feito nesses 20 anos, e não vou agora estar aqui a enumerar tudo, foi um investimento importantíssimo. Ou seja, era percebermos como é que estava a agricultura nos finais da época de 90 (92, 94, 95 e 96) onde o senhor era Deputado Regional, e o PSD deixou a agricultura à beira da falência. Ou seja, naquela altura os lavradores tinham o dinheiro do leite por receber cerca de um ano e vem o senhor agora aqui me dizer que os Açores devem prescindir dos dinheiros da Europa e que devem fazer só por si.

Não!... Nós temos de fazer o nosso trabalho, o Governo tem feito o seu trabalho, tem feito enormes investimentos.

O senhor lembra-se, por exemplo, como é que era a brucelose bovina naquela altura, na altura em que o senhor era deputado, e o Governo do PSD é que estava no Governo? Era 3.5%. Hoje isso está erradicado, Sr. Deputado e o senhor esquece-se desse pormenor.

A qualidade do leite que nós temos hoje e a que tínhamos naquela altura; a qualidade dos nossos produtores hoje...

Por que é que demos um passo importante como demos? Porque temos produtos de excelente qualidade.

A área da diversificação agrícola, que já se falou nesses debates, nos quatro anos cresceu 40%. Passou de 2000 hectares para mais de 3000 hectares. Isso não é trabalho? É o trabalho do Governo e o trabalho dos produtores e reconhecemos isso.

É pena que o PSD não reconhece esse trabalho e não quer que a Europa apoie os produtores dos Açores. Tem de ficar que o PSD é contra a Europa apoiar os produtos dos Açores. O PS, pelo contrário, é a favor disso, incluindo as suas políticas, incluindo a sua estratégia, incluindo os seus planos, como agora. Como agora, na altura da pandemia, a Europa tem de ser solidária a todos os níveis, não pode ser só numas coisas, tem de ser em todas.

O senhor sabe o que é que temos neste momento da Europa? Temos aqui uma mão com muita pouca coisa. Aliás, o Sr. Secretário ainda hoje falou nisso. Eu estou aqui à procura, mas não estou a encontrar, das Portarias que saíram da Europa e os apoios foram muitos poucos.

Acho que a Europa não está a ligar muito à questão que a nossa agricultura está a viver. Esse é um facto. É nesse sentido que eu apelo e falo que temos de ser um todo.

Não é a Região sozinha, não é o país sozinho, nem um grande país, por mais poderoso que seja, sozinho, que vai inverter a situação.

No meu entender, enquanto houver excesso vamos ter sempre um problema. A gente pode ter os melhores produtos de valor acrescentado, de vender noutros mercados, mas temos de perceber que os outros países também vão fazer a mesma situação, ou seja, vão ter produtos de valor acrescentado e vão entrar nesses mercados. Portanto, tem de haver um controlo e o que aconteceu com a abolição das quotas foi os países produziram muito mais leite do que produziam antes. Essa é realidade dos factos. E o que acontece nos Açores, acontece na Europa.

Ou seja, menor receita a tendência é produzir mais, o que quer dizer que não estamos em contraciclo com a Europa. Estamos iguais à Europa.

Os preços são baixos? São!

Estamos de acordo? Não!

Essa vai ser sempre a nossa luta e o Governo dos Açores está atento, tem feito muito e bem para o setor agrícola e é para continuar esse trabalho.

Agora, sozinhos claro que fica mais difícil. Fica mal para a Região sozinha, como fica mal para o país como para outro estado membro qualquer.

Portanto, penso que só em conjunto é que daremos um passo importante e o momento atual deve ser esse. Esse momento não deve ser o fim, como eu já disse, deve ser um princípio para a Europa dar um passo em frente e resolver o

que tem para resolver, na agricultura como em outras áreas, não é só na agricultura. É em outras áreas.

Portanto, eu termino dizendo que foi um dia importante. Discutimos, falámos de agricultura. É bom! Lançou-se o debate e a partir daqui muita coisa há de acontecer.

Também gostava de referir aqui uma coisa que me estou a lembrar. Sr. Deputado António Almeida, o seu estudo vai ter a importância que há de ter, vamos ver, e vamos ver se é esse estudo que faz aumentar o preço do leite.

Vamos ter o reconhecimento. Plenamente de acordo.

Agora eu ia fazer uma pergunta, mas o senhor já não pode responder, mas eu faço a pergunta e dou a resposta.

Quando o leite está como está, a ser mal pago, e nós reconhecemos isso, propõe-se um estudo, mas quando o leite esteve noutros patamares (2013-2014), estivemos quase com o leite ao nível do país e da Europa. Em 2016 andámos numa diferença menor e nem o senhor, nem o seu partido, nunca pensaram fazer um estudo, porque a coisa corria bem.

Quando a coisa corre mal o senhor vem dizer que tem de se fazer um estudo. Que fique muito claro isso.

Mas para além desse estudo que o senhor diz que é para fazer, o senhor já tem um outro projeto, que é o projeto do desligamento.

Ou seja, apresenta-se um estudo hoje para se perceber o que temos de fazer na agricultura e já temos um outro projeto – “já temos”, o PSD – para o desligamento. Ou seja, é deixar de produzir e deixar de ter os apoios da Europa.

Portanto, Sr. Deputado, queremos fazer um estudo, queremos trabalhar, queremos produzir, e o senhor vem agora com um projeto que é o desligamento.

Eu, sinceramente, não o consigo entender.

Termino. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. O PS esgotou o seu tempo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Deputado António Almeida (*PSD*): Quero intervir para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Almeida, para um protesto a?

(*) **Deputado António Almeida** (*PSD*): Às declarações do Sr. Deputado Toste Parreira, referenciando o PSD relativamente aos Fundos Europeus.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto.

Dispõe de 3 minutos.

(*) **Deputado António Almeida** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu até fiquei admirado com o comportamento do Sr. Deputado Toste Parreira relativamente a essa vontade transversal de querer falar sobre tudo em dois minutos.

Para lhe dizer que não é verdade que o PSD decline quaisquer necessidades de intervenção da União Europeia nos Açores.

Quando nós apresentámos, antes do Partido Socialista, uma recomendação para aumentar o envelope financeiro do POSEI, já tem se calhar dois anos, que depois o Partido Socialista secundou, Sr. Deputado, era para quê?

Quando nós pedimos o aumento das verbas do POSEI é ou não é solicitando à União Europeia a transferência daquilo que é justo para ajudar os agricultores dos Açores?

Quando eu digo que nós estamos numa situação de distanciamento à média europeia afastando cada vez mais da realidade e do rendimento médio dos agricultores europeus, o que é que o Sr. Deputado acha que nós estamos a referenciar?

Nós sempre defendemos os apoios europeus, vamos defender o reforço desses apoios europeus.

O que nós denunciámos é a forma como o Governo Socialista utiliza esses recursos, Sr. Deputado.

Nós é que faríamos e vamos fazer opções diferentes.

Nós vamos melhorar o rendimento dos agricultores não pela mesma via com que os governos socialistas utilizam esses fundos europeus. Nós não queremos agricultores dependentes do poder político. Nós queremos agricultores libertos para poderem trabalhar no mercado, sabendo com o que é que podem contar.

Os nossos estudos (segundo me parece, agora pela opinião do Sr. Deputado, se calhar o Partido Socialista acha que não são necessários estudos) são precisamente para isso, para encontrar e para aferir a situação de rendimento dos produtores e cá estaremos, depois dos estudos estarem concluídos, o Sr. Deputado saberá qual a situação de cada tipo de produtor, de cada tipo de exploração em cada uma das nossas ilhas e aí nessa altura nós vamos conversar e vamos perceber que tipo de apoios da União Europeia e que tipo de políticas regionais, nós devemos implementar com esses recursos.

O que os senhores têm feito é aumentar, aumentar, aumentar e o rendimento sempre a diminuir. É isso que os agricultores estão sentindo. Isto é adulterar completamente aquilo que nós precisamos para sustentar a agricultura dos Açores.

Deem liberdade aos produtores que eles saberão fazer o melhor para aumentar o seu rendimento, mas não com esses instrumentos.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, isso foi tudo menos um protesto. Foi uma intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Parreira, para um contraprotesto tem direito a usar da palavra por um período de dois minutos.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, muito rapidamente. Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Almeida, o que eu disse em relação ao estudo, eu não disse que estava contra o estudo. Votámos favoravelmente e eu estou a favor do estudo. O que eu disse em relação ao estudo foi, enquanto o leite esteve no outro patamar, com preços melhores, o senhor nunca pensou em fazer um estudo.

Como o leite agora está mais baixo pensou que era uma solução, e oxalá que seja. Nós ficamos todos contentes porque o que queremos realmente é o melhor. Agora, quando o senhor diz “com o mesmo dinheiro do POSEI melhorar o rendimento dos agricultores”, o senhor quer dizer que é tirar dinheiro de uns para dar a outros?

Eu vou dizer-lhe uma coisa: só mesmo para o PSD e para o Sr. Deputado António Almeida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sim, Sra. Presidente.

Deputado António Toste Parreira (PS): É para mais um protesto.

Presidente: Sra. Deputada, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, eu agradecia que a Sra. Presidente informasse a câmara se neste modelo de excecionalidade que estamos a ter agora de plenários, se a Deputada Independente pode ou não apresentar iniciativas de urgência, como de resto podem fazer os outros grupos parlamentares, como foi o caso da iniciativa do PS para debater as questões da agricultura.

Ponto 2: que informasse a câmara qual o tempo que a Deputada Independente tem para poder dar os seus contributos ao debate das iniciativas que estamos neste momento a discutir e a votar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Em relação à primeira questão não pode apresentar urgências nos plenários que são feitos com recursos aos meios telemáticos.

Os tempos são os seguintes: tem 1 minuto para os Projetos de Resolução, 2 minutos para os Projetos de DLR.

Não posso deixar de dar nota de que todos os tempos, de todos os partidos e do Governo foram reduzidos substancialmente para esta forma de fazermos o plenário.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira pede a palavra?

Deputado António Toste Parreira (PS): Eu não sei se me é permitido. Era só para fazer uma pergunta também à Sra. Presidente, para fazer um esclarecimento à câmara?

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era para perguntar à Sra. Presidente se a Sra. Deputada Independente, no tempo em que tínhamos os plenários na Assembleia, na Horta (não agora, nesta situação), podia ou não apresentar projetos de resolução? Era só neste sentido.

Presidente: Pois pode.

Deputado António Toste Parreira (PS): Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sim. Quando fazíamos os plenários presenciais a Sra. Deputada Independente tinha o direito de iniciativa, que mantém agora no plenário com recurso aos meios telemáticos, e também podia fazer Projetos de DLR.

Portanto, essa questão não se colocou aqui no âmbito do plenário com recursos à videoconferência.

Eu ia apenas dizer, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional que terminámos os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10h00.

Relembro aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário Regional que entrassem na sala virtual da Conferência de Líderes que vamos reunir já de seguida.

Eram 19 horas e 07 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa Toste

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Documentos entrados

Assunto: Declaração de voto do Grupo Parlamentar do BE ao Projeto de Resolução n.º 221/XI – “Reforçar o combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se na votação do projeto de resolução n.º 221/XI – “Reforçar o combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Esta abstenção justifica-se pelo facto de o conteúdo que está plasmado no diploma em apreço estar em contradição com as intenções e os argumentos manifestados durante o debate pela bancada do partido proponente.

Por um lado, num momento em que todas as famílias estão a fazer um enorme esforço para se adaptar ao modelo de ensino à distância, o conteúdo do referido

projeto de resolução faz uma alusão ao encaminhamento de processos para entidades com competência em matéria de infância ou juventude, para comissões de promoção e proteção e mesmo para o Ministério Público, perante situações de absentismo. Uma postura que o BE considera totalmente contrária aos intentos da escola pública, que deve ser verdadeiramente integradora do aluno, a começar pela sua família.

Por outro lado, e no âmbito do debate, a bancada do PS – dando uma interpretação contrária à que está inscrita no diploma – refere que o objetivo da proposta seria recomendar ao Governo a definição e emissão de orientações às escolas no sentido de flexibilizar as regras de assiduidade, tendo em conta as particularidades e dificuldades do sistema de ensino à distância.

Por entender que estas duas posições – o que está escrito na proposta e o que foi defendido no debate parlamentar – são contraditórias, o BE optou por abster-se na votação.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Paulo Mendes

(As declarações de votos escritas mencionadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e pela Sra. Deputada Graça Silveira não deram entrada nos serviços da ALRAA)

Declaração de Voto

Regime jurídico da cessação da atividade agrícola na Região Autónoma dos Açores

O regime jurídico da cessação da atividade agrícola constitui um instrumento importante no apoio aos agricultores e às suas famílias que precisam de deixar a atividade, fruto das circunstâncias e dos condicionalismos decorrentes da mesma, razão plausível para justificar o voto favorável, na generalidade, do Grupo Parlamentar do PSD/Açores.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores não pode, contudo, aceitar as decisões do Governo dos Açores e do Grupo Parlamentar do PS/Açores quanto aos apoios destinados aos agricultores que cessam atividade, desde logo atribuindo um apoio anual correspondente ao valor da retribuição mínima mensal garantida indexada a doze mensalidades e não a catorze mensalidades, por equiparação.

Muito mais grave é a discriminação que o PS/Açores faz ao atribuir ao cônjuge a cargo do agricultor (mulher ou marido, que vive com o agricultor ou com a agricultora que cessa a atividade e que depende economicamente da exploração agrícola, isto é, não tem qualquer outra fonte de rendimento regular) um apoio de, apenas 8,5% da retribuição mínima mensal garantida, ou seja uns insignificantes € 56,67 (cinquenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos) por mês.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores votou, na especialidade, contra esta medida porque considera que é altamente discriminatória e um atentado à dignidade da família dos agricultores e dos seus cônjuges que sempre dependeram, trabalharam e contribuíram para a atividade agrícola das explorações e para a estabilidade familiar.

Ponta Delgada, 21 de maio de 2020

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco